

Alexandre Müller Hill Maestrini

Nossas Riquezas Pretas

Biografias Afro–juizforanas

*Editar
Juiz de Fora
2025*

Copyright by © Alexandre Müller Hill Maestrini
2025

Design: Studio NeoHub

Capa: Fotos das Nossas Riquezas Pretas que autorizaram a publicação

Revisão: A.L.Gama

Projeto gráfico, editoração e impressão

Editar Editora Associada

(32) 3241-2670

www.editar.com.br - Juiz de Fora – MG

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maestrini, Alexandre Müller Hill

Nossas riquezas pretas : biografias afro-juizforanas

/ Alexandre Müller Hill Maestrini. -- 1. ed. --

Juiz de Fora, MG : Editar, 2025.

ISBN 978-65-86345-90-2

1. Biografias coletivas 2. Mulheres negras - Brasil -
Condições sociais 3. Negros - Brasil - Condições sociais 4.
Racismo - Brasil I. Título.

25-301432.0

CDU-920.009296081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Negros : Biografia 920.009296081
Elaine de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB-8/8415

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais e antepassados, mas em especial às minhas babás, faxineiras, arrumadeiras, lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, aos jardineiros, pintores, transportadores, pedreiros, lixeiros, e muitos outros, na sua quase totalidade negras e negros, que contribuíram no silêncio da invisibilidade social para que eu tivesse uma vida de conforto e tranquilidade. Muito obrigado.

Sumário

Contextualização - Alexandre Müller Hill Maestrini	6
Prefácio - Julvan Moreira de Oliveira	10
Apresentação - Rita de Cássia Souza Félix Batista.....	14
Ugo Leonardo da Silva Soares.....	18
Ademir Fernandes.....	24
Adenilde Petrina Bispo	26
Alessandra Aparecida Benony	28
Ana Paula Torquato	30
Antônio Carlos da Hora	32
Antônio Carlos Lemos Ferreira.....	34
Bruno Narciso da Silva Pacheco.....	36
Carina Dantas.....	38
Catia Luciana Rosa Marcelo	40
Claudio Luiz da Silva.....	42
Dagna Gonçalves Costa.....	44
Dandara Felícia Silva Oliveira	46
Denilson Bento da Silva	48
Diego Alves Teixeira Damasceno	50
Edison Alexandre dos Reis Santos	52
Eliane Moreira dos Santos	54
Elias Rodrigo de Arruda.....	56
Fernando Luiz Elioterio.....	58
Geraldeli da Costa Rofino	60
Gerson Carlos de Jesus Martins	62
Gilmara Cristina dos Santos.....	64
Gilmara Santos Mariosa.....	66
Gláucio Anacleto de Almeida.....	68
Herculano Gustavo Cyrillo.....	70

Hudson Nascimento	72
Jefferson da Silva Januário	74
José Cristovam Medeiros	76
Jorge Luiz da Silva	78
Jorge Luiz Severino dos Santos Júnior	80
Joubertt Pires Telles	82
Lidianne Pereira Luz.....	84
Lucimar Nunes de Paula Brasil	86
Lucimar Silvério	88
Maria Adelina Braz	90
Maurício José de Oliveira Júnior	92
Olívia Rosa Gomes	94
Paulo Roberto de Almeida.....	96
Paulo Cesar Magella	98
Paulo Sérgio Pena Félix.....	100
Régis José de Oliveira.....	102
Robson Luiz Marques da Silva.....	104
Samuel Lopes Mendes.....	106
Sandra Francisca Bonsanto	108
Sandra Maria de Jesus.....	110
Sandra Maria Silva	112
Silvânia Cristina de Andrade	114
Suely Gervásio Ferreira.....	116
Tânia Aparecida Moreira	118
Vanda Maria Ferreira.....	120
Vitor Eduardo de Oliveira Lima.....	122
Wellington Carlos Alves.....	124
Wilker Moroni de Oliveira Soares.....	126
Willian José da Cruz.....	128
Zélia Lúcia Lima	130
Posfácio - José Orlando Pereira Dato.....	132
Epílogo - Osvaldo Antônio de Oliveira Diniz.....	136

Contextualização

Alexandre Müller Hill Maestrini



Professor de alemão e escritor, Alexandre Müller Hill Maestrini publicou, em 2015, 'Cerveja, Alemães e Juiz de Fora: A história do Polo Cervejeiro de Juiz de Fora'; em 2018, 'Franz Hill: Diário de um Imigrante Alemão'; em 2021, 'Lindolfo Hill: Um outro olhar para a esquerda'; e, em 2022, lançou o livro-homenagem 'Arte Sutil: A-Deus Borboleta Azul'.

Em primeiro lugar agradeço a todos os entrevistados e as entrevistadas, aos colaboradores e a todos que não pude entrevistar. Reverencio todas as suas ancestralidades e também reverencio as futuras gerações. Para entender este livro é necessário entender o contexto no qual eu escrevi em virtude do meu privilégio de branquitude. Acredito na informação como o caminho que nos leva à transformação da sociedade. Tenho um mandamento pessoal que é: “dar gratuitamente o que eu recebi de graça”.

Eu sei que não vim ao mundo como racista, porém hoje tenho a consciência, que sim, aprendemos a ser racista através das observações desde pequenino em práticas corriqueiras que moldam as crianças brancas através do copiar as atitudes do seu entorno, e que com dificuldade temos a chance de contestar. Confesso que com o passar do tempo foi se naturalizando o meu lugar de privilégio, que se tornou uma zona de conforto, mais conhecida como 'Branquitude'. Imagine leitor que eu nunca tive que trabalhar enquanto estudava na parte da manhã, tinha empregada e podia descansar de tarde e fazer esporte na parte da noite.

Com excelente escola passei no vestibular e fui para a faculdade gratuita sem ter que trabalhar nem pegar empréstimo. Ao me formar já tinha as portas abertas e, após morar vinte anos na Europa, voltei para o

Brasil em 2010. Para minha surpresa cheguei em uma Juiz de Fora que eu não enxergava antes, para mim um novo cenário social: “percebi que minha visão de mundo é que tinha mudado”. Não foi sem dor o ato de admitir que em nosso país, depois de 1888, após abolição da escravatura, sempre existiu um racismo perverso que estruturou nossa sociedade com privilégios para uns e luta pela sobrevivência para outros. Meu círculo social naturalizou em chamar esses nossos privilégios de ‘meritocracia’. Como assim? Questionei. Que meritocracia é essa? Nós brancos já saímos lá na frente dos negros na ‘corrida’ da vida.

Existe de fato duas histórias. Uma é visível, escrita por príncipes, sábios, ricos, exércitos, povos conquistadores, na sua maioria brancos. A outra, invisível, dos vencidos e minorizados, isto é, no Brasil uma esmagadora população preta e parda. Percebi que na nossa sociedade brasileira ainda precisamos desconstruir as ideias subconscientes que qualquer branco é melhor do que um negro ou índio.

O país ainda insiste em esconder o racismo, que é muito mais cruel do que parece à primeira vista. A partir da abolição, veio a República em 1889, onde ‘teoricamente’ todos são cidadãos. Mas a branquitude queria justificar e legitimar seus privilégios: só recebeu direito ao voto quem era letrado. Belo golpe, pois a maioria dos ex-escravizados não sabiam ler e nem escrever. Só votava também quem tinha terra. Outro golpe, pois a maioria dos ex-escravizados não tinham nada. Iniciou-se naquele momento um novo processo de exclusão, muitos foram jogados na rua, outros foram parar nos morros, outros colocados em manicômios, outros foram calados nas cadeias, outros estão até hoje dormindo na rua.

Só a folha de papel é branca, todos nós brasileiros temos mais ou menos melanina. Somos todos seres humanos de igual valor.

Eu, como pessoa ‘com pouca melanina’ que tomou consciência de seus privilégios da branquitude, procurei me posicionar sobre meu desconforto diante do cenário racista municipal: “senti a dor do outro, neste caso do negro, em mim mesmo”. Foi quando conheci o significado de Ubuntu, uma palavra da filosofia e ética antiga africana: “só sou quem sou, porque todos nós somos”. Eu me importo com todos os brasileiros e brasileiras e se um semelhante meu é afetado, eu também sou afetado. Perceber o espaço onde se vive é o primeiro passo para mudar o mundo.

Em 2015, comecei a pesquisar no Arquivo Histórico do Município de Juiz de Fora, e ficou mais evidente ainda a minha ‘antiga cegueira’ e desconhecimento quanto ao importantíssimo papel dos negros na construção de Juiz

de Fora. Como uma pessoa proativa percebi que precisava fazer algo. Era necessário tomar uma atitude. A ideia deste projeto foi maturando aos poucos até 2023, quando decidi não ficar somente no sentimento de culpa em relação aos negros; resolvi me responsabilizar e tomar uma atitude dentro das minhas possibilidades, mas confesso que inicialmente foi paralisante, pois nunca aprendemos a não ser branco e vivermos sem os privilégios sociais.

Nesta altura da vida eu já estava com quase cinquenta anos quando percebi claramente que não haverá um Brasil bom para todos enquanto existir racismo. Em 2016, quando me candidatei a vereador, vivenciei a desigualdade, conheci a periferia e comecei a buscar uma trilha antirracista, na qual saberia que não seria amado pelos brancos e privilegiados. Por minhas atitudes cheguei até a ser orientado por alguns conhecidos negros a não me meter nisso: “não é um local que te pertence e você está correndo riscos, até de vida”, escutei. Já era tarde. Neste momento senti que estava em um caminho sem volta e resolvi tomar uma atitude proativa em direção a uma sociedade mais equânime para 100% dos brasileiros.

Este livro é a minha contribuição crítica ao processo de eliminação do racismo no nosso país. Ainda hoje observamos atentos na sociedade que em empregos estruturantes e de baixa renda a maioria é negra. Passei a observar com olhos críticos e percebi a massa negra limpando a cidade, retirando o lixo, asfaltando as ruas, trabalhando em caixas de supermercado, atendendo nas empresas, servindo nos bares e restaurantes, construindo prédios, utilizando transporte público, aguardando nas filas do SUS, etc. Sem falar na lamentável esmagadora população carcerária, com mais de 70% de negros e pardos, escancarando o racismo estruturador, um verdadeiro ‘Apartheid à Brasileira’.

Do outro lado, o último impulso que eu precisava constatei analisando algumas estruturas de decisão do município, com altos salários, privilégios e prestígio social. Imagine que ainda em 2025, é quase inexistente a presença de negros na maioria de instituições locais como Clube de Engenharia, Sociedade de Medicina, Associação Brasileira de Odontologia, Prefeito, OAB, TJMG, Câmara Municipal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Promotoria Pública, Advocacia Regional MG, Associação Mineira de Municípios, TVs e Jornais, Colunas Sociais, entre muitas outras. Locais de poder nos quais se ‘naturalizou a obviedade’ da quase exclusividade da presença de brancos e brancas, que ‘se sentem no direito’ de decidirem a vida de mais de 56% de uma população negra e parda.

Sem falar do absurdo ainda existente do ‘trabalho escravo moderno’, fiquei muito incomodado com este privilégio injusto da ‘Branquitude’, so-nhava em dar visibilidade e oportunidade para nossos tesouros perdidos

e desperdiçados, que são verdadeiras riquezas e potências a serem ainda garimpadas nos rincões das periferias, onde temos um empreendedorismo oculto pela discriminação e preconceito, mas que vai com certeza aflorar e contribuir para mudar definitivamente nosso Brasil para uma sociedade mais próspera.

Passando para a ação, o meu objetivo com este livro foi dar visibilidade para aqueles que a sociedade juiz-forana sempre tentou tornar invisíveis, assim nasceu o projeto Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas como um projeto antirracista do Instituto Autobahn destacando expoentes e potências negras e negros, legando exemplos positivos de sucesso para as futuras gerações. Espero não escutar mais que não existem negras e negros aptos a assumirem postos de poder lado a lado com os brancos. No Brasil o colorismo cria relações desiguais, de acordo com o tom da pele; ele é um subproduto do racismo, justamente porque interfere na forma como a pessoa é vista pela sociedade. Determinando que quanto mais escuro o tom de pele, mais preconceito a pessoa sofrerá. Somente conhecendo as pessoas de verdade é que combateremos a 'pigmentocracia' que define até o acesso a locais que essas pessoas terão de acordo com o tom de pele.

Convicto, em 2023, iniciei com uma coluna regular no Portal de Notícias RCWTV e consegui entrevistar cinquenta e quatro profissionais. Mesmo sabendo que este meu trabalho representa somente a ponta do iceberg, as conversas foram marcadas de acordo com as disponibilidades dos convidados, porém nem todos puderam ou quiseram participar, o que não invalida meu esforço inicial de semear uma ideia e mostrar que em um município como Juiz de Fora, criado sobre as bases de um regime monarquista e escravista, ainda hoje seguimos desunidos, segregados e com marcas claras da divisão entre os que detêm o poder e aqueles que não tem acesso por conta do racismo estruturante.

Conheça mais o projeto no site <https://nossasriquezaspretasjf.com.br> e leia todas as entrevistas completas em PDF, com fotos, links e vídeos, apontando sua câmera do celular para o Código QR no início de cada autobiografia. Viel Spaß!

Área para autógrafo



Prefácio

Julvan Moreira de Oliveira



Julvan Moreira de Oliveira é Especialista em Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Política) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP). Licenciado em Filosofia pela Universidade São Francisco (USF-SP). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), líder do ANIME – Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia, Imaginário e Educação, vice-coordenador do GT-21 da ANPED (2015-2017), diretor de Ações Afirmativas da UFJF. Ele ainda é líder do ANIME. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Políticas Educacionais (FORPE). Membro do Fórum Municipal de Educação de Juiz de Fora e do COMPIR/PJF. Atua na área de Antropologia Educacional e Filosofia da Educação, com interesse nos seguintes temas: africanidades, filosofia africana, socioantropologia do cotidiano e imaginário.

Trajetórias e (in)visibilidades Negras. Imagine que você se candidata a empregos, mesmo com um bom currículo, mas nunca recebe resposta. Imagine que você procura uma casa para sua família, mas nunca tem sucesso. Imagine que você sofre assédio moral ou violência com xingamentos ou piadas sobre suas características físicas que o deixa profundamente traumatizado. Esta é a realidade de muitas pessoas, apenas por causa da cor de sua pele. Pessoas de ascendência africana são rotineiramente recebidas com tratamento injusto. Discriminação racial, violência física e simbólica continuam a assombrar suas vidas diárias. Estes não são incidentes isolados, mas experiências recorrentes em todos os aspectos da vida.

Todavia muito disso permanece silenciado. Incidentes de racismo, de discriminação racial e preconceitos muitas vezes não são denunciados, negando às vítimas o apoio que elas têm direito legal de receber das instituições destinadas a protegê-las. As imagens de pessoas negras estereotipadas também é uma expressão deste racismo, em que não se acentua o positivo, ignorando suas competências. Uma luz é lançada sobre a importância da representação negra nos diversos espaços sociais de Juiz de Fora, neste livro que abre espaço para a história de vida de negras e negros, com suas respectivas contribuições econômicas, científicas, acadêmicas, culturais e esportivas.

A situação dos negros em Juiz de Fora é uma metáfora para o desafio humano universal de encontrar uma identidade viável em um mundo caótico, desigual, às vezes indiferente, frequentemente hostil. Esta obra, para além de trazer a trajetória de vida pessoal de 54 pessoas negras, fala de todos nós, pessoas negras descendentes de africanos escravizados neste país. As histórias de vida dessas pessoas têm algo em comum, a complexidade e o desafio contínuos para se compreender o amplo impacto do 'racismo à brasileira', em que não há leis como foi o 'Apartheid' na África do Sul e o 'Jim Crow' nos EUA, em que as pessoas negras eram segregadas.

Aqui, no Brasil, o racismo se dá de forma dissimulada, com a invisibilidade e ausência negra em diversos espaços sociais e profissões. As diversas entidades do movimento negro na história brasileira demonstram um protagonismo contra essa desigualdade, primeiro nas lutas contra a escravidão, com os diversos quilombos que se espalharam no país, depois com as organizações como a Frente Negra Brasileira, na década de 20, reprimida pela ditadura Vargas, em seguida pelo Teatro Experimental do Negro, perseguida pós-golpe militar, a chegar nos movimentos sociais negros que surgiram na luta pela redemocratização do Brasil, como o Movimento Negro Unificado, o Grupo de União e Consciência Negra, os Agentes de Pastoral Negros etc.

No entanto, há uma ideologia racista incorporada nas instituições e nas estruturas brasileiras, com argumentos do evolucionismo social ainda presente, considerando que alguns grupos étnico-raciais são inferiores e outros superiores, com a crença no 'mito da democracia racial', com a falácia de que somos um país mestiço, em que todas as pessoas vivem harmoniosamente, assim como na tese de que as questões étnico-raciais estão subordinadas às questões econômico-sociais, desprezando as lutas identitárias em detrimento de uma visão economicista totalmente reducionista.

Esta forma cínica se manifestou na primeira legislação contra o racismo no Brasil. É uma tentativa de responder a um escândalo internacional, quando a bailarina negra americana Katherine Dunham foi impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo por ser negra, quando faria uma apresentação no Teatro Municipal de São Paulo, durante a turnê que fazia no país, em 1950, aprovaram a lei nº 1390, em 03.07.1951, considerando o racismo uma contravenção, ou seja, nem crime era e ao que cometia a discriminação racial, bastava-se pagar um mísero trocado como multa. O racismo só se tornaria crime no Brasil em 1989, pela lei nº 7.716. Essa experiência vivida por Katherine Dunham é reflexo do que acontece cotidianamente na vida de negras e negros no Brasil.

E, como o racismo é uma ideologia incorporada, introjetada, nem sempre todos se dão conta dessa realidade cruel. Se, no passado com a expulsão de forma patente dos espaços tidos como predominantemente brancos, atualmente de forma latente, com a invisibilidade perceptível de negros em locais tidos como mais privilegiados da cidade e do país. A ironia desse racismo é que a diversidade é sempre exposta ao mundo em propagandas divulgadas em slogans, nos discursos de redes sociais e diversos meios publicitários e de comunicação, porém rapidamente esquecida no interior das instituições. E, quantas instituições neste discurso de que estão comprometidas com a diversidade étnico-racial, recrutam uma pessoa negra, sendo esta apenas uma representante de um rosto de diversidade sem profundidade, permanecendo às práticas cotidianas, sem que haja uma verdadeira inclusão.

Às vezes, invisibilidade significa não ser visto como alguém com capacidade para ocupar alguma profissão ou papel social. É comum termos relatos de pessoas negras ocupando determinadas profissões e serem confundidas como de outras funções menos valorizadas. Diretoras e diretores que, ao atenderem alguém escutam a famosa frase: “gostaria de falar com a diretora”. O mesmo ocorre com negras e negros como profissionais da medicina confundidos com outra profissão, assim como na própria moradia, quando atende alguém e esta diz que gostaria de falar com a proprietária da casa, na interpretação de que quem atende seria a empregada. Não é preciso, aqui, dizer de seguranças circulando atrás de pessoas negras em lojas, shoppings, assim como nas abordagens policiais, particularmente quando estão em posse de bens tidos ou interpretados como incompatíveis para essas pessoas.

Estudantes negros relatam dificuldade em suas trajetórias universitárias e funcionários negros em vários ambientes descrevem ter passado por escrutínio desnecessário. Tais microagressões enviam uma declara-

ção desmoralizante aos negros: “você não pertence a este lugar”. A invisibilidade se estende aos interesses e carreiras, as especialidades de algumas pessoas negras são questionadas. A expertise é negada. Para a branquitude, os pontos fortes das pessoas negras não são valorizados e que os seus esforços não se alinham com as ‘prioridades atuais’. Espera-se que negros se conformem com uma cultura excludente. Por meio de abusos de profissionalismo, negros são aculturados para se encaixar, questionam os cabelos crespos naturais, enfim, há uma desumanização vivida por pessoas negras nessa sociedade racista.

Esta obra ‘Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas’ nos traz relatos de homens e mulheres articulados, autoconscientes, educados, que mesmo crescendo numa sociedade que impõe uma ideia de pessoas negras como raivosas, incultas e não articuladas, lançam imagens de esperança, fraternidade e autorrealização individual. E, nesse sentido, essencial para que os mais jovens, crianças e adolescentes tenham referências positivas, simbolicamente fundamentais no processo de construção das identidades particularmente negras.

Nossa esperança é que um dia, não tão distante, possamos todos dizer que o racismo não tem lugar em Juiz de Fora, assim como em todo país, que possamos ter ações em prol da igualdade e inclusão de pessoas negras. Este é um chamado a todos, para estabelecer espaços seguros, onde a vida das pessoas negras possam ser sustentadas, fortalecidas e respeitadas.

Área para autógrafa



Apresentação

Rita de Cássia Souza Félix Batista



Rita de Cássia Souza Félix Batista é pensadora livre, professora, Doutora em Educação Brasileira, pesquisadora, cientista social e escreveu o livro 'O Negro: Trabalho, sobrevivências e conquistas – Juiz de Fora (1888 – 1930)', resultado de sua pesquisa sobre a história dos meios de sobrevivência e trabalho da população preta em Juiz de Fora, a partir da abolição. Pesquisou também os Clubes Sociais Negros na cidade, constatando uma história das relações sociais e raciais, caracterizada por um 'apartheid juiz-forano'.

As questões relacionadas à história do povo preto no Brasil e suas identidades, sempre foram socialmente negadas e negligenciadas pelos segmentos sociais que abordaram o assunto. As instituições oficiais em suas mais diversas expressões, historicamente reproduziram o compromisso imposto pelas elites dominantes no sentido de dar vozes aos colonizadores em seus ímpetos de manterem e permanecerem com suas dominações.

A sociedade brasileira múltipla e plural vem ao longo dos séculos se manifestando racista e excludente no trato do dia a dia das relações raciais, sociais, culturais e históricas. Com isso, a historiografia oficial brasileira reproduziu e ainda reproduz abertamente os ditames dessa opressão, alicerçando a construção da nação pautada na população branca oriunda de diversas regiões da Europa e seus referenciais culturais, artísticos, científicos, biológicos e jurídicos.

Já os povos originários, bem como os africanos e brasileiros descendentes dos ex-escravizados passaram a compor um grupo de subcidadania étnico-racial banidos da estrutura social da nação. Passaram a ser um acessório que casualmente compuseram o projeto de nação. Todavia,

esses povos relegados pela historiografia e pela sociedade dominante estiveram à frente da resistência e luta por sua história e suas sobrevivências. Pretos e nativos edificaram a nação Brasil. Os ascendentes desses povos tiveram participação ativa e dinâmica no processo de crescimento e desenvolvimento desse país. Inegavelmente, a presença de pretos e nativos foi determinante para que o Brasil pudesse ser o grande país que se apresenta hoje.

No município de Juiz de Fora, em Minas Gerais, a omissão da história desses grupos étnicos relegados não aborda a sequência de avanços e ações que os mesmos impetraram para que esse município viesse a existir da maneira que concebemos na atualidade. O descaso com negros, tamoyos e tupinambás, se faz ainda de maneira dura, apesar de algumas iniciativas individualizadas teimarem em romper o silenciamento imposto. E rompem.

Pesquisadores e cientistas das mais diversas áreas de conhecimento argumentam o quão a cidade de Juiz de Fora se apresenta preta. Entretanto, os indicadores sociais revelam uma cidade com a população preta residente nas zonas periféricas, nos distritos, no campo, nas favelas, nas regiões mais afastadas e em áreas socialmente mais vulneráveis.

Em Juiz de Fora, os bairros que apresentam maiores fatores de riscos sociais são povoados pela imensa maioria da população negra, de acordo com pesquisa publicada por Ana Cláudia J. Barreto, a partir de estudos realizados na Defesa Civil do município em 2013. Pesquisas vem sendo disponibilizadas anualmente, no sentido de que a população possa ser informada e sensibilizada para que mais e mais pessoas venham ter acesso a esse tipo de conhecimento.

Afirmo a necessidade de que pessoas interessadas no assunto, pesquisadores e memorialistas venham se sensibilizar no sentido de que possamos registrar as histórias não contadas. As histórias não ditas e ainda não conhecidas pela sociedade juiz-forana. Afirmo também que essa constatação já se transformou em orientação histórica há alguns anos.

Reitero a todas as pessoas que possuem a regalia de ainda convivem ou terem em suas famílias e conhecidos, pessoas idosas pretas, que possam incentivá-las a contar suas histórias de vida. Esse procedimento vem se tornando ferramenta importante para que possamos resgatar a história preta de formação da cidade a partir dos referenciais dos descendentes dos ex-escravizados. Os guardiões de nossas histórias: nossos Griôs. A partir daí, os registros irão 'contar' as histórias que comporão a história da cidade de Juiz de Fora.

Um número significativo de pessoas ignora a trajetória histórica dos descendentes de escravizados no período do Brasil Colônia, Império e Repúblicas. Trata-se de lutas, movimentos sociais, movimentos familiares, estratégias múltiplas em busca de sobrevivências e sustentos. Pessoas ainda ignoram as dificuldades e habilidades adquiridas visando a superação dos obstáculos. Trata-se de histórias de uma coletividade que no decorrer de séculos vem se estabelecendo em território que lhe apresenta adverso. Nessas páginas seguintes, o povo preto deixa de ser objeto apropriado pelos senhores e suas histórias, tornando-se sujeito de sua história. Sujeito dinâmico que protagoniza suas verdades. Essa leitura escreve uma outra história do Brasil. História a ser historiografada e inserida nos livros didáticos e paradidáticos.

Em conversa informal que tivemos há alguns anos, o amigo Alexandre Müller Hill Maestrini, externou uma indignação com a falta de conhecimento de pessoas pretas bem-sucedidas ou não, pessoas intelectualizadas na história da cidade. Ao citar o número expressivo de pessoas pretas que vem tecendo histórias, a partir da perversidade do sistema, Alexandre se mostrou surpreendido. O mesmo se mostrou indignado com a falta dessa informação e de imediato iniciou um levantamento dessa realidade. Eis que o autor se deparou com a necessidade de fazer algo para somar à nossa luta e o resultado está aqui em nossas mãos. Foram iniciados contatos interpessoais e a relevância de publicitar o levantamento, ciente que se trata apenas de um passo inicial de sua parte, no sentido de dar voz a um número significativo de pessoas pretas (e olhem que não é sequer a ponta do iceberg) residentes na cidade de Juiz de Fora, que a partir de suas experiências de vida, registram não somente suas histórias individuais, mas o que passa a ser história de um grupo, de um povo e de uma comunidade. A resistência da comunidade preta nesse espaço eminentemente europeu, eurobranco, etnbranco, que nessas entrevistas, entende-se reexistências.

A leitura dessas experiências, aqui contadas por Alexandre Müller Hill Maestrini, é um exercício relevante para as pessoas que desejam conhecer um pouco da história de pessoas/povo (nas palavras de Paulo Freire) em Juiz de Fora na contemporaneidade. A leitura conduz o leitor a um passeio por lugares inimagináveis, a partir de experiências duras, mas também doces que levam à emoção em seu sentido mais pleno. Histórias que trazem o lado amargo da vida, mas que, ao mesmo tempo, nos convidam a refletir sobre a essência do ser humano em toda a sua possibilidade de existência.

No pós-abolição, a sociedade brasileira em sua estrutura, abandonou esses contingentes jogando-os à própria sorte. Nos relatos há momentos de sofrimento, aflição, angústia, desgosto, mágoa, tristeza. Todavia, nos é transmitido também o triunfo dessas mazelas que se manifesta através de esperança por dias melhores e o espírito aguerrido de luta herdado de seus ancestrais.

Com o passar dos anos, a realidade os forçou a adquirir meios de escaparem da brutalidade do sistema republicano que permanecia negando sua existência, conservando o insano e boçal sistema racista, tal como o regime que desvaloriza, desdenha e descarta seres humanos de maneira oficial e extraoficialmente. O brutal capitalismo que surgia, conservou os ditames dos tempos anteriores durante décadas a fio, levando os descendentes dos ex-escravizados a se reinventarem cotidianamente para que pudessem se estabelecer no espaço que lhes era negado.

Gerações e gerações resistiram ao embate imposto. Adquiriram meios de sobreviverem na zona urbana que lhes rejeitava e lograram capacidades e aptidões a partir de seus próprios talentos. Subsistiram. Sobreviveram. Construíram o país e a cidade a partir de suas habilidades e conhecimentos. Seu Know-how não foi reconhecido como saberes milenares a ponto de serem aproveitados para o sistema. Perdeu o sistema, uma vez que com suas habilidades e perícias, o povo preto está aí, capaz de produzir saberes, ciências, culturas, erudições, histórias. Histórias espetaculares.

A leitura dessas narrativas conduz a sociedade brasileira e juiz-forana a refletirem sobre o verdadeiro sentido do ser humano e sua história recente e passada, podendo ser edificada no presente a partir do agora como um patrimônio a ser futuramente reconhecido e reparado.

Não se trata apenas de um resgate histórico. Mas sim, do resgate de expressões identitárias carregadas de verdades, empatia e afetuosidade. A superação é componente importante nesse 'composè' de experiências descritas. Contudo, a afetuosidade, o instinto de solidariedade e amor, traduzem os relatos dessas memórias que nos encantam.

Leitura obrigatória e recomendada para todos que se permitem deleitar com esses agradáveis relatos de experiências, que por vezes nos revoltam, nos entristecem e também nos emocionam ao transmitirem cativantes verdades vivenciadas em nossa história e que agora, vem sendo desveladas.

Área para autógrafa

Desconstruindo o Racismo à Brasileira

Ugo Leonardo da Silva Soares



Nascido em Salvador, Bahia, mas Juiz-forano de coração, Ugo Soares é jornalista, cineasta e produtor cultural. À frente da Associação Cultural Cine-Fanon, tem promovido eventos culturais e formativos na cidade, como o Festicidi e a Escola de Audiovisual da Periferia; projetos em prol da diversidade e da democratização do acesso aos meios de produção e consumo cultural.

Em seu célebre artigo intitulado ‘Racismo e Cultura’, Frantz Fanon trata de mostrar como o racismo se manifesta através de mecanismos culturais e como a cultura pode ser tanto um instrumento de opressão quanto uma ferramenta de libertação. Ao analisar a relação entre racismo e cultura, Fanon contribui para uma compreensão mais profunda das raízes do racismo e para a construção de estratégias de luta contra essa forma de opressão que assola a humanidade. Fanon nos mostra como o colonialismo constrói uma imagem negativa e estereotipada dos povos colonizados, o que, para o colonizador, justificaria a dominação e a exploração do ‘outro’.

O livro ‘Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas’ se constitui como um antídoto, fármaco para a proteção e cura deste pavoroso mal que é o racismo, na medida em que propaga e valoriza a imagem da negritude. O preconceito e a discriminação atingem todas as camadas da sociedade, não somente a das principais vítimas, os não brancos. O estado de revolta e violência desencadeado pelo preconceito acaba por contaminar e desestruturar toda a comunidade. Sociedades racistas geralmente são sociedades desiguais, e, invariavelmente, sociedades violentas e inseguras. O racismo não se limita à violência física, mas também

se manifesta através de uma violência simbólica que atinge a identidade e a autoestima de suas vítimas, o colonizado.

Fanon nos mostra como a cultura pode ser utilizada como uma ferramenta de resistência contra o colonialismo, permitindo aos colonizados a afirmação de sua identidade e conseqüentemente a construção de um futuro autônomo. Através de sua relativamente curta e densa obra, Fanon, que era médico psiquiatra, nos convida a uma profunda reflexão para a compreensão do racismo, bem como trata de apontar caminhos para o enfrentamento ao mesmo. Para o doutor Fanon a emancipação dos povos oprimidos viria, principalmente, a partir da descolonização, não apenas dos territórios, mas também das mentes humanas.

Segundo Fanon, a internalização do racismo na mente do negro, imposto pelo branco, dificultaria a construção de uma união genuína e eficaz. Gerando assim traumas e neuroses, principalmente na pessoa negra-oprimida, mas também no branco-opressor. Como exemplo, nada melhor que a célebre frase do também médico e intelectual pernambucano Josué de Castro, que ironicamente afirma que: “metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come”.

Mas ora, e onde estaria o ‘ethos’ dessa internalização que comprimiu o negro a desfazer e a afastar-se de si mesmo em troca do salvador desejo de assimilação da cultura do embranquecimento, algo realisticamente impossível de se alcançar, portanto gerador de neurose e adoecimento? Acreditamos que tal fatalidade se dê pelo fato de ser exitosa a construção de um rígido sistema de dominação dos meios de produção, tanto material quanto intelectual, pela branquitude hegemônica, que acabou conquistando o ‘direito’ de impor sua imagem e semelhança como modelo padrão.

Para o sucesso e manutenção desta empreitada, não consolidada – em disputa até hoje, era preciso ter como principal objetivo a total aniquilação e destruição dos meios de resistência do adversário, que deveria se submeter pacífica e incondicionalmente à vontade de seus algozes. As tentativas, estratégias, estratagemas, foram muitas, e estão aí até hoje, como o apagamento cultural e deslegitimação da história e contribuição do povo negro para a formação do espaço geográfico ao qual chamamos Brasil.

Falar de ‘Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas’, é falar de como Alexandre Müller Hill Maestrini certamente, em sua obra, corrige o fluxo errático da história local, do antigo povoado de Santo Antônio do Paraibuna. Sociedade erigida a partir das ruínas, da falência e decadência da mineração no grande centro provençal mineiro, e que veio a se tornar potência e esplendor décadas depois;

inicialmente às custas da monocultura cafeeira, subseqüentemente consolidada pelo desenvolvimento industrial proveniente do capital externo. Ao trazer à baila as autobiografias de 54 personalidades negras de Juiz de Fora, elevando-as a local de destaque, o escritor Alexandre ressignifica o conceito de riqueza, redistribui e devolve os louros e a devida honra a quem é de direito.

Em sua obra, o autor, dando um salto quântico de mais de 150 anos na história, migrando do macabro mundo que prospera da servidão escravista nas lavouras cafeeiras da Zona da Mata, a partir da segunda metade do século XIX, para se situar na hoje quarta maior cidade do Estado de Minas Gerais, faz justiça ao publicizar e louvar o trabalho e a trajetória de dezenas de mulheres e homens negros e negros. Seres humanos que, com o árduo suor extraído de seus músculos e da seiva criadora de seu intelecto, tal como seus antepassados, continuam a gerar riquezas materiais e imateriais contribuintes para o avanço desta cidade.

Com a publicação deste livro, bem sabemos, ainda não conseguiremos erradicar o secular e dissimulado 'racismo à brasileira', mas a obra se constitui como uma significativa contribuição e um largo passo nesta direção, visto que ela chama a atenção da sociedade para uma nova narrativa, além de mexer com os brios das personagens, reconhecendo a atuação e elevando a autoestima de mulheres negras e homens negros que, motivados, terão muito mais força para fazer o bom combate frente as sistematizações e manifestações do racismo na atualidade.

Contudo, apesar dos notáveis avanços, ainda há muito que ser feito, basta olharmos para as prisões, marquises das calçadas ou nos debruçarmos sobre os dados relativos aos índices de desenvolvimento econômico e humano para percebermos a abissal lacuna econômica e social interposta entre a população negra e a branca de Juiz de Fora e do Brasil, mas receber uma obra como esta é um bom alento para a tomada de fôlego necessária para continuarmos a luta.

Para se combater o racismo, de maneira concreta e eficaz, acreditamos que seja necessário o engajamento e o envolvimento de todos, negros e não negros, e a utilização de todas as armas e mecanismos disponíveis para o enfrentamento. Porém, paralelo e para além de nos ocuparmos exclusivamente em estabelecermos cruzadas formuladoras de Leis e aparatos legais de punição e coibição, embora estas sejam extremamente necessárias, secundariamente ao diálogo, cremos encontrar um caminho mais viável através da promoção de uma educação humanística e emancipadora (no sentido de se emancipar o sujeito do preconceito

para experienciar a coisa de fato). Um percurso que leve o ser humano a desenvolver profundamente o sentimento de empatia pelos outros seres.

A partir desta perspectiva precisaríamos rever muito do que hoje está aí, posto como verdadeiro, principalmente o que nos contam nossos mitos fundantes e nossos livros de história. Seria preciso recontar a história de muitas coisas. Este livro de Alexandre contribui com esta vontade, ele narra a história de vidas humanas, da identidade de um povo que na maioria das vezes teve sua voz negada ou negligenciada, mas que mesmo assim nunca se deixou ser silenciado por uma historiografia oficial redigida pelos de 'cima', escrita à revelia e sem o enunciar das vítimas, daqueles e daquelas que literalmente sofreram na pele e na consciência o ardor e o trauma causado pela infâmia da escravidão e do racismo.

Seguramente podemos afirmar que Alexandre, em 'Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas', visionariamente, desnuda uma verdade inconveniente tão bem articulada e protegida pela secular e escravocrata sociedade juiz-forana. A cada passar de página da obra e, ao adentrar cada vez mais no riquíssimo e diverso mundo particular de cada personagem, torna-se cada vez mais cristalino que a verdadeira riqueza desta cidade nunca se encontrou no negrume do valioso grão de café, que, após a predecessora torra, seria conduzido à exportação, mas sim na negra cor da pele de dezenas, centenas, milhares de homens e mulheres que com seu suor e seu sangue ajudaram a gerar riquezas e consolidar o processo de urbanização civilizacional deste município, bem como da própria Zona da Mata, região que um dia chegou a ser a maior produtora de café do Estado de Minas Gerais.

O livro em destaque, antes de tudo e mais nada, é um convite à reflexão a respeito da questão racial local e à valorização e reconhecimento da história e percurso do povo negro. Sobretudo uma convocação ao leitor para enfileirar-se nas tropas de combate ao racismo, tornando assim a cidade, o país e o mundo um local mais pacífico e agradável para todos conviverem, independente das diferenças que os caracterizam. Ou seja, um convite para a preservação e valorização daquilo que há de mais valioso no planeta, a sua diversidade.

Área para autógrafa



**Brasil, meu nego deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra...
...Brasil chegou a vez**

De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês...

(Samba enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira – 2019)

Poema ‘Negro Cadê?’ do professor Antônio Carlos Lemos Ferreira, escrito em 2012, porém mais atual do que nunca, uma homenagem ao ícone juiz-forano Nelson Silva:

Negro cadê seu sorriso?	-	Alguém apagô
Negro cadê sua decência?	-	Alguém mutilô
Negro cadê sua auto-estima?	-	Alguém subestimô
Negro cadê seu amor?	-	Alguém tomô
Negro cadê sua voz?	-	Alguém calô
Negro cadê sua cidadania?	-	Alguém esvaziô
Negro cadê sua altivez?	-	Alguém dobrô
Negro cadê sua soberania?	-	Alguém currô
Negro cadê sua virgindade?	-	Alguém forçô
Negro cadê sua beleza?	-	Alguém infeitô
Negro cadê sua coragem?	-	Alguém afroxô
Negro cadê sua negritude?	-	Alguém branquiô
Negro cadê sua bravura?	-	Alguém domesticô
Negro cadê suas crias?	-	Alguém matô
Negro cadê seus Deuses?	-	Alguém batizô
Negro cadê sua nudez?	-	Alguém tampô
Negro cadê sua vileza?	-	Alguém realçô

Ademir Fernandes

Transmitindo a superação pelo saber



Ademir Fernandes, nascido em 11.10.1987, ia aos cultos na igreja junto com a mãe e às vezes conseguiam alguns mantimentos com os pastores para sobreviverem por mais um dia. Ele já vivia muitas dificuldades por causa do alcoolismo da mãe e logo foi forçado a trabalhar como entregador de panfletos para comprar comida para toda família. Em busca de sobrevivência, procurou a AMAC e participou do Projeto PROMAD, onde pôde desenvolver capacidades e potencialidades, para inserção no mercado de trabalho. Com apenas 13 anos ele conseguiu emprego fixo e aprendeu a profissão de barbeiro: “mas o que eu ainda não imaginava era que esse passo mudaria minha vida radicalmente”.

Mexer com drogas era comum na família, devido às difíceis condições financeiras e sociais do bairro Furtado de Menezes, mas com fé, Ademir preferiu seguir os ensinamentos da igreja e, com a força interior, superar todas as expectativas negativas. Aos 23 anos, buscou apoio na igreja e, pelos exemplos que via, compreendeu que uma profissão poderia transformar vidas. Começou a cortar cabelos no salão do amigo Ezequiel Oliveira, que incentivava os jovens a aprenderem a profissão. Rapidamente, Ademir se tornou gerente, e Ezequiel arrendou uma barbearia só para Ademir.

Por volta do ano 2016, Ademir foi muito influenciado pelos conselhos de Sérgio Félix de seguir a bíblia e não descuidar dos estudos. Inscreveu-se na Faculdade UNOPAR para cursar Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos. Se sentia privilegiado, já que nenhum outro familiar tinha curso superior, e saiu da faculdade ‘cheio de ideias’, com vontade de influenciar positivamente as pessoas e mostrar aos jovens um novo caminho, e não o antigo destino a eles reservado pela sociedade discriminadora.

Ele estava disposto a combater o racismo estruturante e focar em palestras, *workshops*, treinamento, capacitação e gestão de profissionais do setor da beleza. Nos encontros, explica de forma acessível temas como gestão financeira, gestão das emoções, gestão de tempo, empreendedorismo e produtividade, todos essenciais para o sucesso de um salão de beleza. Ademir pode usar o exemplo da própria vida, mostrando como a área da beleza mudou radicalmente seu destino. Atualmente, ele é proprietário de um salão feminino e empreendedor na área da gestão de negócios de beleza.

Hoje, dedica-se a ajudar muitos microempreendedores da área da beleza que estão estagnados por falta de conhecimentos básicos e de gestão de negócios. Em suas palestras, busca transmitir tudo que aprendeu e que não recebeu quando iniciou: “um salto de qualidade profissional que transforma vidas”. O xodó do educador social é o ‘Projeto Fica Vivo’, do Governo de Minas, onde trabalha com jovens de 12 a 24 anos, com o objetivo de combater a violência e os homicídios dolosos nas regiões mais violentas de Juiz de Fora: bairro Furtado de Menezes, Vila Olavo Costa, Vila Ideal e Vila Ozanan. O projeto atua de forma preventiva, buscando soluções a médio e longo prazo e intervindo antes que o crime aconteça.

Para reverter os problemas estruturais, Ademir faz sua parte levando os garotos para cortarem cabelo em escolas, Curumins etc. Mas o objetivo vai além do corte de cabelo, trata-se de ensinar um ofício e, sobretudo, manter os jovens vivos, afastando-os da violência doméstica e social, assim como do preconceito racial. Nos encontros, eles compartilham suas experiências ‘lá de fora’ e encontram um local de acolhimento. Ademir acredita contribuir para formar cidadãos mais conscientes, ensinando-os a buscar mais conhecimento e recursos que os afastem do caminho do crime e das drogas. Uma das maiores frustrações de Ademir é não ter conseguido evitar que o irmão/filho Guilherme, com apenas 16 anos e, pressionado pelas circunstâncias sociais, se envolvesse com drogas aos 16 anos e, aos 18, fosse encarcerado, permanecendo preso até hoje. Ademir tinha feito de tudo para o irmão se tornar um barbeiro, dava conselhos e exemplos, mas: “lamentavelmente, perdemos mais um para a delinquência”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Adenilde Petrina Bispo

Doutora intelectual orgânica



A primogênita Adenilde, ou 'Dona Dê', nasceu em 29.06.1952, em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, e veio com a família em 1963 para Juiz de Fora. Sua mãe, Lindaura Bispo dos Santos, nasceu em 1922 em Cachoeira do Campo, no Quilombo Morro das Pedras e só completou a primeira série. O pai, Luiz Bispo, nasceu em 1917, na cidade de Cordisburgo, e trabalhou no DER. De Cachoeira do Campo foram para Patos de Minas, depois para São João del-Rei, mas Adenilde só completou o 1º e 2º ano em Barbacena. Não chegou nem a conhecer a sua avó paterna, Benvinda Pereira dos Santos, mas a avó materna Ana Josina dos Santos, era parteira e benzedeira, descendente de indígenas puris e escravizados africanos.

Em 1963, a família chegou a Juiz de Fora e passou a morar no bairro Floresta. Adenilde foi estudar na Escola Municipal Leopoldo Augusto Penizollo e, em seguida, cursou a quarta série na Escola Municipal Carolina de Assis. Em 1968, se mudou para o ginásio da recém-criada Escola Nossa Senhora Aparecida, da CNEC, no bairro Floresta. No ano seguinte, foi para o Colégio Normal Santa Catarina, onde se formou em 1971 como professora: “eu era a única negra do colégio”. Nesse período trabalhava como Auxiliar de Secretaria: “eu achava que iria me tornar freira”.

Com apenas 17 anos, já residindo no bairro Santa Cândida, conheceu Dona Aparecida, que organizava os movimentos da Sociedade Pró-Melhoramento, e Adenilde passou a participar ativamente das atividades. Em 1974, entrou para a faculdade de Filosofia da UFJF: “eu era a única preta, mas no bairro só tinha pretos”. Na Universidade, Adenilde percebeu que só lia obras de filósofos homens e brancos: “os filósofos negros não tinham livros publicados”. Continuou lendo autores brancos, como

Heidegger, mas passou a relacionar suas ideais à sua própria realidade de mulher negra e da periferia.

Adenilde contou que foi na universidade que passou por uma verdadeira lavagem cerebral, mas entrou também para o Grupo de Estudos Afro-brasileiro Acotirene, era militante e participava de tudo. Formou-se em 1979, no ano do fim da ditadura militar. Foi trabalhar na Biblioteca Re-dentorista onde ficou até aposentar-se em 2008: “eu levava informações para minha comunidade, falava sobre direitos sociais, acesso à saúde, saneamento básico, escola e transporte coletivo”.

Foi secretária da Sociedade Pró-Melhoramento do bairro Santa Cândida e, em 1984, tornou-se professora de história na rede municipal, onde se dedicou 29 anos em escolas dos bairros Santo Antônio, Teixeiras e no CESU. Em 1993 conheceu a cultura do Rap e do Hip-Hop: “as nossas vozes da rua são filosofia pura”. Foi nesse contato com os jovens periféricos que Adenilde se descobriu uma intelectual orgânica: “pois me mantenho ligada à minha classe social originária e atuando como seu porta-voz”, explicou o conceito do filósofo italiano Antônio Gramsci na prática do dia a dia.

Adenilde apoiou a luta da Rádio Comunitária Mega FM e tinha um programa chamado ‘Voz do Morro’. Em 2003, foi nomeada membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, representando a Associação de Mulheres de Juiz de Fora. Na periferia, tornou-se referência para milhares de mulheres negras jovens e, em 2013, ajudou a criar a ‘Biblioteca Coletivo Vozes da Rua’. Como ela mesmo fala, o universo conspira e, em 2017, a UFJF concedeu a Adenilde o título de Doutora Honoris Causa. Neste mesmo ano, a Câmara Municipal de Juiz de Fora a reconheceu com o título de Cidadã Honorária de Juiz de Fora por sua militância social contra o racismo, pelas mudanças e melhorias na periferia. Em 2020, recebeu a Medalha Rosa Cabinda da CMJF. Com sua cosmovisão, Adenilde deixa uma mensagem final para todos, brancos ou negros, que sonham com um mundo em paz: “aprendi com os líderes negros e com minha avó que não podemos excluir ninguém. É nóiz! Precisamos incluir todos”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Alessandra Aparecida Benony Advogada contra as injustiças



Alessandra passou toda a sua infância e a fase adulta numa casa humilde no bairro Industrial, na Zona Norte, filha de um pedreiro e mestre de obras e de uma técnica em enfermagem. A caçula de cinco filhos, cresceu em meio à pobreza e ao racismo. No período escolar Alessandra sofreu muito bullying e passou por traumas do abandono, pois foram os irmãos mais velhos que cuidavam dela enquanto os pais estavam trabalhando. Já nessa época ela não aceitava de forma pacífica o racismo brutal ou velado, quando era rejeitada e quando estudou em escola particular chegou a ser muito humilhada pelas coleguinhas mais ricas e brancas.

Quando um irmão foi brutalmente assassinado toda a família se desestabilizou e Alessandra com apenas 10 anos viveu um momento de tormento e cresceu com sede de justiça: “como o caso não foi solucionado meu objetivo sempre foi cursar Direito para fazer justiça por ele”. Curvou Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior, mas quando se formou, não conseguia trabalho por ser uma mulher preta: “senti na pele o racismo fechando as portas pra mim”. Entre 2006 e 2007, fez sua especialização em Direito Público no Centro Universitário Newton Paiva, período em que os caminhos começaram a se abrir. Nesse mesmo período, fez outra especialização em Direito Público na Associação Nacional dos Magistrados Estaduais. Em 2009, concluiu uma especialização em Ciências Criminais pela Faculdade Milton Campos e se aprofundou no antigo caso não resolvido do seu irmão: “diante da impotência frente ao sistema jurídico que entrei em depressão”.

Em 2012, fez outra especialização em Direito Empresarial e de Negócios pela FGV, e, em 2013, chegou ao mestrado na UFRJ, onde levan-

tou uma tese sobre a questão da vulnerabilidade da lei de cotas. Nesse ano abriu seu próprio Escritório AGAPE dedicado a advogar pela causa feminina. Em 2014, concluiu uma especialização em Direito da Mulher: “temos tantas mulheres pretas vítimas de violência doméstica e de abusos”. Ela traz nas veias a garra de vencer todos os preconceitos, des-casos e injustiças de um país racista e misógino. Em 2023, Alessandra passou no mestrado em Psicologia Forense na Fundação Universitária Iberoamericana e, lembra que, quando passou a usar as roupas arrumadas, percebeu como o vestir define um preto: “se eu estiver de roupa simples as pessoas me confundem com empregadas, quando coloco meus terninhos eles acham que não mereço. As pessoas rotulam os outros pela cor da pele e pela história de segregação brasileira”.

Para Alessandra, Juiz de Fora é hoje uma cidade segregada, onde a maioria dos pretos vivem empurrados para a marginalidade pelo racismo estruturador: “e o judiciário brasileiro é reflexo fiel dessa sociedade”. Na chamada ‘sociedade alta’, ainda não conseguiu furar o bloqueio da branquitude, mas, com o reconhecimento público notório de suas causas ganhas, conquistou a confiança das mulheres negras, defendendo-as com base na Lei Maria da Penha. Sua luta hoje é combater a violência covarde contra mulheres, seja no campo verbal, corporal, moral, patrimonial ou psicológico: “infelizmente, muitas mulheres, pressionadas pelo patriarcado, ainda consideram a violência uma coisa normalizada”.

Nos seus trâmites e dia a dia no judiciário, ela ainda hoje recebe olhares esquisitos: “como se eu não fosse desse planeta ou não pertencesse ao local onde eu estou por conquista pessoal”. Ela não hesita em apontar a realidade: “nesse município de mais de 600 mil habitantes, não existe nem um Juiz preto”. Mesmo diante dessas barreiras, Alessandra reconhece a força de sua ancestralidade: “muitas gerações de pretos sofreram desprezo, humilhação, pobreza, abandono, decepções, perseguições, mas focaram no básico, que é sobreviver”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Ana Paula Torquato

Poeta, filósofa e administradora



Ana Paula era uma menina sonhadora e teimosa, que se transformou em uma mulher que sabe que pode, de grão em grão, contribuir para um mundo melhor. Nascida em 14.03.1988, nunca chegou a conhecer o pai e, por sorte, foi criada por quatro mulheres admiráveis, a maior inspiração de Ana, por toda a garra, coragem, determinação e amor que demonstraram em sua criação: “mulheres, pretas, fortes, femininas e ancestrais”.

Esse veio da ancestralidade de Ana fluiria mais tarde em suas poesias. Aos dois anos, a família se mudou para o bairro Bandeirantes e a mãe foi trabalhar em um bar. Com quatro e cinco anos, Ana teve a oportunidade de estudar em uma escola particular, a Escola da Tia Neivinha. Aos seis anos, foi para a Escola Municipal Fernão Dias Paes, onde estudou até a oitava série. Nessa época, ela infelizmente, já ouvia apelidos pela cor da sua pele, embora ainda não tivesse consciência de que tudo era sobre a ‘cor da pele’.

Aos catorze anos, Ana iniciou o ensino médio na Escola Estadual Sebastião Patrus de Souza, no bairro próximo. Durante esse período, ela já trabalhava dando aulas particulares para vizinhos e colegas. Assim ela ia juntando dinheiro, trabalhou também como manicure e a mãe como empregada doméstica. Como é normal em muitas famílias pobres, estudava de manhã e trabalhava na parte da tarde.

Pela cor, ela escutava que não teria outro destino a não ser trabalhar como doméstica ou ser professora. Porém, determinada a quebrar as correntes, decidiu cursar Administração e trilhar seu próprio caminho. Com uma bolsa parcial do ProUni, iniciada em 2008, e sempre trabalhando e estudando, em 2014 tornou-se Bacharel em Administração de Empresas pelo Instituto Vianna Júnior. Neste período, a percepção de sua condição

de pobre e negra foi aumentando: “as realidades eram totalmente diferentes”, muitos ali estudavam para assumir a empresa da família, e Ana era a primeira da família com um diploma.

Ana teve dificuldades para conseguir estágio durante a faculdade, pois a cor da pele começava a falar mais alto do que o currículo. Foi nas adversidades, e com muita facilidade para a escrita, que Ana se enxergou como uma poeta: “e nesse meio do caminho, entre subidas e descidas, que eu publiquei meu primeiro livro”. De 2016 a 2018, Ana estudou e concluiu uma especialização em Gestão de Pessoas pela UCDB. Entre 2016 a 2019, se dedicou e se tornou também Bacharel em Ciências Humanas na UFJF. Além disso, Ana Torquato concluiu uma Licenciatura em Filosofia, realizando um velho sonho. Ana não parou no seu primeiro livro. A poetisa tem hoje três livros publicados individualmente: em 2015, lançou seu primeiro livro de poesias ‘O ter e o ser’; em 2017, ‘Se unem, mas nem sempre se sentem’; e, em 2022, a obra ‘Essência: menina, mulher, preta’. Esse é o jeito especial de Ana Torquato para combater o racismo, continuar aprendendo, escrevendo e compartilhando.

Em dezembro de 2018, foi escolhida para fazer parte da ilustre Academia de Letras da Manchester Mineira. Ela escreveu também a poesia ‘Ainda carrego as correntes soltas dos meus ancestrais’. Em suas poesias, retrata que “a cor da pele grita, em lojas, em espaços, em ambientes, no trabalho e até em uma consulta médica”. Ana Paula descreve que, no Brasil, a maneira como alguém será tratado depende de quem se é: “já se desculparam comigo por me confundirem com a vendedora de livros, e não a autora; me julgaram como aprendiz, e não enxergaram a profissional; e, o pior, já banalizaram minha alergia dizendo que na pele negra é assim mesmo”.

Querendo se posicionar na sociedade, Ana, por muito tempo, tentou parecer com o que era considerado ‘mais bonito’, foi preciso se olhar melhor no espelho, sentir algo mudando e assumir o seu cabelo. A questão capilar era sua força e o seu amor-próprio eclodindo. Ela percebeu que, agora, estava pronta para encarar o mundo de cabeça erguida. Ainda carrega as correntes em sua pele, mas vai quebrando-as, aos poucos, para um Brasil melhor.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Antônio Carlos da Hora

Elo forte da ancestralidade



Antônio nasceu na capital, Rio de Janeiro (RJ), no dia 27.12.1962. O pai, Jaldyr Geraldo da Hora, era faxineiro auxiliar de serviços gerais da UFRJ, mas nunca participou da vida do filho: “não conheço meu pai pessoalmente”. A mãe, Maria do Rosário, era empregada doméstica, engravidou, se separou e assumiu sozinha a responsabilidade de criar o menino. Pobre, semianalfabeta e negra, passou por dificuldades com o menino embaixo do braço para todo lado, sem poder exercer a maternidade. Contra o seu coração, decidiu levar Antônio, com apenas um ano de idade, para a casa de uma amiga de infância em Volta Redonda (RJ).

Hora cresceu com a amiga de infância da mãe, Terezinha Paula de Jesus, casada e sem filhos: “minha mãe de criação”. O pedreiro José de Paula Filho é considerado o verdadeiro pai, o influenciou e marcou positivamente sua vida. As duas mães eram de Andrelândia (MG) e tinham sido ‘adotadas’, ou melhor, ‘escravizadas’ por duas irmãs de uma família branca e rica de Andrelândia.

Toda a família rica sempre interpretou que estavam ‘fazendo um grande favor’ para as duas e ousavam dizer que elas ‘deviam’ obrigação a eles, em ‘agradecimento’ por terem sido ‘adotadas’. As duas cresceram com uma imensa ‘consciência’ do que é ser negra no Brasil e transmitiram essa ancestralidade ao menino Antônio, que herdou a percepção de fazer parte de uma corrente ancestral, como um elo forte. Menino pobre e negro, foi criado na periferia de uma cidade industrial, como era Volta Redonda (RJ), em plena ditadura militar. Hora teve uma infância miserável e, com apenas oito anos, trabalhava como adulto. Cresceu com a consciência do quanto é duro ser preto, pobre e periférico, e do quanto que a necessidade de trabalhar começa mais cedo que para os meninos brancos e abastados.

Durante o ensino médio, no Colégio Volta Redonda, foi que Antônio tomou consciência da situação e da realidade que as mães viveram. Elas diziam a ele: ‘nós fomos criadas pelas famílias X’, ao que Antônio corrigia com energia: “não! Vocês estão equivocadas! Vocês foram criadas da família”. Um pequenino detalhe que Hora frisava, são ‘contextos totalmente diferentes’. A doce vingança de Antônio foi: “me transformei em tudo aquilo que eles diziam que eu não conseguiria”. Por incrível que pareça, todos os racistas contribuíram para que Hora percebesse o medo que os brancos têm: “medo do preto conseguir aquilo que se propõe”. Trabalhou na feira livre, mas nunca deixou de estudar.

Hora graduou-se, em 1987, em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade Barra Mansa (RJ) e, durante seus estudos, sempre trabalhou em uma livraria: “sempre tive consciência do binômio trabalho + estudo”. Depois de formado, Hora começou a atuar em alguns veículos de comunicação de sua cidade natal e, em 1988, recém-chegado em Juiz de Fora, trabalhou como assessor de comunicação de vários sindicatos, sempre muito alinhado aos movimentos sociais de esquerda: “eu sempre coloquei o meu diploma à disposição da causa dos trabalhadores”. Trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, o maior sindicato de Juiz de Fora, passou pelo Sindicato dos Professores, contribuiu para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e atuou também na CUT-Regional da Zona da Mata.

Em 1993, era membro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora, ‘o único preto’. No final dos anos noventa era coordenador da Assessoria de Comunicação da UFJF, para o projeto da área da saúde. Em 2001 se tornou Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Trabalhou como professor na UFJF, na UNIPAC e na ESTÁCIO. Para ele, o jornalismo é um desafio quando praticado por mulheres pretas e homens pretos, pois eles trazem para a profissão a mesma realidade que vivem na sociedade, com suas contradições, seus enfrentamentos, suas dores e ‘dis-sabores’. Desde 2021 trabalha na PJF. A história de qualquer negro é uma história de revolta, de resistência contra a violência, o genocídio e o encarceramento, de luta contra o chicote, do medo da polícia e do cacete. Mas, hoje, Juiz de Fora respira negritude e ancestralidade, com um movimento negro cada vez mais forte.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Antônio Carlos Lemos Ferreira

Professor, historiador e poeta



Nascido em Juiz de Fora, no bairro Grajaú, Antônio foi um menino bastante comum até a chegada da adolescência. Ele é de família de classe média baixa e aprendeu, desde cedo, o papel do trabalho na vida de uma pessoa e, sobretudo, a luta pela justiça. O poeta ama a conversação e o Franciscanismo, e pôde desenvolvê-los novamente quando retornou à Juiz de Fora, com um grandíssimo amor pelo Rio Paraibuna e pelo Morro da Boiada. ‘Charuto’, como era conhecido o menino do Morro da Boiada, considera que suas maiores obras são as do espírito. Canceriano e sonhador, descobriu a poesia já bem maduro, embora ela tivesse latente o tempo todo. Além de sua atividade de pensador inquieto, ele gosta de trabalhos manuais e pesados, que lhe alteram o estado de compreensão em relação ao trabalho intelectual do dia a dia como professor. Descontraindo, à beira do fogão de lenha, Charuto lembrou que já publicou livros, plantou árvores e criou dois filhos.

Ele conhece pouco de seus antepassados, mas explicou que desce da mistura tríplice descrita pelo alemão Carl von Martius, que desembarcou no Brasil para explorar suas entranhas: “sou oriundo de indígenas Puris da região do Rio Pomba – Serra da Onça e de escravizados do interior da Bahia, Vitória da Conquista, via filiação materna”. Já sua ancestralidade paterna vem de portugueses e negros misturados ali, no arraial, hoje Município de Conceição do Formoso. Mais longe, Antônio não conseguiu ir na ascendência: “devido à supressão do próprio nome, que estas duas etnias tiveram que suportar para garantir brasões e genealogia à etnia covardemente dominante”, lamentou.

Como cidadão, Antônio encara a história de Juiz de Fora como uma narrativa da elite dominante branca escravocrata, que precisa, deve e está sendo recontada e reescrita, e que necessita de uma abordagem me-

nos positivista e mais didático-metodológica, palatável para os pequenos, que dela precisam para se orientar. Tudo isso se reflete em suas poesias e escritos. Ele prossegue sonhando que esta abordagem histórica deve levar também em conta a contribuição dos indígenas daqui sumidos e do imenso contingente de negros que aqui produziu riquezas e permaneceu. Em 1985, concluiu a graduação em Filosofia pela PUC-MG e, de 1997 até 2000, cursou o mestrado em História do Brasil na Faculdade Simonsen.

Entre 2006 e 2007, cursou o mestrado em Ciências da Religião, no Departamento de Ciências Humanas UFJF e, em 2008, publicou seu primeiro livro 'A devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora – O Santo Fuijão', resultado de pesquisa na qual investigou a devoção a Santo Antônio no Município de Juiz de Fora. Antônio explicou que, ao ser criado o Caminho Novo, a expedição passou pela região do Morro da Boiada, onde, desde 1741, viria a existir uma capelinha de devoção a Santo Antônio, nas terras do fazendeiro Antônio Vidal. Depois, uma segunda capela foi solicitada pelo fazendeiro Antônio Dias Tostes em 1815 e autorizada em 1821.

Antônio Carlos contou que, em 1836, Guilherme Halfeld demarcou o terreno para uma terceira capela, a Matriz de Santo Antônio, requisitada em 1844 e autorizada em 1850, onde hoje se encontra a atual Catedral Metropolitana. Para lá foi levada a imagem do Santo que – segundo a lenda – fugia na calada da noite e voltava para seu lugar de origem, episódio conhecido como o 'Santo Antônio Fuijão'. Através desse trabalho, Antônio buscou responder como o catolicismo popular tradicional transmitiu um legado devocional tão forte ao Santo, que acabou se transformando no elemento agregador da fundação do Município.

Em 2021, publicou seu segundo livro, 'A Lenda do Morro da Boiada'. O pensador Antônio delineou belos planos e ideias para reverter o racismo estruturante: “a reversão desse comportamento abjeto e criminoso, mas muito rentável para a manutenção do capitalismo, que passa pela inclusão de grandes quantidades de pessoas brancas junto conosco, numa luta empenhada em sermos antirracistas”. Ele enfatizou que: “quem inventou essa mecânica perversa, pós escravização, não fomos nós, pretos; por isso, não conseguiremos sair disso sozinhos”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Bruno Narciso da Silva Pacheco

Psicólogo social e escritor



Bruno nasceu em Juiz de Fora em 14.06.1985, mas nem teve a oportunidade de conhecer seus dois avôs: “já minha avó paterna trabalhou muito nas antigas fazendas a troco de comida e sempre me contava histórias de minha mãe”. Ele veio de uma família humilde, do bairro Granjas Betânia, em Juiz de Fora (MG): “meus pais se casaram muito novos, estudaram até a 4ª série e sempre tiveram muita dificuldade financeira”, lembrou. Sua mãe, Arcilé Narciso da Silva Pacheco, era doméstica, e seu pai, José Ferino da Silva Pacheco, autônomo. Era a mãe quem fazia faxinas, cozinhava, lavava e passava roupas para manter as despesas da casa. Sua avó paterna, Maria do Carmo de Oliveira, e a avó materna, Salvolina Lourenço, natural de Além Paraíba (MG), são os seus maiores exemplos de força. Sua mãe, Arcilé, era filha única; seu avô materno foi filho único; e Bruno é também filho único.

O menino Bruno cursou a pré-escola na Creche Escola Raio de Sol, no bairro Grama. Na 1ª série do ensino fundamental, foi para a Escola Municipal Dr. Paulo Japyassu Coelho, no bairro Parque Guarani. Da 2ª série até a 8ª, estudou na Escola Municipal União da Betânia. No ano 2000, foi para a Escola Estadual Delfim Moreira: “foi lá que um mundo novo se abriu para mim, pois haviam outras pessoas gays”. Sempre em escola pública, trabalhou em lojas e, por muito tempo, fez faxinas. Com apenas 15 anos, já era camelô na Getúlio Vargas, mas pôde cursar informática básica, secretariado, jardinagem, dança e teatro no Centro de Educação de Jovens e Adultos Dr. Geraldo Moutinho, da PJF. Em 2004, depois de terminar o ensino médio, Bruno passou para o Colégio Técnico Universitário. Continuou fazendo faxina, foi atendente e até olheiro de loja: “foi desse jeito que, em 2011, concluiu o ensino médio”.

Em 2014, foi aceito na AMAC/PJF como assistente administrativo, devido aos cursos que havia realizado na adolescência. Com as finanças melhorando, era hora de voos mais altos, e iniciou o curso de Psicologia na Faculdade Estácio: “fui aluno FIES e sabia do risco que, anos depois, poderia se tornar um pesadelo, como para muitos que não conseguem emprego e ficam endividados, mas era a única chance”. Em 2019, concluiu a graduação e se tornou o primeiro da família a conquistar um diploma superior.

Desde 2019, Bruno é diretor do ‘Grupo de Apoio à Juventude Gay de Minas Gerais,’ e, em 2020, recebeu o título de ‘Rei Momo Gay de JF’. Como psicólogo social, passou a trabalhar no CRAS Leste-Linhares da PJF: “desenvolvi trabalho com adolescentes, idosos e um grupo direcionado a pessoas LGBTQIAPN+”. Durante a pandemia de COVID-19, aproveitou para iniciar a pós-graduação em Gestão do Sistema Único de Assistência Social, na FAVENI, e também começou atendimentos clínicos particulares. Liderou o projeto ‘Autoestima da Mulher Trans’ e o Grupo TRANSformação’, em busca de viabilizar acesso da população LGBTQIAPN+ às políticas públicas: “mostro como cultivar o amor-próprio e nos colocarmos como protagonistas da nossa própria história”.

Em 2023, ingressou no mestrado em Serviço Social UFJF e, em 2024, lançou seu primeiro livro: ‘Acolhimento e Inclusão na Prática Clínica – A Psicologia Clínica direcionada à População LGBTQIAPN+’. Para um homem negro, gay, periférico e vindo de família humilde, ter lançado um livro mostra a importância da nossa luta por direitos e igualdade, além da tentativa de erradicação do racismo. Atualmente, se dedica ao marido e à pós-graduação em Terapia Cognitivo Comportamental: “acredito que tudo que faço contribui em relação a discriminação, a LGBTQIfobia e a erradicação de preconceitos e violência”. Ele está escrevendo seu segundo livro sobre a saúde mental da população negra: “precisamos ter profissionais de saúde mental culturalmente sensíveis e qualificados para atender as demandas específicas da população negra”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Carina Dantas

Justiça e empoderamento preto



A Dra. Carina Dantas é graduada em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos – Juiz de Fora, pós-graduanda em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade Estácio de Sá, além de Especialista em LGPD pela FGV e Compliance pelo SESI/SENAI. Sua trajetória iniciou-se como advogada, membro da OAB/JF; além de professora, é empreendedora, palestrante de sucesso, líder de movimentos em prol de pretas e pretos, é presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil e Combate ao Trabalho Escravo Moderno da OAB de Juiz de Fora. Vencedora do Prêmio ‘Black Sister in law’, na categoria de Direito Antidiscriminatório.

Para a espontânea Carina, o mundo não gira, ele capota. Mas, na vida, ela se sustenta em três colunas: em primeiro lugar, a família; depois, dedica-se à profissão de advogada; e, não menos importante, ao trabalho social e voluntário. É nesse voluntariado que ela se realiza, é motivada a ser a pessoa interna que ela verdadeiramente é, e tem a oportunidade de lutar pelos objetivos que almeja conquistar. Dentro desse trabalho social, ela destaca o ‘Projeto Empoderamento’, que eles levaram de bairro em bairro dentro do Município de Juiz de Fora, oferecendo conhecimentos para as populações das comunidades. Além disso, a dinâmica Dra. Carina é uma das organizadoras da Feira Preta de Empreendedores Pretas e Pretos de Juiz de Fora.

Tanta força para empreender vem de seus antepassados. Na tradição oral, seu tetravô veio da África, provavelmente escravizado em Angola, mas sua genealogia é bem característica dos brasileiros: “pois as misturas aconteceram no nosso território”. Com ela não poderia ser diferente. Ela descreve alguns antepassados de povos originários, formando assim

uma bela família mestiça com fortes raízes africanas, com membros apresentando diversas cores de pele, do branco ao preto retinto, como ela mesmo relata, e cabelos que vão do crespo ao liso.

Até aqui, nenhuma surpresa para uma descendente do nosso município escravista do século XIX. Ela explicou que essas informações lhe foram passadas de geração para geração pela mãe e pelo avô, com os quais conviveu muito. Depois que chegou da África, o primeiro antepassado de Carina se uniu com uma índia da etnia Puris, sua tetravó, que já habitava a região. A advogada lamenta não ter registros da origem na África, nem dos informes da travessia, e acrescentou que dos antepassados não possui registros, provavelmente perdidos e invisibilizados pelo período da escravidão.

Orgulhosamente, Carina se espelhou nos exemplos da mãe. Carinhosamente, lembrou da mulher preta e guerreira que estudou enfermagem, se formou e deu ótima educação às duas filhas, num Brasil de algumas décadas atrás, quando era bem mais difícil cuidar das filhas pequenas sozinha. Além da mãe, Carina Dantas tira suas forças e inspiração na brasileira Glória Maria, jornalista famosa da Rede Globo: “Glória era bem à frente do seu tempo, por tudo que ela representou de positivo e até onde ela conseguiu trilhar por caminhos bem difíceis, num ambiente jornalístico até então dominado pelos brancos”. Marielle Franco e Martin Luther King foram outros dois nomes que nortearam a vida de Carina Dantas, por tudo o que representaram na luta e por jamais desistirem de seus objetivos.

A própria Carina tem planos e ideias para reverter o racismo estruturador na população e também o racismo institucional. Para ela, é trabalhando de forma coletiva, junto com os pares, para levar sementes do conhecimento e combater o racismo por meio do letramento racial que conseguiremos reverter o cenário. Carina explica que o letramento racial se faz necessário, pois proporciona um mergulho revelador no racismo ‘estruturante e institucionalizado’, permitindo entender a existência das hierarquias raciais e, além disso, movimentar a engrenagem para atitudes antirracistas em uma sociedade que ainda tem pessoas pretas que não se reconhecem como ‘Pretas e Pretos’.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Catia Luciana Rosa Marcelo

Modelo de educação libertadora



Catia é filha de Sebastião Rodrigues Rosa, auxiliar de serviços e copeiro do antigo SESI, e de Dona Lucinha, empregada doméstica e copeira aposentada. Catia lembra que a mãe, aos 70 anos, resolveu seguir o exemplo da filha e retomou o ensino médio na comunidade, pois amava estudar. Os pais sempre passaram por muitas dificuldades financeiras e lutavam muito para não faltasse o básico dentro de casa; porém, não concluíram nem o Ensino Fundamental. Para eles, a prioridade era ajudar financeiramente os filhos através do trabalho. Mesmo sem estudos, o pai sempre incentivava a leitura e trazia livros e revistinhas do SESI diariamente para Catia e o irmão.

Catia nasceu em 1968 e se lembra de ainda menina ter que subir em um banquinho para preparar comida para seu irmão. Os avós maternos eram Sebastiana Xavier Ribeiro e Valdemar Ribeiro, e os avós paternos, Maria dos Santos Rosa e Sebastião Maximiliano Rosa. Catia se criou na comunidade da Escola Estadual Teodorico Ribeiro de Assis e realizava serviços domésticos desde muito cedo para ajudar a mãe; por isso, só conseguiu finalizar o ensino fundamental e passou 20 anos sem estudar.

Como muitas meninas da comunidade, em 1987, com apenas 18 anos, casou-se com César Pretinho. Trabalhou em malharias e fábricas de jeans, cortou e costurou até se tornar faxineira na escola do bairro, pedindo a Deus para ser professora. Recuperou o ensino médio no projeto EJA e ganhou bolsa para a Faculdade de Pedagogia no CES. Na faculdade, sofreu racismo e quase desistiu. A estudante conseguiu um cargo de secretária na escola do bairro.

Terminando a faculdade, ela se tornou a primeira da família com diploma universitário, com nota máxima. Catia queria lecionar e, corajosamente, pediu exoneração do cargo de serviços gerais, sendo designada para dar

aula na mesma Escola Estadual Teodorico Ribeiro de Assis: “me lembro dos alunos e professores me acolhendo de braços abertos”. Seu maior segredo é o amor: “tratar com ignorância não segura os alunos dentro do ambiente escolar, pois brutalidade eles já têm lá fora”. Ela sonha com uma educação que liberte e hoje mostra para muita gente que existem outros caminhos libertadores possíveis: “um deles é através da educação”.

Depois de três anos como professora, fez a prova de certificação para direção escolar e teve outro sucesso, com aprovação máxima! Quando Catia, aos 49 anos, entrou pela primeira vez como diretora em sua escola, percebeu que toda a dedicação havia valido a pena. Como diretora, aos poucos conseguiu retornar com cinco turmas em período integral e oito regulares. Ela se lembra da mãe, orgulhosa, contando a todos que a filha, que já foi faxineira, hoje é diretora. Em 2020 recebeu a Medalha Rosa Cabinda: “me lembro que os olhinhos da minha mãe brilhavam de felicidade e orgulho”.

A luta de Catia sempre foi realizar um trabalho direcionado à igualdade racial e promover oportunidades para as crianças de sua comunidade. Pensando nisso, buscou implantar projetos diversificados na escola, no contraturno, aos sábados, domingos e feriados, para mostrar que: “existem sim outros caminhos além das drogas e da criminalidade”. Tudo que ela faz tem a intenção de elevar a autoestima de todos e mostrar que, para superar esse problema étnico-racial e os assassinatos de jovens negros, é necessário dar oportunidades e perspectivas.

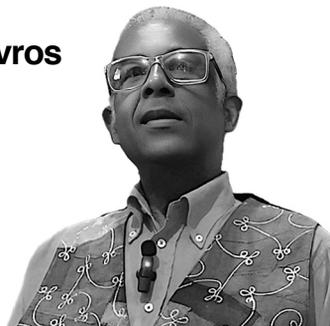
Para ela, a Educação antirracista deve começar cedo, desde a educação infantil: “acho extremamente importante trabalhar esses conceitos e reforçar a autoestima das crianças negras”. Seu objetivo maior é criar oportunidades diversificadas para as crianças de sua comunidade através de projetos e estender essas ações para toda cidade: “eu sempre falo que a educação é libertadora e me libertou”. É a escola cumprindo seu papel e sendo um centro de convivência! Ela resume sua dor dizendo que as pessoas são boas, mas onde falta o Estado, a marginalidade domina, cooptando para o tráfico de drogas. O sonho de Catia é ver políticas públicas de qualidade nos bairros mais carentes, para tentar diminuir a violência que cerca as crianças.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Claudio Luiz da Silva

Inspirando pessoas através dos livros



Claudio nasceu em 26.02.1956, no bairro Serrinha (atual Dom Bosco), em uma casa simples, em um terreno de terra batida, onde estava sempre desenhando e escrevendo no chão: “brincávamos no meio do mato, buscávamos água na mina e subíamos em árvores”, e acrescentou que desde pequeno já gostava de ler revistinhas em quadrinhos e livros. Ele é o filho mais velho dos sete irmãos. A mãe, Gení Pinto da Silva, nasceu em 1939 no bairro Serrinha, em Juiz de Fora (MG), e trabalhou como lavadeira. O pai, Vicente José da Silva, nascido em 1933 em Tabuleiro do Pomba (MG), semianalfabeto, veio para Juiz de Fora em busca de melhores condições e foi trabalhar na Rede Ferroviária Federal. Depois, foi pedreiro e mestre de obras. Nas horas vagas era músico amador, ritmista e percussionista do grupo do Ministrinho.

Os avós paternos, Pedro Calixto da Silva e Maria José da Silva, eram lavradores em Tabuleiro do Pomba (MG) e trabalhavam duro nas fazendas de grandes cafeicultores: “também vieram em busca de uma vida melhor”. Seus bisavós certamente foram escravizados, mas nunca contaram nada sobre a escravidão. Dos bisavós paternos, Claudio só chegou a conhecer pessoalmente a bisavó ‘Dindinha’, negra, brincalhona e irreverente. Do lado materno, ele conheceu apenas o avô José Francisco Pinto e a avó Jovita Moreira, no bairro Serrinha.

Como menino negro e periférico, frequentou o Grupo Escolar Fernando Lobo, no bairro São Mateus, e, com 11 anos, começou a trabalhar na Merceria Bom Pastor, com o Sr. Zé. Em 1970, ainda com 14 anos, se tornou operário da Cia. Fiação e Tecelagem São Vicente, no bairro Alto dos Passos. Além disso, Claudio começou também a vender coleções e enciclopédias em domicílio. Em 1975, serviu o Exército até 1978, quando participou da primeira geração do Movimento Negro Unificado e de diver-

sas lutas sociais e culturais em Juiz de Fora: “desde os 15 anos de idade estudo a respeito da negritude”.

Em 1979, trabalhou na Viviane Livraria & Papelaria e, de 1983 a 1989, no Espaço Cultural Livros & Artes: “um ponto de encontro da cultura juiz-forana”. Em 1984, aos 28 anos, se casou com Edna Santos de Oliveira, negra, e foram morar no bairro Dom Bosco, onde o casal teve um único filho e hoje tem duas netas. Em 1993, montou com o amigo Rogério Teixeira a Livraria Quarup, que em 2000 foi transferida para a Rua Padre Café, 484. A Quarup também promove saraus, cantinho da leitura, cafés filosóficos e discussões sobre diversos assuntos. Em 2001, Claudio recebeu a Medalha Nelson Silva; em 2003, recebeu da Câmara Municipal de Juiz de Fora uma Moção de Aplauso. De 2007 a 2009, a PJF nomeou Claudio membro do Conselho Curador da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage. Em 2009, também foi designado para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura. Ele lembra com simplicidade: “somos uma casa com mais de 60.000 livros”. Desde 2009, ele faz parte do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora e, em 2022, foi eleito para a diretoria.

Desde 2016, Claudio se tornou um integrante da Comissão de Mérito da recém-criada Medalha Geraldo Pereira, oferecida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, e integrante do Conselho do Mérito da Medalha Nelson Silva: “para ele, o racismo e o preconceito são, acima de tudo, uma forma de ignorância”. Ele gosta muito de Martin Luther King e explica: “no mundo moderno, ninguém desencadeou um movimento de desobediência civil de tal importância quanto ele, só com o poder da palavra e da presença”.

Como um ‘gentleman’ e um ‘Self-made man’, Claudio ajuda a achar o livro que o cliente-leitor deseja: “me enxergo um ser realizado, um homem que se faz e se permite transformar a cada dia”. Uma coisa que ele lamenta é que ainda não existam muitos negros nas posições em grandes empresas, nos poderes públicos e em associações, mas sonha: “confio no empreendedorismo negro e a negritude ainda vai conseguir fazer crescer uma elite negra para estar no comando de suas próprias empresas e ocupando diversos postos na sociedade”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Dagna Gonçalves Costa

Gestora e poetiza combatente



Dagna Gonçalves Costa nasceu na roça, em Tocantins (MG), no dia 17.02.1966. Antes de seu nascimento, sua mãe já havia perdido três filhos no parto. Seu pai, Sinval Gonçalves da Costa, era pedreiro e sua família oriunda de Guidoal (MG). Sua mãe, Terezinha das Dores Costa, trabalhava como lavadeira e faxineira. A avó materna, Maria Cândida Germana, natural de Formoso (MG), sempre foi reconhecida por sua força. Essa herança de resistência foi transmitida à mãe, chegou até Dagna e agora segue para seus netos, especialmente Sophia: “ser forte num mundo não construído para os negros”. Embora mantenha laços ancestrais que não se rompem, Dagna não chegou a conhecer seus avós pessoalmente: “mas escutei falar que minha avó foi vendida muito jovem e abusada”. Formoso (MG) era rota de fuga de escravizados, e foi assim que seus parentes foram se estabelecer em Tocantins (MG).

A família paterna, Dagna só conheceu por fotos e pelos causos que seu pai contava. O ensino básico ela iniciou na sua cidade natal, na Escola Estadual Capitão Antônio Pinto de Miranda: “vivíamos na roça, com muita dificuldade, porém nunca passamos fome”. Desde muito jovem, trabalhou ao lado dos pais e dos irmãos nas atividades da roça, como apanhar lenha para cozinhar, descascar milho, estalar folhas de fumo, entre outras tarefas. Mais tarde, estudou na Escola Estadual Doutor João Pinto, onde cursou o segundo grau até onde conseguiu. Ainda jovem, já demonstrava um espírito revolucionário para uma cidade do interior: “saí da escola, mas fui mecânica, escrevia poesia e jogava futebol”.

Em 1984, Dagna mudou-se para Juiz de Fora para fazer uma experiência, mas em 1986 foi trabalhar como babá no Rio de Janeiro (RJ). Em 1987, com 21 anos, pensando em sair do buraco que a sociedade definiu para os pretos, Dagna decidiu voltar para Juiz de Fora e tentar a sorte: “mas para minha surpresa cheguei em uma cidade provinciana e racista”. Com um filho no colo e sem muitas perspectivas, foi no lado poeta que

encontrou abrigo. Seus escritos começaram a refletir suas vivências e emoções, resultando no livro ‘Dagna Mágoa’, lançado em 1988 pela Academia de Letras Ubaense, que lhe deu o título de imortal pela Academia Tocantinense de Letras e Artes. Apesar desse reconhecimento, Dagna via sua trajetória semelhante à de tantas outras mulheres pretas: “sofrimento, impedimento, invisibilidade, massacrada, e daí vivi e vivo até hoje para amenizar até exterminar a barbárie que é o racismo”.

Aos poucos, entre 2004 e 2007, Dagna concluiu o ensino supletivo no CESU e, nesse período, se encontrou no Partido dos Trabalhadores: “passei a entender como era uma luta mais organizada, participava de debates, reuniões sindicais e engajei na luta metalúrgica”. Em 1996, havia sido criada a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, e Dagna já atuava também no Centro de Referência da Cultura Negra. Foi cofundadora do Fórum de Mulheres Negras, que promovia debates nas três esferas – Municipal, Estadual e Federal. Em 2004, participou da criação do Grupo Tenda de Mulheres Negras, contribuiu na criação dos Conselhos dos Direitos das Mulheres e de Segurança Alimentar, contribuiu para a criação das Comissões de Saúde da População Negra no Conselho de Saúde e da Comissão da Pauta Racial na OAB.

Dagna trabalhou como faxineira, atendente, secretária e também como mecânica, quando ingressou no Sindicato dos Metalúrgicos. Em 2005, foi eleita presidente do Conselho Municipal para a Valorização da População Negra, vinculado à SEDH-PJF: “uma prova de que as mulheres podem e devem estar em cargos políticos”. No ano seguinte, recebeu o Troféu Mulher Cidadã, criado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 2014, iniciou a graduação na Faculdade Estácio, com bolsa de estudos, e concluiu o curso em 2016. Desde 2020, é a secretária de Combate ao Racismo do PT/JF.

No auge da pandemia de COVID-19, Dagna participou virtualmente do Encontro Nacional da Secretaria de Combate ao Racismo – PT, para ela: “combater o racismo é mudar o padrão civilizatório do Brasil”. Em 2023, Dagna concluiu sua pós-graduação em Gestão Pública e se tornou especialista em Políticas Públicas e Sociais pela Universidade Cândido Mendes. Sobre sua luta contra violências e desigualdades, ela afirma: “muitos negros batalham pela divisão justa da riqueza e pelo acesso aos direitos que todos temos”. Quase como um poema, profetizou: “quem luta a luta dos outros tem o horizonte distante, mas a liberdade na porta. Por isso minha luta é coletiva”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Dandara Felícia Silva Oliveira

Transativista pelos direitos



Dandara nasceu em Juiz de Fora, com o gênero biológico masculino, e foi registrada em 10.02.1981. Em 21.11.2018, conseguiu seu nome social, Dandara Felícia Silva Oliveira, celebrando seu renascimento: “é a identidade com a qual eu me identifico”. O primeiro nome, ‘Dandara’, foi inspirado na líder feminina de Palmares, e o segundo, ‘Felícia’, em homenagem à avó paterna, Dona Felícia. Como uma mistura típica nacional, a família materna de Dandara é negra, enquanto a ascendência paterna é toda branca: “na família eu era considerada branca, mas na escola a única negra”.

Em sua infância, o primogênito, ou melhor, a primogênita Dandara, morava no Bairro Furtado de Menezes. Sua mãe ‘preta’, Beletis Conceição da Silva Oliveira, cuidava da casa, enquanto seu pai ‘branco’, Carlos Roberto de Oliveira, era técnico em eletrotécnica da Rede Ferroviária Federal: “eles sempre pagaram colégios melhores enquanto puderam”. Dandara conheceu seus avós, mas sabe muito pouco de seus bisavós: “sem antepassados genéticos, minhas referências são as matriarcas do Candomblé”.

Com 5 anos, Dandara estudava na Escola Normal - Instituto Estadual de Educação, mas teve que ir para o Colégio Stella Matutina: “essa foi a primeira vez que eu sofri transfobia”. Em 1989, aos 8 anos, começou sua construção travesti como identidade: “a sociedade patriarcal coloca que o ideal é o homem branco, mas eu queria ser uma Tieta e usava roupas e saltos da mãe, escondida é claro”. Em 1994, aos 13 anos, já se identificava com o gênero oposto ao seu biológico, mas só no final dos anos 90, já adolescente, assumiu para a família: “eles nem sempre me apoiaram”. Dandara conseguiu concluir o ensino médio na Escola Estadual Henrique Burnier e em seguida fez cursinho no Colégio Meta.

Entre 1998 e 2003, Dandara trabalhou como operadora de caixa, em cafeteria e outros serviços semelhantes. Em 1999, entrou na militância LGBT, como a primeira-secretária do Movimento Gay de Minas (MGM) em Juiz de Fora. Em 2004, uma amiga a convenceu a ir para a Europa: “ser uma travesti livre e conseguir juntar um dinheiro”. Rendeu-se ao canto de sereia, mas, na verdade, acabou sendo traficada para Pisa, na Itália, e caiu no tráfico internacional de pessoas. Depois de dois anos obrigada a se prostituir e sem passaporte, conseguiu escapar do inferno e voltar para o Brasil.

Em 2006 pousou no Rio de Janeiro: “só queria ir para casa, emocionalmente destrocada”. Em Juiz de Fora, deprimida, voltou para a casa dos pais. Iniciou-se no Candomblé e começou um Curso Técnico em Saúde na Escola de Saúde Impacto. Em 2007, com bolsa do ProUni, conseguiu cursar Gastronomia no CES/JF. Ao se formar, em 2009, começou sua transição corporal, tomava hormônios e implantou cabelo. Trabalhou em um restaurante e também como operadora de telemarketing: “foi um tempo de sofrimento”. Em 2016, passou no concurso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e se tornou Técnica em Saúde no HU da UFJF. Neste mesmo ano, se tornou a primeira travesti preta diretora sindical da CUT e conheceu o marido, Thiago.

Sua militância política começou em 2018, quando se filiou ao PSOL. Em 2019, Dandara participou da fundação do Centro de Referência LGBTQI+ da UFJF e iniciou um curso de Licenciatura e Ciências Sociais na Universidade Cruzeiro do Sul EAD: “terminei em 2021”. Em 2020, já estava no mestrado em Serviço Social na UFJF e foi candidata a vereadora pelo PSOL. Neste ano, também foi uma das fundadoras da Associação de Travestis, Transgêneres e Transexuais de Juiz de Fora – ASTRA/JF.

Somente em 2021 a Câmara Municipal criou a Lei 14.224, que assegurou o direito de utilizar o nome social nos atos e procedimentos da administração direta e indireta municipal. Mais uma vez pioneira, em 2022 Dandara se tornou a primeira técnico-administrativa travesti e preta na história da UFJF. Em 2024, foi candidata a vereadora pelo PT e declarou que: “como transativista na luta pelos direitos humanos desejo que todos, todas e todes tenham respeitado o direito de viver como querem”.

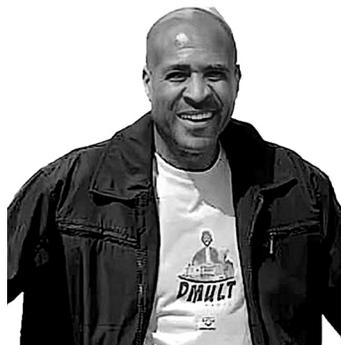
Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Denilson Bento da Silva

Jóia bruta da sociedade



Denilson Bento da Silva nasceu em Juiz de Fora em 25.10.1969. Quando criança, pobre e negra, não tinha residência fixa e morava na margem da Linha de Ferro da Leopoldina, em um local conhecido como Beco da Geni. No bairro São Tarcísio residiam seus avós paternos, Dona Orides de Oliveira Silva e Sr. João Gomes da Silva. Sua avó materna, Maria das Dores Bento, também morava por perto, próximo à mina d'água, em um entroncamento entre os bairro Santa Rita e São Tarcísio. Na adolescência, Denilson enfrenta dificuldades constantes. Seu pai, Isaías de Oliveira Silva, mais conhecido como Naco, era um boêmio dos botecos, do futebol, das noitadas com mulheres e muita bebida. Sua mãe, Dona Aparecida Bento, já era uma guerreira solitária, se cansou de ser Amélia, a mulher traída e boazinha.

A mãe fazia faxinas e lavava roupas para fora para sustentar a família, eles foram morar no Bairro Francisco Bernardino: “a periferia tem suas joias brutas da sociedade”. Ele gostava muito de ouvir as histórias que sua mãe e sua avó contavam; metade eram causos mineiros e a outra metade, histórias reais. O travesso Denilson lembrou, sorrindo que: “às vezes, nos finais de semana, quando a mãe estava de plantão eu almoçava na empresa”. Posteriormente, sua mãe conseguiu alugar uma casa no bairro Santa Paula, na zona leste de Juiz de Fora.

No Ensino Fundamental, Denilson cursou a 1ª e 2ª série na Escola Estadual Prof. José Freire, no bairro Industrial, nos anos de 1978 e 1979. Para cursar a 3ª e a 4ª série, ele entrou na Escola Estadual Coronel Antônio Alves Teixeira, no bairro Progresso, entre os anos de 1981 e 1982. Durante os anos de 1982 a 1985, frequentou a Escola Mater Dei, cursando da 5ª à 8ª série. Em 1986 e 1987, estudou 1ª e 2ª série do ensino médio no colégio

particular João Paulo I. Em 1985, conseguiu um emprego na loja Newman Calçados, no centro, e, em 1988, se alistou no Exército, no DRS/4 e, posteriormente, no 4º GAC, onde começou a treinar atletismo.

Em 1992, saiu do Exército com o posto de 3º Sargento reservista e foi aprovado no concurso da UFJF como cozinheiro, para trabalhar no Hospital Universitário em 1993. No entanto, estava decidido a cursar uma faculdade e, ainda em 1993, voltou para a escola e terminou o 3º ano no Colégio Cezas. Em 1998, concluiu o curso de Auxiliar de Enfermagem, entre outros tantos.

Em 2006, o sonho se tornou realidade e, ele ingressou na Graduação em Administração na UFJF. Formado em 2010, seguiu em 2011 para uma especialização MBA em Gestão de Pessoas na UFJF. Para alguém que veio da ‘quebrada’, da periferia, pobre e preto, o sonho já havia se concretizado. No entanto, Denilson não parou e, em 2013, inscreveu-se e foi aprovado no mestrado em Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, no CES/Academia, tornando-se Mestre em 2015. Neste mesmo ano, publicou seu primeiro livro em coautoria, ‘Café com pão de queijo: um novo encontro com a literatura mineira e brasileira’. Já pensava em resgatar parte da cultura periférica e escrever alguma coisa sobre a sua mãe. Em 2019, passou a coordenar seu projeto ‘Dmult-Literário – A poesia que liberta’, buscando mais espaço para a estética da literatura marginal.

O ebook ‘Descalço para o Mundo’ foi publicado em 2020 pela Absurtos Editora, um conjunto de poemas envoltos pela estética da literatura marginal. Denilson luta contra o racismo e sonha em desconstruir estruturas tortas e perversas da sociedade racista e segregadora de Juiz de Fora: “para os negros, infelizmente, estão sobrando somente os espaços pelas margens, subempregos, restos da sociedade branca”. Em 2021, o livro ganhou versão impressa. Mesmo descalço para o mundo, ele chegou muito longe e certamente ainda irá mais longe. Em 2024, lançou seu segundo livro, ‘Enigma Social Periferia’, pela Editora Viseu. Denilson acredita que a literatura é essencial para as crianças e adolescentes, pois contribui para a construção de um mundo melhor. Sabiamente, aconselha: “deixem livros ao alcance das crianças”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Diego Alves Teixeira Damasceno

Modelo e influenciador digital



Diego Alves Teixeira Damasceno nasceu na zona norte de Juiz de Fora (MG), no dia 03.12.2001. A mãe, Luciana Marília Damasceno, estudou somente até a quarta série primária, não completando o ensino fundamental, e o pai, Diógenes Alves Teixeira Damasceno, um militar do exército, pai presente e que não media esforços para ajudar os filhos quando o assunto era estudos e qualificá-los para a vida. Suas referências foram figuras representativas de força, persistência, amor, senso social e coragem como seu pai e sua mãe, além da avó paterna, Cleusa Teixeira, e da avó materna, Maria do Carmo. O fato de Diego não saber quase nada de seus antepassados negros é bem característico do apagamento proposital secular, uma tática dos brancos para desunir os negros e tentar impedir a formação de uma identidade através da genealogia.

Em sua infância, Diego se lembra dos irmãos sempre rindo dele: “por eu ser uma criança muito alegre e, é claro, afeminada”. Ele e os irmãos sempre tiveram acesso tanto a escolas particulares quanto a municipais e públicas. No maternal, esteve inscrito no Centro Educativo Mundo Encantado, no Bairro Nova Era. Depois, estudou na Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade, onde nessa época uma de suas atividades favoritas era dançar, diferente da maioria absoluta dos meninos. Filho de militar, em 2013 Diego ingressou no Colégio Militar para completar o ensino secundário. Queria ser integrante do Clube de Dança, mas na estrutura militar a dança era estigmatizada como coisa de viado. Em 2019 formou-se no ensino médio militarizado do CMJF e, no ano seguinte, iniciou a graduação em Medicina Veterinária da UFJF: “parecia que eu tinha entrado em outro mundo, mais livre e plural”.

Na faculdade, deixou o cabelo e a barba crescer, colocou brinco, pintava as unhas etc. No momento da autodeclaração, marcou a opção ‘Cota

D', destinada a pretos, pardos, indígenas e amarelos, mas questionou o racismo explícito: "até quando nós vamos precisar nos expor em frente a um examinador?" Desperto, tomou real consciência da enorme barreira social por ser preto e bissexual. O modelo, criador de conteúdo e influenciador digital passou por um longo processo de se reconhecer e compreender o seu lugar na sociedade. Com a transição capilar, enfrentou ainda muita discriminação: "quando saí pela primeira vez com o cabelo solto e crescendo, parecia que o cabelo chegava antes de mim".

Em 2020, com a chegada da Pandemia de COVID-19, surgiu a ideia de trabalhar como criador de conteúdo na internet e cuidar da imagem. Nascido na Geração Z, cresceu em meio às mídias digitais, sempre conectado, e se tornou um influenciador digital. Nesse nicho de mercado, percebeu a importância da representatividade capilar para os negros. Com um trabalho sério, estudo, foco e fé, Diego se rebatizou com a personalidade 'Digo Alves', uma 'Persona' diferente do cidadão: "o maior aliado da Persona Digo Alves é sua autoconfiança". Ele surgiu no Instagram, TikTok e Facebook, passou a criar conteúdo e ganhar seguidores como @digoalves. Quem convive com Diego Damasceno, às vezes, estranha as particularidades da 'Persona Digo Alves': "nas redes estou preocupado com o profissional e não preciso mostrar tudo da minha vida pessoal".

Digo começou a ganhar notoriedade e credibilidade dentro do setor da moda e se tornou modelo de uma das maiores marcas mineiras, a 'Chico Rei'. Como um bom representante da 'Geração Z', é engajado em projetos sociais, sendo um dos idealizadores do 'Projeto Ancestralidade de Juiz de Fora – Traçando saberes, resgatando memórias'. Desde 2023, atua também como educador ambiental no Jardim Botânico de Juiz de Fora. Mesmo como cidadão e modelo profissional, ainda é doloroso para Digo sentir na pele o peso do racismo. Em 2023, participou do 'Mister Juiz de Fora CNB', sendo um dos poucos negros em um mercado dominado pelos modelos brancos. Contudo, tanto Diego Damasceno quanto a 'Persona Digo Alves', carregam a certeza de que abrirão portas para mais pessoas negras e, juntos, ajudarão a construir um mundo sem racismo.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo

Edison Alexandre dos Reis Santos

Fênix social e artístico



O artista 'Edinho Negresco' é, na verdade, Edison Alexandre dos Reis Santos, nascido em 02.12.1976, em Juiz de Fora. Ele tinha tudo para se tornar mais um negro, jovem, pobre, periférico e homem a ser preso, como a maioria da população carcerária do Brasil. No entanto, superou tudo como um Fênix Social, debochou da sociedade racista de Juiz de Fora e reviveu das cinzas do racismo estruturante, tornando-se um artista criativo, com muita ironia e humor. Seu avô materno era de Nova Iguaçu (RJ) e a avó, de Rosário de Minas (MG). A mãe, Alayde dos Reis, era a caçula da família e, mais tarde, junto com a irmã, Maria da Penha Ribeiro, vieram morar em Juiz de Fora.

Nos primeiros anos, quando vivia com a mãe nas ruas, lembra: “não tínhamos condições de vida, eu andava pela rua, pedia dinheiro nas casas, dormia debaixo da marquise com a minha mãe e meu irmão”. Por volta de 1980, a tia Maria da Penha, sensibilizada com a situação da irmã, levou os dois meninos, de apenas 3 e 4 anos, para o Instituto Jesus, no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Zona Sudeste de Juiz de Fora. Como segundo filho de oito irmãos, sabe pouca coisa do pai, a quem nunca chegou a conhecer pessoalmente. Infelizmente conheceu pouco seus ancestrais: “é assim que a história vai se apagando”.

Edinho estudou na Escola Estadual Ali Halfeld, no mesmo bairro do Instituto Jesus. Depois, ao chegar à quinta série, foi estudar no turno da noite na Escola Estadual Batista de Oliveira. Aos 11 anos, passava os fins de semana na casa da tia, no bairro Jóquei Clube II. Aos 12 anos, tornou-se aprendiz de marceneiro, mas gastava quase todo o dinheiro jogando fliperama. Completou o ensino médio em 1992, com apenas 16 anos, e foi morar com o irmão, a tia e dois filhos dela no bairro Jóquei Clube II, na zona norte de Juiz de Fora. Nessa época, estudava na Escola Estadual Clorindo

Burnier e já gostava de música, muito influenciado pela MPB, pelo pop rock nacional e internacional. Anos mais tarde, em 2020, essa fase de sua vida inspiraria a composição da música “Rap do Jóquei II”.

Trabalhou como servente de pedreiro e pintor, mas em 1994 conseguiu um emprego no ramo de molduras de madeira. Nesse período, decidiu comprar um violão para estudar como hobby. Ingressou no Centro Cultural Pró-Música e, aos poucos, foi aprendendo a tocar e cantar, inicialmente apenas entre amigos. Ele se descobriu como compositor, resolveu tirar suas músicas do papel e mostrar para o mundo seu estilo musical. Desde 1998 passou a tocar como músico amador nos bares da cidade e exercitar seu hobby. Passou a aproveitar as sobras das molduras para criar suas próprias obras de arte e começou a expor seus artesanatos na feira da Associação de Artesãos de São Mateus.

A partir de 2006, passou a compor suas próprias canções, combinando muito balanço e *swing* em um estilo que mescla soul e black music com samba-rock. Nesse processo surgiu sua nova identidade artística: “escolhi Edinho Negresco por ter orgulho da cor e o nome composto junto com meu apelido Edinho ser bem sonoro e identitário”. Sua busca por inspiração o levou a refletir sobre negritude e a questão capilar, o que o fez trançar os cabelos, usar cabeleira black power, deixar o cabelo solto, sempre criativo e experimental.

Negresco ainda promete muito mais sucessos no decorrer da sua carreira. Em 2020, Edinho realizou um sonho de juventude ao lançar seu primeiro álbum, o CD ‘Meu estilo Poético’. Uma das músicas mais emblemáticas do álbum, um puro deleite, é ‘Meu estilo doidão’ onde ele homenageia o ídolo Bob Marley em estilo reggae. Com uma vida de dificuldades, racismo e privações, Negresco ainda achou espaço no coração para romantismo e escreveu a balada ‘Tudo Perfeito’. Na canção, como bom carioca do brejo de ‘Xisdifora’, Edinho fala de amor, praia, mar e fogueira na areia da praia, um perfeito representante poético da nossa mineirice carioca, que vem desde os tempos do Brasil Colônia, quando a ligação do nosso município Santo Antônio do Paraibuna (MG) era umbilical com a capital Rio de Janeiro (RJ).

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Eliane Moreira dos Santos

Referência negra no jornalismo



Eliane é flamenguista, evangélica, nasceu em 30.09.1987 e cresceu no bairro Carlos Chagas. Ela confessa que, infelizmente não conhece sua genealogia. É filha do pedreiro Edson Moreira e de Maria Alice dos Santos Moreira, empregada doméstica que começou a trabalhar aos 11 anos de idade e só pôde cursar até a quarta série. A família vivia muitas privações: “não tínhamos luxos e vivíamos em uma casa bem simples, mas nunca passamos fome”. Estudiosa e tímida, Eliane concluiu o ensino médio na Escola Estadual Deputado Olavo Costa.

Como a maioria dos negros no país, Eliane viveu inúmeras situações de preconceito racial na escola, na faculdade e na vida. No ambiente religioso Eliane conta que: “algumas situações na igreja evangélica já me incomodavam muito”, pois percebeu que: “mesmo sendo negros, quase nenhum dos pastores era casado com uma mulher negra”. Cresceu sem ter, dentro da igreja, uma única mulher negra para se inspirar. Quando seus olhos se abriram para a questão racial, teve a certeza de que ali tinha alguma coisa errada.

Eliane foi aprovada para Comunicação e Jornalismo na Faculdade Estácio de Sá e precisava atravessar toda a cidade para estudar, um desafio de tempo, logística e, financeiro, para quem não tinha dinheiro. Ela começou a se posicionar mais quando se descobriu negra: “pode parecer absurdo, mas a gente não nasce sabendo que é negro”, na verdade os negros se descobrem em algum momento da vida.

Diante de tantas dificuldades, uma oportunidade de ouro surgiu em 2009, quando conseguiu um estágio na assessoria de comunicação da Prefeitura de Juiz de Fora. Em seguida, foi estagiária na TVE – Rede

Minas e, depois, na TV Record. Como Eliane relembra, para a glória de Deus, em 2010 – contra todas as expectativas de uma negra e pobre – ela se formou em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo: “fui a primeira pessoa da minha família a ter um diploma universitário. Isso 135 anos após a abolição no Brasil”.

Formada em 2011, trabalhou como contratada na TV Record MG, atuando como produtora em Montes Claros. Em 2017, tornou-se repórter no sul de Minas, função que exerceu até 2018. Quando começou a trabalhar na televisão, desenvolveu um outro olhar, do tipo: “Uai, cadê os negros nos destaques da TV”? Foi então que começou a se atentar para a presença negra no mercado de trabalho e a lutar contra o racismo. Quando passou a fazer reportagens, percebeu que o fato de ser um exemplo de sucesso negro ‘gritou’ em sua consciência. A filha de um pedreiro e uma empregada doméstica agora ocupava uma posição que, antes, ‘não eram espaços para pessoas negras’.

A questão do cabelo é muito importante para os negros, e muitas meninas ainda querem alisar os fios, buscando ‘parecer brancas ou loiras’. Quando você inicia a transição capilar, não dá mais para esconder o próprio cabelo crespo. Em 2018, Eliane voltou para Juiz de Fora. Entre 2018 e 2022, começou como produtora e, com o trabalho reconhecido, logo se tornou repórter da TV Integração. Lembrou-se com saudade dos conselhos da mãe: “aparecer na TV não faz ninguém melhor do que ninguém”. Em 2022, foi contratada pela Rede Record – TV Minas, em Belo Horizonte, como repórter. Hoje, Eliane tem consciência de sua função, de ser um espelho para as novas gerações e exemplo de representatividade da mulher negra.

Socialmente engajada, Eliane conta que aprendeu muito lendo: “no Brasil, tinha uma lei que proibia filhos de ex-escravizados de acessarem o ensino público”. Além de ser um exemplo para outros negros, ela é uma exceção, mas sabe que, se está aqui hoje, é graças à resistência de seus antepassados negros. Para reverter o racismo estruturador é necessário que conversemos sobre isso: “e o problema é tanto de brancos como de pretos”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Elias Rodrigo de Arruda

Comunidade, ação e atitude



Elias nasceu em 30.09.1995, no bairro Santa Efigênia, na Zona Sul de Juiz de Fora (MG). Viveu com a tia-avó Julieta de Arruda, a 'Dinha', responsável por sua criação e educação desde os três meses de vida até os 21 anos. Elias é o mais velho de três irmãos por parte de mãe, Ana Carolina e Pedro Willian. Sua mãe biológica engravidou com apenas 13 anos, e a avó já enfrentava uma situação complexa. A 'Dinha' tinha vindo de Tocantins (MG) com a mãe: "só sei que meus bisavós nasceram na mata". Sobre a família do pai biológico, não sabe nada: "meu pai nem está na certidão de nascimento".

Ele sempre estudou em escolas públicas, inicialmente na Escola Municipal Doutor Antonino Lessa, no bairro Santa Efigênia, depois na Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes no bairro Teixeiras: "lá fui inspirado em lutar por aquilo que acredito". Em 2012, ele já era coordenador do Grupo de Trabalho Participação Coletiva no Espaço da Escola e, na ocasião, Elias presidiu o Parlamento Jovem e prestou esclarecimentos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em Belo Horizonte: "era sobre Educação Cidadã". Desde jovem também se envolveu nas atividades da igreja no bairro Ipiranga. Neste mesmo ano, participou do Programa Jovem Aprendiz, do Programa de Promoção do Adolescente Aprendiz e Jovem Trabalhador, e foi trabalhar na Faculdade Universo.

Nas horas livres, Elias já se apresentava como ator na Companhia Teatral Humor Mineiro, quando estreou no youtube seu icônico personagem 'Revolta JF – O desabafo de Teixeirinha'. Com apenas 17 anos ele insistia em combater a violência brutal: "já tinha perdido amigos para a criminalidade". Com a viralização na internet, ele foi convidado para palestrar na Câmara Municipal de Juiz de Fora, recebeu destaque nas redes sociais e foi entrevistado pela Tribuna de Minas, TV Integração e TV Alterosa.

Mesmo em escola pública, mas muito estudioso, conseguiu uma vaga pelo PROUNI e foi cursar Bacharelado em Jornalismo na UFJF: “éramos somente três pessoas negras”. Como estudante, deu uma entrevista para a TV Integração e já era visível seu posicionamento firme e seu talento diante das câmeras. Estagiou na Produtora de Mídias da UFJF e, em 2017, trabalhou durante seis meses como jornalista voluntário no Haiti, na Missão Continental Arquidiocese de Juiz de Fora. Entre 2017 e 2018, Elias atuou como bolsista de um projeto de extensão da UFJF ‘Sarandira Criativa: Comunicação Comunitária e Cidadania’. Em 2018, concluiu a graduação e, sempre conectado à Igreja Católica, passou a trabalhar como assessor de comunicação na Arquidiocese de Juiz de Fora, função que exerceu entre 2018 e 2021 no ‘Jornal Folha Missionária’. Nesse período, também se tornou apresentador do programa ‘Conexão Jovem’ da Rádio Catedral.

Em 2018, Elias criou a ‘Comunidade’, um trabalho focado em jornalismo para periferias da região sul de Juiz de Fora, ‘telejornalismo cidadão’. Em 2019, ingressou na pós-graduação em ‘Marketing Digital, Negócios e Estratégias’ pela PUC Minas. Em 2020, foi contratado pela TV Alterosa e, logo em 2021, foi contratado pela TV Diversa, afiliada da TV Brasil e TV Cultura: “participei da criação do jornal ‘Diversa em Rede’ como editor-chefe de jornalismo e apresentador”. Em 2022, iniciou o mestrado de Comunicação e Jornalismo na UFJF. Em 2023, foi contratado como repórter da TV Alterosa Zona da Mata e Vertentes e fez trabalhos no SBT, em São Paulo: “é um ambiente com poucas pessoas negras”.

Em 2024, entrou para o doutorado no programa de pós-graduação em comunicação da UFJF. Para ele, a maioria dos telejornais brasileiros tem como apresentadores principais pessoas brancas: “os profissionais negros e negras são inseridos como repórteres”. Para esse visionário, o racismo ainda é uma realidade: “não é só no jornalismo, na UFJF, nunca tivemos um reitor negro e ainda não há muitas pessoas negras ocupando cargos importantes nas áreas de medicina e em diferentes profissões na cidade”. Sua luta é por uma mídia mais inclusiva, diversa e representativa, que reflita verdadeiramente a pluralidade e a riqueza cultural de nossa sociedade multirracial.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Fernando Luiz Elioterio

Uma vida pela saúde pública



Fernando é atualmente Gerente de Planejamento e Novos Projetos do Ministério da Saúde, mas nasceu em uma família muito pobre em 30.10.1965, em Presidente Bernardes (MG). Com menos de um ano perdeu o pai, agricultor, antes que ele completasse 40 anos. A mãe, Maria Isabel Elioterio, colhia flores de Marcela para fazer travesseiros: “por vergonha e medo do passado, eu nunca tinha procurado minha ancestralidade”. Fernando só conheceu pessoalmente seus avós paternos. Sobre os avós maternos, ainda sabe pouco: “tivemos uma história muito sofrida, com os pais e avós vivendo ainda com trabalhos análogos à escravidão”.

A mãe, enviuvada, se viu constrangida a ‘doar os 6 filhos’: “imaginem a dor da minha mãe, que sabia que ainda existia um tipo de escravidão e que seus filhos sofreriam muito nas mãos dos fazendeiros”. Por sorte, Fernando foi adotado em 1966 por um idoso que desejava muito ter um filho. José Bertoldo Teixeira o recebeu ainda com 1 ano de vida: “a sorte ou destino reservou-me muito carinho”.

Sofreu de racismo e nada foi fácil: “quando estudava, tinha que andar 7km de ida e outros 7km de volta”. Em 1980, os Teixeira se mudaram para Juiz de Fora e, aos 15 anos, Fernando já participou da fundação da Associação de Moradores. Voltou para a escola no bairro São Pedro, onde tirou sua primeira foto escolar. A falta de registros é uma marca de uma infância e juventude apagadas pelo descaso do poder público e a pobreza da família. Em 1982, se destacou por ser muito combativo diante do prefeito, reivindicando a regularização de posses e obras de infraestrutura para a periferia. Despontava como liderança e foi reconhecido ao ser chamado para compor os governos, justamente por suas posições firmes

e decididas em defesa das comunidades periféricas. Concluiu o ensino médio e, nesse período, também finalizou o curso Técnico de Administração no Instituto Vianna Júnior.

Foi eleito presidente da Associação de Moradores dos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Cidade Universitária para a gestão de 1985. Também havia sido eleito para a direção da União Juizforana de Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e Distritos (hoje UNIJUF) e, posteriormente, foi eleito presidente por dois mandatos, de 1997 a 2005. Obstinado em busca de melhorias, em 2006 se envolveu também como diretor da Federação das Associações dos Moradores do Estado de Minas Gerais - FAMEMG, sendo eleito presidente por 2 mandatos. Em 2003, sua atuação e reputação o catapultaram para Brasília, assumindo a direção da Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM.

Fernando teve uma caminhada profissional brilhante. Em 2008, foi cedido ao Ministério da Educação para trabalhar na UFJF, no gabinete do reitor. Mas o Brasil precisava dele na capital federal e, em diversas viagens a Brasília, logo se tornou conselheiro titular do CNS, lutando pela pauta de aumentar a relevância dos instrumentos de gestão financeira. Em 2012, aceitou o cargo de assessor técnico do Ministério da Saúde, com a tarefa de articular com os movimentos sociais e conselhos de todo o Brasil.

Em 2020, tornou-se candidato a prefeito. O presidente do PCdoB, Renato Rabelo, buscava candidaturas de negros da periferia em cidades de grande porte e indicou Fernando Elioterio para liderar Juiz de Fora. Hoje, ele tem a certeza de que abriu caminhos e mostrou aos jovens negros que eles também podem sonhar e se candidatar a prefeito e vereador. Seu legado foi o empoderamento das futuras gerações negras de periferias em um município escravocrata, dominado pela branquitude e reativo à ascensão dos negros ao poder. Com essa trajetória de luta, Elioterio nunca poderá descansar, pois é um dos maiores especialistas na área da saúde da população negra nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Em 2025, foi convidado a assumir o cargo de Gerente de Planejamento e Novos Projetos do Ministério da Saúde.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Geraldeli da Costa Rofino

Líder comunitário raiz



Geraldeli da Costa Rofino nasceu no bairro Jardim Esperança e cresceu no bairro Esplanada. Fez a primeira fase escolar na Escola Estadual Dep. Olavo Costa, no bairro Monte Castelo, e cursou o ginásio no Colégio Luís Gama. Concluiu o segundo grau nos Colégios Cézas e Vianna Júnior. Formou-se em História pela UFJF, onde também se especializou em História do Século XX e em Gestão Ambiental em Municípios.

Ele enfatizou que conhece e tem orgulho de sua genealogia e completa, com bom humor: “sou um preto não tão retinto”. Sua liderança e militância política começaram na Associação de Moradores do Bairro Esplanada, onde organizavam festas comunitárias e lutavam pelo transporte público. Durante a ditadura, Geraldeli atuou na militância do PCdoB e na clandestinidade até 1985, quando ingressou na graduação em História na UFJF, período de intensa mobilização política, e passou a integrar a Direção Municipal do PCdoB.

Sua militância no Movimento Estudantil Universitário o levou à Gestão do DCE em 1988, na chapa ‘Rompendo o Cerco’, e a participar nos Congressos da UNE em Campinas e em São Bernardo do Campo (SP). Sua corrente no ME começou na Viração, liderada na época por Luciana Santos, atual Ministra da Ciência e Tecnologia, e depois na União da Juventude Socialista, fundada pelo ex-Ministro Aldo Rebelo. Com seu trabalho, em 1992 conseguiram eleger o Vereador Paulo Rogério dos Santos, e Geraldeli se tornou chefe de gabinete na Câmara Municipal. Durante o mandato, teve atuação intensa nas lutas sociais da cidade, envolvendo transporte, moradia, saúde pública, servidores municipais, igualdade racial e no movimento LGBT.

Nos anos 2000, exerceu a Presidência da Creche Cooperativa do bairro Jardim Casablanca, com o apoio da Faculdade de Pedagogia da UFJF e do mandato da Professora e Assistente Social Nair Barbosa Guedes, onde realizaram um trabalho significativo na comunidade. Em reconhecimento à sua liderança, em 2003 foi eleito pelo Conselho Municipal de Saúde para a função de Ouvidor Municipal de Saúde, atuando na defesa dos usuários e pelo fortalecimento do SUS. Em 2007, assumiu a função de Subsecretário Municipal de Esportes. Ele lembra que organizaram um jogo de Futebol Feminino no Estádio Municipal, na preliminar do jogo do Tupi pelo Campeonato Mineiro, e também estruturaram a logística para a participação dos estudantes nos Jogos do Interior de Minas.

Como bom professor, Geraldeli nos revelou que a história econômica e social de Juiz de Fora é hegemônica pela 'branquitude' e pelo apagamento da comunidade preta. Foi através da luta do Vereador (preto) Wilson Novaes, militante do PDT e ativo no movimento negro da cidade e do Uni-bairros, que Geraldeli conheceu a história de Theóphilo, negro escravizado, homenageado com uma estátua na Praça Negro Theóphilo, inaugurada em 25/11/2007, na Avenida Brasil, próximo à Subsecretaria de Defesa Civil.

Durante o estágio no curso de História, Geraldeli teve contato, no Arquivo Histórico Municipal, com os inventários dos fazendeiros escravocratas da nossa região. Recentemente, ganhou visibilidade pela atuação na militância antirracista a Roza Cabinda, escrava do imigrante Henrique Halfeld, que conseguiu comprar sua carta de alforria. Geraldeli acredita no poder da educação para ultrapassar as paredes das escolas e no papel central de transformar a sociedade, tornando-a mais justa e fraterna.

Hoje, ele atua junto a um grupo de ambientalistas pela preservação da Represa de Chapéu D'Uvas e pela eleição de cidadãos e cidadãs pretos para a Câmara Municipal, no contexto da luta antirracista. O líder comunitário não para e busca recursos para a construção de uma nova Unidade de Saúde no bairro São Pedro. Geraldeli participa também da Associação de Moradores Impactados pela BR-440.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Gerson Carlos de Jesus Martins

Empresário musical gospel



Gerson Carlos de Jesus Martins Coelho nasceu em Juiz de Fora, no bairro Vila Olavo Costa, em 21.08.1977. O pai criou os filhos com muita dificuldade em um barraco de placas com telhas de amianto. Sua mãe biológica abandonou o pai, e Gerson cresceu meio revoltado por ter crescido sem a mãe verdadeira. Sua mãe de leite era a tia Lourdes Nascimento, e o seu tio Fernando do Nascimento é como se fosse seu segundo pai. O pai biológico ficou inválido, mas conseguiu um emprego de vigilante de obra e frequentava a Igreja Pentecostal Deus é Amor.

Seu avô materno, conhecido como ‘Sô Tatão do Cavaco’, foi a única influência musical que Gerson teve. Ele frequentou várias escolas no bairro Vila Olavo Costa, no bairro Furtado de Menezes, no bairro Vila Ideal, mas sua lembrança maior é da Escola Estadual Clorindo Burnier no bairro Barbosa Lage, mas não chegou nem a completar o segundo grau pois: “eu sofria muito bullying por causa da minha cor preta retinta”.

Ainda menino, Gerson costumava ficar em frente à Pizzaria La Traviata, no bairro Alto dos Passos: “como flanelinha, eu tomava conta de carros, mas ganhava muito pouco”. Nos bares, apreciava as músicas, até que comprou um teclado amador e sentiu que isso seria seu futuro. Em 1992, um tecladista lhe ensinou alguns segredos, e Gerson passou a acompanhá-lo no bar.

Gerson se reaproximou da Igreja Assembleia de Deus e foi convidado para tocar teclado: “nesse momento me entreguei para Deus, decidi montar uma gravadora e me tornar músico”. De grão em grão comprou os equipamentos e em 1990 já gravava suas próprias músicas, duplicava as fitas ‘O Criador’ – com oito músicas – e as vendia. No ‘boca-a-boca’ suas

músicas começaram a tocar nas rádios evangélicas locais e a fama foi se espalhando entre o público evangélico.

Seu estúdio passou a ser referência tanto para gravação como para ensaios. Em 1998, montou um estúdio no bairro Linhares e, pouco tempo depois, se transferiu para o Jardim Parque Serra Verde, onde os artistas Gospel locais começaram a procurá-lo. Em 2003, tornou-se pai, reencontrou a avó biológica e voltou a ajudar a mãe doente.

Em abril de 2005, fundou a gravadora Chamas Record Produções Artísticas Ltda, no bairro Santo Antônio, com a ajuda da companheira e sócia Iana. Em 2011, Gerson gravou com a sua banda 'Refugioplay' o CD 'Vaso Quebrado', com 10 músicas gospel. Em 25.04.2012, se casou com a missionária carioca Glauce Martins e tiveram a filha Sophia. A partir de 2016, as músicas Gospel gravadas na Chamas Record começaram a tocar muito na Web Rádio Carinho, na TopFM/JF, entre outras.

Gerson sempre foi autodidata e se considera abençoado. Multitalentoso e polivalente, Gerson é empresário, administrador, cantor, produtor musical, compositor, músico, vocalista, cinegrafista, editor de vídeo etc. A empresa Chamas Record é afiliada da Associação Brasileira de Música e Artes e atualmente Gerson não só grava músicas Gospel. Entre os talentos seculares e populares da gravadora, Edinho Negresco é um dos não cristãos que escolheram o trabalho e a profissionalidade de Gerson: "eu hoje trabalho com todo tipo de música, contanto que não ofendam a minha fé e meus princípios".

A história e trajetória de um 'flanelinha' que conseguiu vencer e chegar ao nível de empresário musical do gospel é um ensinamento antirracista: "independentemente da cor da sua pele, confie em Deus, ele sempre dará um jeito".

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Gilmara Cristina dos Santos

Pedagogia contra o silenciamento



Gilmara Cristina dos Santos, mais conhecida como ‘Negra Gil’, nasceu em 26.01.1974, no bairro São Mateus, em Juiz de Fora (MG). Sua mãe, Izabel Marcolina dos Santos, lavadeira nascida em São Paulo (SP), veio com a mãe para Juiz de Fora. Sem condições de criar a filha, Izabel foi colocada no orfanato Instituto Maria: “minha mãe se tornou uma pessoa muito revoltada, acabou tendo uma filha que teve que dar para alguém criar e ficou amargurada”. Seguindo a vida, a mãe engravidou novamente e esperava Gilmara; como mãe solteira, viu a filha crescer sob os cuidados do pai adotivo, Pedro Afonso dos Santos, pintor.

Gilmara foi criada pela avó materna, Maria da Conceição dos Santos, e pela tia, Geni de Lourdes dos Santos. A avó colocava as filhas para pedirem esmolas para sobreviverem, reflexo de tudo que o racismo provoca. Gilmara estudou na Escola Estadual Fernando Lobo e, desde os seus 10 anos, já trabalhava como babá em casas de família. Seus avós paternos eram Ruth Cândido dos Santos e Geraldo dos Santos: “minha mãe tem ascendência indígena e italiana, já o meu pai de criação descende de negros”. Com 13 anos, Gilmara passou a trabalhar como empregada doméstica, mas seu sonho era se tornar uma atriz. Aos 18 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar como babá.

Voltou frustrada para sua cidade natal e decidiu retomar os estudos da oitava série e terminar o segundo grau para buscar outros caminhos. A escolha foi pela sobrevivência, e ela conseguiu ingressar na Faculdade de Pedagogia na UFJF. Durante a graduação fez estágio no projeto ‘Pró-ido-so’, onde se descobriu profissionalmente. Em 2005, concluiu a Faculdade de Pedagogia, tornando-se a primeira pessoa da família a ter um diploma

superior. Foi logo contratada para trabalhar na Escola Estadual Batista de Oliveira, no bairro Costa Carvalho. Em 2006, foi atuar como professora pedagoga na Escola Estadual Maria Ilydia Resende Andrade, no bairro Furtado de Menezes, e, em 2015, foi convidada para trabalhar na Escola Estadual Teodorico Ribeiro de Assis.

Em 2017, concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História da África na UFJF. A pós-graduação trouxe também mudanças na própria percepção de Gilmara: “eu me declaro negra, mas usava o cabelo liso, pois fazia parte dos padrões sociais ter cabelo liso para ser aceita pela sociedade”. Foi no convívio na UFJF que ela começou a se libertar e passou a usar o seu cabelo natural: “confesso que quando as negras não têm dinheiro para alisar o cabelo, elas até não saem de casa, para não serem vista de fato como elas são”. Para ela tudo isso é consequência da sociedade racista que impõe padrões de beleza baseados na estética branca. Hoje participa de projetos que trabalham a autoestima como o ‘Projeto Você não me Obriga’.

Em 2016, Gilmara foi nomeada pelo Estado de Minas como Especialista em Educação e como professora no turno da tarde, sempre na Escola Estadual Teodorico Ribeiro de Assis, no bairro Furtado de Menezes. É nessa escola que atualmente ela atua lutando através da pedagogia contra o apagamento da ancestralidade dos negros no Brasil e o silenciamento de forma positiva, isto é, passando para as alunas e os alunos desse bairro pobre e periférico mais do que seus conhecimentos acadêmicos: “eu me empenho de coração em mostrar meu exemplo de vida nos nossos projetos de empoderamento e consciência afrodescendente”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Gilmara Santos Mariosa

Ancestralidade guerreira



Gilmara é um elo forte de uma corrente abençoada. Sua vida de luta pelo legado negro, afrodescendente e afro-brasileiro é impressionante, e conhecer sua genealogia é um privilégio. Foi a avó materna que introduziu e influenciou Gilmara na Umbanda. Como brasileira, a avó era católica, mas levava a netinha nas religiões de matriz africana. As mulheres negras deixaram legados positivos na sociedade. Em seu doutorado, relatou histórias das mulheres da família e a relação com a avó. Gilmara explicou que a mãe e a avó são pessoas de forças, importantes na construção da herança familiar.

A mãe foi protagonista de sua própria história e transmitiu isso para a filha, que se empoderou da própria vida. Assim como a figura da mãe e da avó, outras mulheres negras também formam suas referências de mulher negra. Hoje, é a filha Luanda que lhe ensina muito, já compreendendo o papel dela como mulher negra e o significado do movimento antirracista.

Aos 16 anos, Gilmara ingressou na militância do movimento negro na Igreja Católica, época em que discutiam a Teologia da Libertação e as questões raciais. Fez parte ativa do Centro de Referência da Cultura Negra, se empenhou no Grupo Candaces, uma associação de mulheres negras na UFJF.

Na faculdade de Psicologia da UFJF, Gilmara começou a pesquisar a religião de matriz africana. Em 1995 e 1996, conquistou uma bolsa de iniciação científica e direcionou suas pesquisas para o candomblé e a umbanda, partindo para o mestrado em Psicologia Social sobre práticas religiosas de matriz africana. Desde 2000, é servidora pública da Câmara Municipal de Juiz de Fora, atuando no Centro de Atenção ao Cidadão, na Escola do Legislativo Municipal e Escola de Cidadania. Em 2009, foi uma

das expoentes negras a receber a Medalha Nelson Silva, concedida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 2010, foi convidada para ser professora na UNIPAC, nas disciplinas: Política Pública de Saúde, Psicologia das Necessidades Especiais e Psicologia Social.

Em 2009, Gilmara publicou o livro 'Negras memórias da Princesa de Minas: Memórias e representações sociais de práticas religiosas de matriz africana'. A mestra em Psicologia Social e pesquisadora Gilmara retratou uma irmandade formada por negros escravizados e libertos, bem como práticas religiosas ainda hoje marginalizadas pelo racismo. Ela entrevistou tradicionais mães de santo, testemunhas de uma religiosidade onipresente como os negros que ajudaram a construir o município de Juiz de Fora. A obra é a edição de sua dissertação de mestrado em Psicologia Social na UERJ, defendida em 2007. Durante a pesquisa, Gilmara ouviu 60 moradores do bairro Dom Bosco, com grande contingente de população negra.

Gilmara entrou para uma especialização com o tema 'Mulheres Negras no Candomblé', partindo em seguida para o doutorado sobre 'Mulheres Negras na Umbanda'. Como escritora participou de revistas, seminários, conferências e apresentação de trabalhos com o foco na população negra e religiosidade de matriz africana. Em 2016, lançou o livro 'Outras memórias possíveis', onde resgata histórias de vida de grupos étnicos da cidade.

Hoje, atua no Centro integrado de Atendimento à Mulher, com foco na mulher negra: "a luta das mulheres negras por espaço, poder, liberdade e oportunidades está longe de terminar, mas com coragem, determinação, força e astúcia, comandam seus terreiros com mãos firmes e são elas que mantêm no Brasil o maior símbolo da tradição ancestral africana". Para ela, reverter o racismo não é possível dentro do capitalismo: "pois este se baseia e sustenta na desigualdade e para existir precisa manter essas desigualdades". O importante é falar de forma acessível para cada público ouvinte: "só assim vamos combater o racismo e demais desigualdades".

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Gláucio Anacleto de Almeida

Capoeira como resistência



Gláucio Anacleto de Almeida é conhecido como Mestre 'Cuité', com mais de 40 anos de experiência na prática da capoeira e atuante no ensino, pesquisa e divulgação da capoeira no Brasil e no exterior. Bem politizado, ele possui licenciatura e bacharelado em Filosofia pela UFJF e licenciatura em História pela Faculdade Única, especialização em Religiões e Religiosidades Afro-brasileiras pelo Neab/UFJF. Possui Mestrado em Educação, Gestão e Práticas Pedagógicas, Faced/UFJF, além de ser professor de Filosofia da Rede Municipal de Rio das Ostras (RJ).

Filho do eletricitista Márcio William de Almeida e da enfermeira Ivanir Anacleto dos Santos, Gláucio recebeu a criação de três mulheres muito fortes: a mãe, a tia-avó Alzira e a bisavó materna, Vó 'Inda'. Nasceu em 02.07.1973 e foi criado no bairro Bonfim, na rua Carandaí, em Juiz de Fora (MG), em um espaço bem demarcado pelas diferenças econômicas. Na Zona Leste da cidade, as drogas e o tráfico já existiam: "convivi com essa realidade, mas vi e vivenciei também outras coisas". Da parte paterna, conhece apenas a avó Raimunda Maria de Jesus e o avô Maurício de Almeida. Pelo lado materno, sabe a história até os tetravós, todos vieram de Conceição do Formoso (MG). A família trabalhava na lavoura, migrou para Juiz de Fora nos anos 40 e foram habitar na região do bairro Bonfim, trabalhando nas tecelagens.

Dos 5 aos 11 anos, praticou karatê com o 'Sensei' Itamar, antes de iniciar na Capoeira do Bonfim com o Mestre Pinheiro. Seu apelido, 'Cuité', vem do fruto da árvore que dá uma cuia e a cabaça do berimbau, pois raspava o cabelo desde os 17 anos. Nessa idade, foi para Belo Horizonte treinar na Capoeira Porto de Minas, do Mestre Niltinho. Além da capoeira, é apaixonado pelo samba e pelas Escola de Samba Imperatriz da Zona

Norte, Feliz Lembrança e Mangueira (RJ), que frequenta com a esposa, Alessandra, e as filhas, Clara e Alice. Jogou capoeira no Grupo de Capoeira Quilombo-Nagô, em Acari (RJ), na Baixada Fluminense e em São Gonçalo (RJ). Conheceu o Mestre Nestor Capoeira, o Mestre Gato, o Mestre Santos, o Mestre Amorim, o Mestre Leopoldina, o Mestre Marco Aurélio e o Mestre César, referências que transcendem a capoeiragem.

Gláucio trabalhou como técnico em processamento de dados, digitador, monitor de projeto social, instrutor de datilografia, dentre outras atividades. Em 1990 ele abandonou a AMAC/PJF para se dedicar à capoeira. Em 1994, participou de uma turnê no Japão e, durante os dez anos seguintes, se dedicou inteiramente a ensinar capoeira em um espaço alugado que mantinha no bairro Bonfim. Em 2001, o Mestre Cuité, junto ao Mestre Léo e o Mestre Escorpião, fundaram a Besouro Capoeira, com o foco na atuação nas comunidades. Em 2003, Gláucio foi para a Alemanha participar de umas demonstrações, e, em 2004, iniciou a Faculdade de Filosofia na UFJF. Em 2005, recebeu o prêmio 'Compositor Geraldo Pereira', quando estava no Projeto 'JF nos Trilhos da Paz' / PJF. Em 2007, formou-se e trabalhou a autoestima da população negra a partir da capoeira. Em 2010, o Mestre Cuité recebeu da Câmara Municipal a Medalha Nelson Silva, na décima edição. Desde 2012, atua no Colégio Municipal Prof.^a América Abdalla, em Rio das Ostras (RJ), conciliando com seu empenho na Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) no 'Programa Gente em Primeiro Lugar'.

Entre 2013 e 2014, Gláucio concluiu uma especialização em Religiões e Religiosidades Afro-brasileiras na UFJF. Em 2020, escreveu o primeiro capítulo do livro 'Capoeira em Múltiplos Olhares' com o título 'A construção coletiva de uma proposta pedagógica para a capoeira' que relata a experiência da equipe de capoeira do programa 'Gente em Primeiro Lugar'. Em 2021, passou para o mestrado em Educação, Gestão e Práticas Pedagógicas da UFJF, que concluiu em 2023 com o trabalho sobre a capoeira, com o tema 'Ai, ai, aidê, quero saber como vai você: sentidos e percepções de capoeiristas educadores sobre suas práticas na educação das infâncias'. Para o Mestre Cuité, a filosofia e a capoeira interagem; capoeira é comunicação entre pessoas: "é como pergunta/resposta, resistência, ataque/defesa, com múltiplas oportunidades de interação e de como lidar com as situações".

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Herculano Gustavo Cyrillo

Fisioterapia como missão



Herculano Gustavo Cyrillo é um profissional especialista do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) com 20 anos de experiência, integrante da Associação Brasileira de Fisioterapia em Oncologia (ABFO). Com empresa própria, a Nova Áurea Fisioterapia, especialista em Oncologia e Cardiorrespiratória. Muito sensível e espiritualizado, atualmente atua integrado na Clínica Santtés de Especialidades Médicas, além de atuar como responsável técnico e intensivista. Atua também com consultorias, mentorias, treinamentos e palestras.

Primogênito de quatro irmãos, Gustavo nasceu em 17.07.1982 e foi criado no bairro Santa Cecília, na região central de Juiz de Fora. Hoje, é um fisioterapeuta de sucesso, filho da pedagoga Maria da Conceição Cyrillo (1952) e do lanterneiro Elivaldo ‘Lenin’ Cyrillo (1947): “ele trabalhou como engraxate, se casaram e criaram quatro filhos”. Seu bisavô paterno foi o lavrador Gustavo Cyrillo, casado com a bisavó Sebastiana Felicíssima de Jesus. Já sua avó paterna, Calista Evarista Cyrillo, era casada com o avô Herculano Cyrillo: “também lavradores, nascidos em Piau (MG), depois foram morar no Distrito de Caetés”.

Gustavo frequentou a Escolinha Peter Pan e, posteriormente, cursou do primário ao científico no Instituto Granbery da Igreja Metodista: “fiz parte de um grupo ínfimo de negros com essa oportunidade, mas tinha os grupinhos, as piadinhas, os preconceitos e os egoísmos”. A mãe trabalhava como orientadora educacional na Escola Estadual Dom Orione: “percebia que por mais avançada que a turma fosse, eu conseguia acompanhar o raciocínio”, lembrou da diferença da educação pública e da particular.

Botafoguense, jogou futebol: “me lembro que íamos jogar futebol em outros clubes de elite da cidade e recebíamos sim olhares esquisitos, mesmo tendo sido convidados”. Ainda sobre o racismo, Gustavo se lembra dos olhares dos populares nas missas na Catedral, por serem uma família de seis negros. Ele contou que alguns amigos de infância morreram, outros se perderam ou foram detidos. Com 17 anos, Gustavo se formou no Granbery e foi aprovado na Faculdade de Fisioterapia na Universidade Católica de Petrópolis (RJ): “tinha só duas mulheres negras na faculdade, mas pior que o racismo é a pobreza de espírito”.

Em 2004, quase se formando, mas com tanta pressão: “eu realmente entrei numa depressão”. Trancou a faculdade e voltou para Juiz de Fora: “fiquei dois anos parado e, já mais tranquilo, pedi transferência para a UNIPAC/JF”. Foi nessa época que reencontrou sua atual esposa Fabiana Queiroga: “éramos uns dos poucos negros da faculdade”. Sua rotina era intensa, iniciava no Hospital Geral de Juiz de Fora, depois se deslocava para o Hospital de Traumatologia e Ortopedia e, por volta de meio-dia, já estava atendendo na ASCOMCER. Após o almoço, trabalhava como voluntário na Associação dos Hemofílicos.

Em 2006, se formou na Faculdade de Petrópolis e produziu seu TCC ‘Abordagem Fisioterapêutica na Incontinência Urinária Pós Parto’. Em 2010, como voluntário na ASCOMCER, criaram o projeto ‘Grupo Vitoriosas’: “o grupo oferece assistência para pacientes em tratamento ou controle do câncer de mama”. Gustavo é reconhecido por seu comprometimento e tratamentos individualizados. Em 2011, entrou para a pós-graduação em ‘Fisioterapia Cardiorrespiratória e Pneumofuncional’ pela UCP, dedicado à fisioterapia em oncologia, seu carro-chefe e sua paixão, focado na prevenção e no diagnóstico precoce. Em 2016, nasceu sua filha Alícia Queiroga Cyrillo.

Em 2017, trabalhava na CAPTAMED, mas abriu a empresa ‘Nova Área Fisioterapia’, com foco no atendimento clínico. Gustavo também atuou como fisioterapeuta na COP Saúde Integrada e, em 2023, começou a atender na Santtés, mas sofreu um acidente de carro que quase tirou sua vida. Ele e a esposa sabem de onde vieram: “nossa luta como pretos continua sendo pela igualdade”. Sonham que a filha possa viver em sua plenitude, onde quiser e ser o que ela desejar.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Hudson Nascimento

Empreendedorismo familiar



Hudson Nascimento nasceu em 12.01.1989, em Juiz de Fora, mais exatamente na conturbada Avenida Sete, onde a criminalidade ainda é uma triste realidade. Ele cresceu brincando, porém, naquela época, não percebia que estava cercado pelo mundo da criminalidade, escapando por pouco de seguir o mesmo caminho. As orientações do pai Ademir Jorge Nascimento eram trabalhar e estudar: “lição de vida que eu sigo como um mantra”.

Seus bisavós paternos vieram do nordeste em busca de melhor qualidade de vida, e os parentes, todos muito pobres, se estabeleceram em Santos Dumont (MG). Seu avô paterno trabalhou na antiga Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social e se transferiu para Juiz de Fora em 1965, quando a família passou a residir no bairro Benfica. Sua avó paterna, Dejanira Maria de Oliveira, criou 6 filhos e passou para Hudson esse espírito guerreiro e de superação. Pelo lado materno, chegou a conhecer apenas a avó, Francisca Maria: “sei que ela era branca e meu avô negro escuro”. Porém, em sua família tem gente de todas as etnias, origens e colorações de pele, com fenótipos diversos: “nas reuniões no colégio, não acreditavam que Maria do Carmo do Nascimento era minha mãe”.

O pai sempre trabalhou como contador, tinha um cargo no Escritório de Contabilidade Técnica CONTEC. Hudson estudava de manhã na Escola Estadual Duarte de Abreu, no bairro Vitorino Braga, onde completou o ensino fundamental. Apesar de ser uma escola pública, lembra que a escola era muito boa e o ensino de altíssima qualidade: “não sofri racismo, pois quase 100% dos estudantes eram negros”. Na parte da tarde

convivia solto pelo bairro: “passei muito perto das drogas”. Posteriormente, a família se mudou para o bairro Jardim do Sol: “mas sentia a falta da mãe e teve problemas psicológicos”.

Quando terminou o ensino médio, em 2005, Hudson cursou o pré-vestibular no Colégio Conexão. Com as condições financeiras do pai melhorando, pôde estudar em escola particular. Hudson queria ser publicitário e sonhava com uma carreira de sucesso no cenário da propaganda. Em 2009, ingressou no curso de Publicidade e Propaganda na Faculdade Estácio, onde ficou por vários períodos, até 2011. O pai de Hudson já trabalhava como contador autônomo respeitado na cidade e sugeriu que ele cursasse Ciências Contábeis. Nos primeiros períodos da Faculdade Machado Sobrinho, Hudson pensou em desistir, mas foi novamente o pai que lhe deu outra visão da profissão. Em 2012, ele transferiu-se para a Faculdade do Sudeste Mineiro.

Os dois irmãos estavam prestes a se formar e planejavam montar sua própria empresa, mas, por conta do destino, o pai precisou deixar o escritório onde trabalhava. A família, unida, decidiu então dar um passo em conjunto rumo ao empreendedorismo familiar. Desde agosto de 2015 eles têm um escritório como sócios-proprietários. Nascia a Nascimento Contabilidade Ltda – especializada em assessoria contábil e jurídica. O sucesso no trabalho trouxe a estabilidade na vida particular e, em 04.07.2016, nasceu a filha.

Mas desde criança Hudson queria morar nos EUA e, no início de 2018 embarcou para o país e foi trabalhar na construção: “mas voltei correndo para Juiz de Fora”. As lições aprendidas na casa do pai começaram a realmente fazer todo sentido: “dinheiro não é tudo nesta existência”. Como contador, Hudson ainda sofre preconceito profissional: “pois, nessa profissão, as pessoas precisam depositar uma confiança muito grande em mim”. Ele lamenta que, infelizmente, ainda hoje a sociedade brasileira tende a ver os negros como menos confiáveis e afirma: “luto para mudar essa visão equivocada”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo

Jefferson da Silva Januário

Por uma periferia potente



Jefferson é nascido e criado no bairro Santa Efigênia, onde este fênix social é conhecido por 'Negro Bússola'. Nascido em 11.09.1975: "quando eu tinha sete anos, achava que estava destinado para o fracasso e na minha família biológica nós não tínhamos muito diálogo sobre essa questão de ser negro". Ele nasceu como o quarto filho de uma família de pretos e pobres que moravam na periferia de Juiz de Fora (MG). Sua mãe, Ana Maria Januário, nasceu em 13.08.1941 e trabalhou como faxineira e funcionária da creche comunitária. O pai, Sérgio Antônio Januário, nasceu em 27.11.1938, era pedreiro, funcionário na Construtora Alber Ganimi e, em 1987, fundou o Grêmio Recreativo Escola de Samba Rosas de Ouro.

Sua infância foi pobre e feliz, mas Jefferson foi convidado a se retirar de três escolas por ser um garoto questionador. Ele terminou seus estudos na Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes, no bairro Teixeira. Em 1990, aos 15 anos de idade, o garoto rebelde começou a lavar carros na Rua José Batista de Oliveira, no bairro Bom Pastor: "foram mais de 20 anos, paguei meu curso superior de Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Estácio e comprei meu Corcel GT XP 1972". Com dezesseis anos, em 1991, Jefferson decidiu começar a escrever seus próprios Raps e criou seu codinome 'Negro Bússola'.

Passou a juventude em busca de um herói negro que o guiasse, mas os exemplos na comunidade não eram os melhores e ele se salvou por pouco. No meio religioso buscou reconstruir sua identidade fragilizada, se tornou um dos fundadores do Ministério Galera de Cristo e hoje os negros e periféricos podem escolher sair do caminho da criminalidade e seguir o caminho de sucesso do Negro Bússola: "acabei me tornando o negro que indica o caminho".

Desperto para a questão dos negros: “o que eu procurava ninguém me dava, agora vou ser eu quem vai dar o norte”. Em 2007, fundou, no bairro Santa Efigênia, a Casa de Cultura Evailton Vilela, com o objetivo de fomentar a valorização e a capacitação de moradores da periferia. Define-se como um negro em movimento e não gosta de vitimismo: “sou a favor de olhar daqui para frente”. Casado com a faxineira Flávia Cristina, é pai da Milena, nascida em 2012. Defendendo o empoderamento da periferia, em 2016 candidatou-se a vereador pelo Partido Ecológico Nacional, obtendo a expressiva votação de 3.943 votos: “foi a confirmação que estava no caminho certo”.

Jefferson recebeu da Câmara Municipal o Título de Cidadão Benemérito de Juiz de Fora, e, em 2020, se candidatou a vereador pela REDE: “meus 5085 votos são de gratidão e a certeza de continuar a despertar o empreendedorismo da periferia”. Em 2023, inaugurou a Ação Social Negro Bússola, no bairro Santa Luzia, referência na elaboração e execução de ações e projetos ligados às comunidades e recebeu o Prêmio Destaque Influencer 2023: “a rota de Fuga é cultura e educação, armas infalíveis para o sistema de inclusão”.

O alegre líder comunitário, empreendedor social, negro, visionário, produtor cultural, gestor de recursos e presidente fundador da Casa de Cultura Evailton Vilela e da Ação Social, ‘Negro Bússola’ foi eleito vereador em 2024, com 6.451 votos pelo Partido Verde: “agora, mais do que nunca, quero ampliar meu trabalho social e mostrar para os adolescentes da periferia que eles são muito mais do que imaginam, e que eles podem ser tudo que quiserem”.

Como ser político e, atualmente vereador, Jefferson continuará a atuar no quinto elemento que é a informação, pesquisando, instruindo os jovens e ajudando em eventos: “se o céu é o limite, vamos todos morar no espaço e o Negro Bússola vai te orientar”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



José Cristovam Medeiros

O samba é uma escola



Juiz-forano de coração, é mais conhecido no meio artístico como 'Batista Coqueiral'. José nasceu em São João de Meriti (RJ), no dia 21.01.1963, e, aos 15 anos, já havia composto seu primeiro samba, 'Salve a Natureza'. Anos depois, com essa música, ele foi campeão num festival de música universitária da UERJ. Durante o serviço militar, atuou como sargento em São Paulo (SP) e, posteriormente, foi transferido para servir no Mato Grosso do Sul. Mas sua avó materna era mineira, nascida em Formiga. Ele se lembra de pequeno da convivência no quintal da avó, ao lado dos primos e amigos.

Perto do carnaval, recorda-se que as brincadeiras eram interpretar mestre-sala e porta-bandeira, montar uma bateria com latas e mergulhar no clima festivo. Ele acredita que seu interesse pela música, especialmente de carnaval, "surgiu em casa mesmo". O menino foi criado com alegria e aprendeu dentro de casa que o samba é um espaço sociocultural e político. Ele explicou que o samba não é coisa só de preto não, é um gênero musical que pertence a todos, pois é na quadra da escola de samba que acontecem diversos movimentos de pessoas, situações boas e ruins que espelham a sociedade lá fora. Hoje continua apaixonado pela Portela.

Batista concluiu sua graduação em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS em 1995, e foi transferido para Juiz de Fora (MG). Aqui lecionou matemática durante 11 anos nas escolas públicas de Juiz de Fora. Em 2006, iniciou a especialização em Planejamento e Gestão Social na UFJF, e seu TCC foi 'Escola de samba um espaço sociocultural e político'.

Para as escolas de Samba de Juiz de Fora ele já fez samba para o Turunas do Riachuelo, o Unidos do Ladeira, a Rivais da Primavera etc. Batista sonha sim em acabar o racismo, mas de uma forma prática e não teórica, assim participou da fundação do Instituto Cultura do Samba em 27.09.2003, com os objetivos de resgatar as origens do samba em Juiz de Fora e valorizar as pessoas. Batista foi Diretor de Cultura Voluntário da Liga Independente das Escolas de Samba de Juiz de Fora e participou também de muitos eventos, sempre no tema cultura, África, igualdade racial e, é claro, o samba. Com tanto talento, em 2006 ganhou dos vereadores uma Moção de Aplauso da Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG).

Em 2007, na sétima edição da Medalha Nélson Silva, a Câmara Municipal de Juiz de Fora, em conjunto com o Batuque Afro-Brasileiro, reconheceu o valor artístico de Batista Coqueiral. Entre 2008 e 2010, foi conselheiro do Núcleo de Estudo Afro-brasileiro – UFJF, na Comissão de Educação e Cultura. Desde 2019, aposentado como Capitão, passou a se dedicar exclusivamente à sua paixão, o samba. Batista se uniu aos ‘bambas do samba’ de Juiz de Fora, e juntos produziram emblemáticas marchinhas para o carnaval.

Nas marchinhas de carnaval ele lembra de sua infância: “que os pobres vêm matando um leão a cada dia para sobreviverem e lutam contra as injustiças e os preconceitos, pois ser negro é difícil, com preconceitos financeiros e sociais”. Desde 2023, Batista procura reviver a ‘Escola de Samba Mirim Princesinha de Minas’ para ensinar às crianças o que aprendeu na sua infância, que as escolas de samba são espaços socioculturais e políticos e que proporcionam aos jovens uma outra visão de vida.

Ele sonha com uma Juiz de Fora mais unida em torno do carnaval, para fortalecer ainda mais essa forte expressão cultural local. Para ele, Juiz de Fora, próximo ao Rio de Janeiro, tem um carnaval muito bom, com uma força cultural muito grande. Segundo Batista, o que ainda falta é a união dos moradores em torno dessa festa, que ajudará inclusive a melhorar a educação: “o mundo tem uma dívida com a negritude”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Jorge Luiz da Silva

Professor, poeta e cantautor



Jorge Luiz da Silva nasceu no Bairro Nossa Senhora Aparecida, em 23.08.1952, em Juiz de Fora (MG). Atualmente, atua como um dos coordenadores do Programa de Recuperação de Dependências Emocionais e Químicas (PRD). Foi por meio da Igreja que Jorge conseguiu pesquisar sua genealogia. Tanto o pai quanto a mãe são de origem afro e dos povos originários do Brasil: “minha mãe contava que o avô dela – meu bisavô materno – chamado Brasilino, foi um índio pego no laço em Mato Grosso e veio parar nas bandas de Juiz de Fora”. Sobre a avó paterna, Sebastiana ‘Bastiana’ Maria da Silva, Jorge ouviu muitas histórias: “ela era uma cafuza muito linda, cozinheira num fazendão em Lage do Muriaé”.

O pai de Jorge, João Tibúrcio da Silva, trabalhava capinando para o barão branco. Aos 18 anos, mudou-se para Juiz de Fora para servir no Exército e foi morar no bairro Manoel Honório. Já o avô paterno, Dionisio Silvino de Oliveira, casou-se de novo com sua segunda avó paterna, Maria das Dores de Oliveira. Aqui na cidade, o pai de Jorge conheceu a esposa, Maria Margarida da Silva, em 1949: “nessa época minha mãe tinha 17 anos e minha avó já era falecida”. Os pais cristãos só puderam estudar até a quinta série do ensino fundamental, mas apoiaram os quatro filhos que se formaram em um curso superior.

Jorge estudou na Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa no bairro Santa Terezinha e aos 14 anos já fazia parte de grupos de jovens na igreja, de movimentos comunitários entre outras participações sociais e religiosas. Em 1967, com apenas 15 anos, ele já levava uma vida corrida, era coroinha da Igreja do Bonfim, participava da COJUB, cantava no coral, estudava de manhã, trabalhava na rádio na parte da tarde e ainda tinha cabeça para compor canções e poesias. A ‘Canção do meu chegar’ ficou

entre as 10 melhores canções intercolégiais. Desde cedo participou de encontros de poesia, encontros musicais e com vontade e talento tentando se posicionar como artista. Em 1975, com seu talento reconhecido, lá estava ele representando a escola no Primeiro Festival da Canção Intercolégio de Juiz de Fora, do Festival de Música em Lima Duarte, Pequeri e Viçosa.

Jorge foi radialista por 11 anos nas emissoras de rádios locais, onde se familiarizou com todos os estilos musicais. Mais tarde, recebeu a oportunidade de trabalhar na Rádio Manchester FM e, por fim, na Rádio Capital. Resolveu estudar para ser professor. Formou-se na Faculdade de Educação Física da UFJF em 1979 e, no ano seguinte, iniciou sua carreira no Colégio Nossa Senhora de Fátima. Em 1987, foi aprovado em concurso público e nomeado professor do Estado, lecionando nas escolas de Lima Duarte. Nesse mesmo ano, participou do Festival de MPB, onde sua música “Doce Espera” conquistou o quarto lugar.

Já em Juiz de Fora, Jorge lembrou com carinho que: “por todas as escolas que passei implementei olimpíadas esportivas, onde, através do esporte podia passar a educação e cultura afrodescendente”. Em 1990, casou-se com a petropolitana de origem libanesa Suzana Mcauchar, e é pai de Samir e Rebecca. Para os filhos, compôs em 2019 a música icônica ‘Azul, Sandália e Chinelo’. No mesmo ano, aposentou-se, e a música passou a ter destaque em sua vida. Ainda em 2019, compôs ‘Elegia’ e, em 2020, cantando para espantar o vírus COVID-19, compôs ‘Ravenas Medievais’. Em 2021, tornou-se membro do Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial de Juiz de Fora: “luto para que a transformação da sociedade seja através da educação e cultura”.

Em 2022, Jorge criou a Banda Soul Jorge e lançou seu EP ‘Jardineiro Fitness’, com 4 músicas: Baião do Século, Coração Guardador, Elegia e Jardineiro Fitness. No ano seguinte, participou do Encontro de Compositores JF com a música autoral ‘Reminiscência’. Além da música, Jorge também se dedica à literatura. Participou das edições de 2021, 2022 e 2023 da Antologia Contos e Poemas – Juiz de Fora Ao Luar, publicada pela Editora Gryphon Edições, com seis poemas em cada livro.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Jorge Luiz Severino dos Santos Júnior

Informação para a transformação



Jorge Luiz Severino dos Santos Júnior é filho de Jorge Luiz Severino dos Santos, aposentado da Rede Ferroviária Federal, e de Therezinha Ferreira dos Santos, técnica em contabilidade. Júnior nasceu em 10.10.1987, no bairro Mariano Procópio, onde morou até os seus 29 anos: “sei que meu avô paterno, Pedro Severino, era Nordestino, descendente dos índios brasileiros, já minha avó materna, Maria Lourenço, era mineira, descendente de italianos”.

Ele iniciou sua vida escolar no Colégio Infantil Menino Jesus, no bairro Mariano Procópio. Do 1º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio Jorge passou para a Escola Estadual Antônio Carlos: “mas foi no Colégio e Curso Meta onde terminei os meus estudos”. Apaixonado por música, foi estudar no Conservatório Estadual de Música Haidée França Americano. Em 2006, Jorge entrou para a Faculdade de Comunicação da PUC Minas. Durante a graduação, estagiou na Brasil Center Comunicações entre 2007 e 2008. Depois atuou como estagiário e monitor das disciplinas de Fotografia e Fotojornalismo entre 2008 e 2010 e também integrou a Assessoria de Comunicação do CES/JF.

Jorge fez uma extensão universitária entre 2008 e 2009 na Rádio CES/ JF. Aprovado como Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário UniAcademia/PUC-Minas em 2010, foi contratado pelo Portal ACES-SA.com. Como editor-chefe trabalhou de 2009 a 2021 e, entre 2011 e 2012, estagiou no extinto Portal JF/TV Panorama. Em 2011, foi se aperfeiçoar no curso Processo de Comunicação e Comunicação Institucional da Fundação Getúlio Vargas/EAD. Entre 2011 e 2013, cursou a especialização em Comunicação Empresarial na UFJF.

Em 2014, Jorge participou do Curso de Organizador de Eventos no IF Sudeste, em conjunto com o Programa Pronatec do Governo Federal e, em 2015 e 2016, cursou o Técnico em Eventos, Gestão e Planejamento de Eventos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas.

Sempre em busca de informações, Jorge foi cursar pós-graduação em Gestão Empresarial Lato Sensu – MBA na Faculdade Machado Sobrinho. Em 2017, foi aluno da Faculdade Estácio no MBA em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais. Suas qualidades jornalísticas o levaram a trabalhar na coluna social mais famosa da cidade como jornalista da Coluna Cesar Romero, onde trabalhou de 2017 a 2022. Em 2020, passou no processo seletivo do Instituto Federal IF Sudeste/MG – Campus Santos Dumont – lá estava Jorge em busca de mais qualificação, cursando Técnico em Guia de Turismo-EAD e, em abril de 2022, foi convidado para assumir como gerente comercial em tempo integral na Pizzaria & Restaurante Assunta.

Em 2022, Jorge teve a ‘Live show Xica Manicongo – o valor da sua pele’ aprovada pelo Programa Municipal Murilo Mendes: “o objeto do projeto foi dar visibilidade para pessoas trans e travestis negras”. Nesse ano, teve seu projeto ‘A voz da mulher negra’ aprovado e lançado em julho de 2023: “a produção audiovisual dá voz a mulheres negras”. O vídeo final foi lançado no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Desde abril de 2023, Jorge atua como colunista social do portal ACESSA.com, onde aplica toda sua experiência em produção e edição de textos, eBooks, fotografia, criação de campanhas publicitárias, ações promocionais, assessoria de imprensa, marketing digital, eventos e produção de documentários. Para ele, a informação é o único caminho seguro para a transformação da sociedade.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Joubertt Pires Telles

Excelência na arte de informar



O jovem Joubertt nasceu em 15.09.1986, em Juiz de Fora. A mãe é a ex-manicure Luzia, e o pai, João, um Capitão do Exército reformado. Os pais sempre lutaram para fazer o melhor pelos filhos e nunca permitiram que a família passasse fome: “mas passamos sim grandes dificuldades e sem a educação deles não sei o que seria de mim”. Sua avó materna nasceu na Fazenda Santana, em Coronel Pacheco, onde parte da família nasceu e viveu. Do lado paterno, não tem muito conhecimento, mas sua descendência é negra e indígena. Ele contou que como homem negro respeita seus antepassados e sua ancestralidade.

Sua infância e adolescência foi no bairro Poço Rico, em Juiz de Fora (MG): “morávamos em uma casa num beco, mas foi o que meus avós paternos conseguiram com muita luta deixar para os filhos e netos”. Quando criança Joubertt percebia o tratamento diferenciado que recebiam de alguns poucos moradores da rua, por serem pobres e negros: “eram nítidas as reações, mas a maioria nos tratavam normalmente”. Da primeira à oitava série ele estudou na Escola Estadual Estevão de Oliveira. Ele não se lembra de ter sido preterido na época da escola por racismo de cor: “como eu era gordinho isso era o motivo principal de piadinhas na época”.

A situação foi melhorando financeiramente e, em 2002, Joubertt pôde cursar o ensino médio no Colégio Meta, que era particular e ele era o único negro da sala. Em 2004 se mudou para a Rede de Ensino Apogeu: “só éramos dois negros na escola toda”. Concluiu o segundo e o terceiro ano no colégio Conexão. Por ter sofrido tanto racismo na pele em sua vida, ele ingressou cedo na luta contra o racismo estruturante da sociedade. Sua estratégia pessoal é: “me coloco sempre em evidência e tento mostrar

que tudo é possível”. Joubertt sabe que é referência para muitos jovens e uma das grandes causas que ele defende é a luta para ter mais negros na imprensa em Juiz de Fora.

Ele sonha que um dia parem de tratá-lo bem pela sua profissão ou ocupação: “quero que me tratem com respeito por quem eu sou”. Durante a adolescência Joubertt gostava muito de rádio e amava esportes: “por isso resolvi cursar jornalismo”. Em 2005, ele tentou cursar jornalismo na UFJF, mas, em 2006, passou para o curso de Comunicação na Faculdade Estácio. O desejo de Joubertt era atuar como jornalista na área de esporte, unindo suas duas paixões.

Para financiar seus estudos trabalhou em drogaria e em panfletagem, e, em 2009, conseguiu um estágio de oito meses no SIRCOM (Sistema Regional de Comunicação), onde teve a oportunidade de trabalhar na Rádio Globo e no jornal impresso Diário Regional. Em 2010, Joubertt Telles já era um radialista apaixonado. Depois de formado, em 2012, foi contratado pela Rádio Globo AM de Juiz de Fora, onde até 2017 foi repórter e trabalhava na produção, locução e apresentação de programas.

Desde 2016, Joubertt trabalha na Rádio Itatiaia FM, em Juiz de Fora. Em 2018, foi finalista da 2ª edição do Prêmio Oddone Turolla de Jornalismo, na categoria Rádio. Ao longo da carreira, teve a oportunidade de entrevistar grandes personagens, entre elas citou a entrevista exclusiva em 15.07.2022, com o ex-presidente. Com sua simpatia e profissionalismo, em 2023 já é referência para jovens bloggers, jornalistas e Casts.

Joubertt gosta sempre de dar uma dica para que as pessoas não desistam dos seus sonhos e lutem sempre por eles: “aparecerão obstáculos que podem fazer a gente desistir, mas esse é o momento de lutar mais, e que dará aquele gostinho todo especial, uma sensação de dever cumprido”. Ele resume sua vida moral em fazer o correto e finalizou dizendo: “a cidade deve muito aos negros, pois nós ajudamos a construí-la”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Lidianne Pereira Luz

Trançando o afroempreendedorismo



Nascida em 19.03.1986 e criada no bairro Alto Eldorado, em Juiz de Fora (MG), Lidianne é conhecida como ‘Lidi Luz’. Ela e seu irmão eram crianças de realidade pobre e periférica, marcada por limitações, agressões físicas, mentais e verbais, até a separação de seus pais. O avô paterno também agredia sua avó, Antonieta Correa da Luz, assim como seu pai agrediu sua mãe até a separação. Lidi foi criada pela mãe, Juliete Aparecida Pereira, e por Valtencir Lopes da Silva, considerado ‘seu verdadeiro pai’, mesmo não sendo seu pai biológico.

Sua avó materna, Maria da Penha Gomes Pereira, criou sozinha seu tio Ronaldo e a mãe, pois seu avô materno, Raimundo Pereira, também tinha vícios e era agressivo: “vovó criou os filhos só com a ajuda dos meus bisavós maternos, Julieta Cristina Gomes e Rosendo Gomes”.

Mesmo com tão pouca idade, Lidianne já tinha entendido que a única opção que teria na vida seria estudando. Como umbandista, ela acredita nas suas ancestralidades, mas não conhece sua genealogia: “para a gente que é preto, é muito doloroso buscar nossos ancestrais”. Ela acredita que, muito provavelmente, seus trisavós foram escravizados: “mas não me foi ensinado a olhar para trás”. Lidi foi escoteira por quase 10 anos, mas lembra que toda mulher preta tem sua infância marcada pelo racismo: “minhas bonecas eram brancas, mas viviam trançadas para parecer um pouco mais comigo”. Com apenas 11 anos, já trançava o cabelo da irmã Letícia.

Lidianne frequentou a Escola Municipal Marcos Freesz até a 8ª série, o 2º grau foi na Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa. Aos 12 anos, Lidi enfrentou uma doença que fez seu cabelo cair, e a mãe tinha que decidir entre remédios e a comida. Em uma realidade na qual estudar era a única opção, trabalhar cedo tornou-se uma obrigação de sobrevivência:

“aos 14 anos aprendi a montar festa infantil. Precisava trabalhar para ajudar no sustento da casa”. Aos 16 anos, estudava à noite e trabalhava o dia inteiro como babá. Aos 17 anos, fez um curso de Excelência em Vendas da PJJ e, em 2003, concluiu o ensino médio. Lidi precisava sustentar a casa e era a rede de apoio da mãe: “comecei a trabalhar como trancista e dar aulas particulares”. Se matriculou no cursinho pré-vestibular gratuito da PJJ e viu uma ‘luz no fim do túnel’.

Com apenas 18 anos, Lidianne fez um curso técnico em informática no Colégio Pio XII e conseguiu um estágio no Conselho Municipal de Saúde, participando do 1º Fórum da Saúde da População Negra. Bons ventos, foi estagiária no Hospital Monte Sinai: “eu estagiava pela manhã no laboratório, à tarde estagiava no Monte Sinai e, de noite estudava no Pio XII”. Foi contratada em 2005 e prosseguiu com os estudos em Técnico de Rotinas Administrativas no SENAI. Quatro anos depois, passou a trabalhar na Imunolab.

Em 2012, ela ingressou na graduação em Comunicação Social e Jornalismo na Faculdade Estácio, estagiando na Agência Experimental de Jornalismo. No ano seguinte, foi chamada para ser agente concursada de combate às endemias na PJJ e permanece até hoje atuando no setor de Gestão de Informação na Vigilância Epidemiológica, no Programa Municipal de Combate à Dengue.

Em 2016, Lidi se formou em Jornalismo, apresentando como TCC o trabalho ‘Com que Trança eu Vou – O empoderamento da mulher negra através dos cabelos nas redes sociais’, respondendo a si mesma. Foi nessa época que iniciou sua transição capilar e passou a assumir o cabelo natural. Em 2021, criou o projeto ‘Pretos Juntos no Topo’, que incentiva o afroempreendedorismo. Juntou-se a Rafael Rodrigues, Simone Dwlyene, Valdilei Jacob e Wildania Maia para mostrar que o lugar dos negros não é somente nos subempregos, e buscam fomentar um protagonismo na comunidade negra.

O grupo quer combater o ‘Apartheid à brasileira’ e sonham com um país onde as pessoas brancas entendam a segregação e os privilégios da branquitude.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Lucimar Nunes de Paula Brasil Reencontrando suas raízes



A empreendedora Lucimar Brasil redescobriu suas raízes depois de 42 anos de pouquíssima conexão com suas origens. Esta redescoberta tardia de sua negritude tem explicação. Nascida em 05.08.1968, teve o privilégio de crescer em uma família humilde, mas estruturada, no bairro Santos Anjos. Assuntos relacionados à raça, porém, eram raros. A mãe, operária, Maria da Glória Nunes de Paula, e o pai, autônomo, Velasques Francisco de Paula Filho, criaram Lucimar, sua irmã gêmea Carmen Calheiros e outros quatro filhos. Para as caçulas gêmeas, conseguiram bolsas de estudo no Colégio dos Santos Anjos, onde se formaram em Magistério, sendo acolhidas, respeitadas e valorizadas por colegas e professores, em sua maioria branca. Por isso, temas de negritude não entravam frequentemente em pauta para as gêmeas.

Em 1987, Lucimar realizava um sonho, foi aprovada na Faculdade de Comunicação Social da UFJF: “para mim era um caminho normal e não tinha consciência do privilégio, embora fosse a única negra da turma de 25 alunos”. Ela se formou em novembro de 1991 e, no mês seguinte, foi contratada pelo jornal Tribuna de Minas, onde permaneceu até 2002. Tornou-se sócia da Gente de Conteúdo Comunicação. Em 2003, Lucimar teve uma incrível e meteórica experiência profissional com a criação do Jornal Panorama, onde chegou ao cargo de Editora Geral.

Em 2005 ela ingressou na Prefeitura de Juiz de Fora como coordenadora de Jornalismo e, posteriormente, foi promovida a Secretária Municipal de Comunicação e Qualidade. Em 2007, foi aprovada no processo de seleção, para comandar a área de Comunicação e Marketing da Unimed Juiz de Fora. Foi justamente em um evento promovido pela Unimed do Brasil, em São Paulo (SP), em 2011, que ela teve uma epifania: “foi o

momento em que juntei as pontas e me entendi negra. Era a primeira vez que eu ouvia especialistas falando bem de gente preta, do seu poderio econômico, social e cultural”.

Ela confessa: “assumir-se negra exige muita saúde psíquica, coragem, autoconhecimento e amor-próprio. Foram mais de quatro décadas de muita desconstrução e reconstrução.” Hoje, ela se vê como uma mulher mais livre, mãe de dois filhos, desapegada, com a alma mais rejuvenescida e plenamente em paz consigo, com os outros e com a vida: “a partir desta descoberta, abrem-se infinitas possibilidades, para que façamos nossas escolhas em um nível acima de consciência, com os pés bem fincados em nossas raízes e em nossa ancestralidade”.

Ainda em 2020, Lucimar participou da Formação em Impacto Social, oferecida pelo Instituto Amani e pela ONG Gera Social, visando desenvolver a empatia, através do empreendedorismo social. A pandemia de Covid-19 a aproximou ainda mais de pessoas negras e das pautas da negritude: “pela primeira vez frequentei ambientes exclusivos para pessoas negras, e ouvi histórias de empreendedorismo, autoconhecimento e liderança, assim como outras, de preconceito e exclusão, em pleno século do metaverso”.

Na Gente de Conteúdo Comunicação, Lucimar lançou seu próprio blog, é também diretora de Marketing do Instituto Vivart. Em fevereiro de 2022, propôs à direção do Jornal Tribuna de Minas a publicação de uma coluna quinzenal sobre cultura negra, tornando-se a primeira jornalista a tratar especificamente deste tema na imprensa de Juiz de Fora. Em 2024, ciente de seu papel como mulher, negra e líder, organizou a primeira edição do evento ‘Conversa de Mulheres Líderes’, que reuniu mais de 150 pessoas para abordar temas do universo feminino relacionados a Negócios & Espiritualidade.

A jornalista que já experimentou a solidão da cor: “é um processo doloroso, mas com efeito libertador. Temos um legado a honrar e outro a construir”. Para ela, a liberdade é o bálsamo que premia os que não têm medo de se enxergar e de enfrentar as reminiscências ainda dolorosas do colonialismo.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Lucimar Silvério

História e cultura afro-brasileira



Lucimar nasceu no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro (RJ), no dia 18.12.1961. Filha de Nader do Santos Silvério, nascida em 29.08.1936, em Goianá (MG) e de Adelino Fernandes Silvério, técnico de refrigeração, nascido em 27.06.1934, em Juiz de Fora (MG). A mãe trabalhou como lavadeira, doméstica e copeira. Sua avó materna, Dorvina Idalina de Jesus, era uma mulher de fala forte e atitudes firmes. Os bisavós e os avós, tanto maternos quanto paternos, não fizeram parte da vida de Lucimar. Ela contou que seus avós maternos nasceram na roça em Goianá (MG) e trabalharam nas terras das fazendas daquela região. Migraram para a cidade, como muitas famílias, em busca de uma vida melhor.

Com menos de 10 anos, Lucimar se mudou com a família para Juiz de Fora (MG), para o bairro Ipiranguinha. Logo Lucimar foi para a Escola Estadual Governador Juscelino Kubitschek, no bairro Santa Luzia. Sua mãe trabalhava como lavadeira e seu pai consertava geladeira e dirigia táxi. Sua avó materna se chamava Dorvina Idalina de Jesus, já sua avó paterna, Maria Alexandrina, era casada com Joaquim Silvério, analfabeta e vivia com seu cachimbo na boca. A mãe Nader contava histórias para os filhos e passava a sabedoria ancestral: “contava o que ela mesmo vivenciava e que escutava durante as lavações”. Depois ela contava histórias para os irmãos.

Com 12 anos, Lucimar foi para a Escola Municipal Professor Oswaldo Velloso, mas precisou abandonar os estudos para trabalhar na Fábrica Magnatex. Em 1979, casou-se e teve duas filhas: Danyela, em 1981, e Michele, em 1985. Em 1995, se separou e decidiu retomar os estudos no Centro de Estudos Supletivos Custódio Furtado de Souza, recuperando o

primeiro e o segundo grau. Voltou para a Escola Estadual Fernando Lobo e se inscreveu no curso de Magistério Técnico: “trabalhava em creches e em escolas particulares”. Em 1998, Lucimar fez um curso livre de oratória na Faculdade ESTÁCIO para aprimorar a oratória, e, em 1999, conheceu o Centro de Referência da Cultura Negra.

Em 2004, Lucimar decidiu voar mais alto e ingressou em uma formação acadêmica superior na Fundação Educacional de Além Paraíba (MG). Se formou em Normal Superior e foi contratada pela PJJ e, desde 2010, atua como professora do ensino fundamental. Ela luta para educar cidadãos críticos, que possam decidir e falar de igual para igual com qualquer pessoa, mas seu dom é mesmo contar histórias. Posteriormente, buscou uma pós-graduação em ‘Administração e Supervisão em Ambientes Escolares e Ambientes não Escolares’, na instituição FEAP Além Paraíba (MG). Em 2011, participou paralelamente da primeira turma da pós-graduação Lato Sensu em História e Cultura Afro-brasileira e Africana da UFJF, onde pesquisou os ‘Contos Africanos dos Países de Língua Portuguesa’.

Além de contar histórias, contos fantásticos e fabulosos, ela resolveu trabalhar também com as histórias negras, afro-brasileiras e africanas. Nasceu assim sua paixão por educar pela oralidade: “e logo eu já queria trabalhar isso com as crianças pretas e também com as não pretas”. No final de 2019, pouco antes da escalada da COVID-19, foi uma das fundadoras do grupo de contação de histórias ‘Nzinga de Mulheres Negras Contadoras de Histórias’: “somos mulheres fortes, conscientes de onde viemos, de onde estamos e aonde queremos e podemos chegar. Falamos de racismo e da solidão da mulher negra, da educação, do mercado de trabalho, porque a sociedade contemporânea ainda dita onde elas devem estar”, lamentou.

Em 2022, o projeto ‘Recontando Sonhos e Caracóis’ saiu do papel e, em 2023, estrearam o espetáculo ‘Lá nas Minas: Contos de Lavadeiras’, do Grupo Nzinga de Contadoras de Histórias: “acredito que somente através da educação vamos sair desse abismo que é o racismo entranhado nas mentes da sociedade”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Maria Adelina Braz

Referência do Movimento Negro



Ativa na luta, Maria Adelina Braz é técnica de enfermagem, adesguiana, mãe, avó, sindicalista e atual presidente da UNEGRO/JF, membro da UNEGRO/MG e secretária na UNEGRO/BR. Ela se orgulha de ter dedicado uma vida inteira ao movimento negro em Juiz de Fora. Participou da fundação do Conselho da População Negra e da fundação do Conselho da Mulher. Sempre com espírito social, foi chefe e presidente dos Escoteiros Liz da Manhã.

Sua bisavó materna era índia e foi pega no laço. Sua avó materna, Florisbela Duarte, foi escravizada, era benzedeira e parteira. Seu avô materno, Bernardo Duarte, era filho de um português com uma africana. A mãe de Adelina, Maria Concerta Braz, nasceu na Zona da Mata, na Vila de Conceição do Ibitipoca e cresceu no Quilombo Colônia do Paiol, em Bias Fortes (MG). Quando a avó de Adelina faleceu, sua mãe tinha apenas 13 anos: “minha avó trouxe a minha mãe ainda pequena com os dois irmãos e foram se estabelecer no bairro Monte Castelo, em Juiz de Fora”.

Adelina veio ao mundo pelas mãos da própria avó materna, que era parteira, em 13.05.1948: “nasci num pequeno Quilombo que tinha entre o bairro Monte Castelo e o bairro Carlos Chagas. Era uma casa de sapê, sem saneamento básico, luz de querosene e fogão de lenha”. A mãe ingressou numa fábrica de tecidos e logo se tornou líder no sindicato dos têxteis: “em 1964 ela ia para as greves e me levava”. Com apenas 16 anos, Adelina já ia junto para o enfrentamento nas ruas e aprendeu a ser sindicalista. O bisavô paterno era um africano e foi sim escravo: “não precisamos esconder essa triste história do Brasil”, comentou.

Seu pai, Jovelino Francisco Braz, nasceu no Município de Jequié – Bahia, aos 16 anos se mudou para Niterói (RJ) e depois para Juiz de Fora,

onde conheceu a esposa. Ele foi trabalhar no Curtume. Para Adelina, ser descendente de africanos não é tabu: “porque todos os nossos antepassados negros foram escravos”. Com muito esforço, os pais conseguiram colocar os filhos em bons colégios. Adelina e os dois irmãos cresceram e ela foi cursar o primário no Colégio Santa Catarina. No ginásio, ela foi transferida para o Colégio dos Santos Anjos onde permaneceu até o terceiro ano, quando mudou para o Colégio Granbery, como bolsista. Em 1965, no início da ditadura militar, Adelina se formou no científico.

Nos passos da mãe, com apenas 18 anos, em 1966, ingressou no movimento negro fazendo parte do Grêmio Literário Cruz e Souza: “ali a gente discutia e os negros aprendiam como lidar com as mulheres etc”. Adelina acredita que o caminho é longo: “eu acho que para sermos respeitados, nós pretos, temos que ser mais unidos. Em 1971 ela concluiu a Escola Normal, foi lecionar na escola em Santa Rita e foi a primeira professora do MOBRAL.

Adelina trabalhou como faxineira, babá, na Frangolândia e na Santa Casa de Misericórdia, mas perdeu a mãe e houve um descontrole total: “voltei à estaca zero e voltei a trabalhar como doméstica”. Entrou para a Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas S.A. e, em seguida, passou no concurso para Técnica de Saúde no Exército Brasileiro. Em 1983, filiou-se ao PT, participou do Grupo Kizomba-JF e do grupo Axé Criança afro-brasileiro. Em 1999, foi a primeira presidente do conselho de saúde da Vila Esperança I. No ano seguinte, Adelina ajudou a fundar o Conselho Municipal de Valorização da População Negra de Juiz de Fora, atual COMPIR/JF. Em 2002, participou da fundação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Já aposentada, em 2010 Adelina filiou-se ao PCdoB – atuante na luta comunitária e como presidente da Associação dos Moradores do bairro Vila Esperança. Em 2015, representando a UNEGRO, integrou o Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial – COMPIR/JF. Desde 2018, também faz parte do Conselho Municipal de Saúde. Atualmente ela é a presidente da UNEGRO/JF e secretária na Secretaria de Idosos da UNEGRO/Nacional. Ela acredita que a resposta está na educação: “se fôssemos conhecedores da Constituição, com certeza estaríamos muito melhor”, concluiu com experiência e sabedoria.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Maurício José de Oliveira Júnior

Jornalismo com competência



Maurício nasceu em 16.10.1986, no bairro São Benedito – Juiz de Fora (MG). Filho da professora Carmencita Jussara Siqueira e do cozinheiro Maurício José de Oliveira. O pai trabalhava muito durante o dia, com uma voz bonita, apresentava alguns shows à noite e cantava em alguns bares e restaurantes. Maurício herdou a bela voz. Seu maior contato foi com a família por parte de mãe. Maurício descreveu com saudades os mimos da vovó Áurea, na casa da qual passava os finais de semana. Dela, Maurício herdou o jeitinho sempre muito carinhoso e as palavras doces para resolver qualquer situação. Seus avós paternos só conheceu por fotos: “mas eram todos negros”.

Ainda menino, com quatro anos, amava assistir programas de entrevistas, horário político-eleitoral, jornal local, programas de debates etc. Toda vez que alguma professora propunha trabalho em classe ele dava um jeito de transformar a apresentação em formato de jornal televisivo. Em 2008, determinado e já apaixonado pela mídia televisiva, Maurício se inscreveu na Faculdade de Jornalismo no CES/JF. Como grande parte da população que não nasceu privilegiada financeiramente, Maurício se esforçou durante o dia para pagar sua faculdade e realizar o sonho de criança. Trabalhou na Humanitária Calçados, mas ele gostava mais de conversar e falar com os clientes do que vender. Focado, com o primeiro salário comprou um computador para trabalhar como estudante de jornalismo.

Em 2008 foi candidato a estagiário da Rádio Solar AM: “para minha surpresa só tinha estudantes brancos e ricos da UFJF”. Com seu talento conseguiu a vaga e atuou na rua com profissionalismo: “eu tinha o rádio na veia e sabia como ninguém entrevistar o povo na rua”. Quando criança

gostava de escutar o jornalista negro Paulo Cesar Magella e agora estava ali, junto com seus ídolos. Em 2011, no mesmo dia que concluiu o curso de Jornalismo, a diretora contratou Maurício e ele passou a apresentar os programas 'As Primeiras do Dia', 'Solar Notícias' e 'Ronda Policial'.

Em 2013, atuou como produtor da TV Integração de Juiz de Fora. No ano seguinte, foi convidado para trabalhar na Inter TV dos Vales, afiliada à Rede Globo, em Ipatinga (MG). Estava feliz de ter chegado como repórter na sonhada Rede Globo, mantendo grande contato com a apresentadora do MGTV2, Joana Telles, e outros profissionais. Em 2015, retornou a Juiz de Fora, contratado como repórter da JFTV Câmara, canal Legislativo da Câmara Municipal de Juiz de Fora: "eu era o único negro". Em 2019, foi promovido a Superintendente de Comunicação Legislativa da CMJF e, em 2023, o vereador Juraci Scheffer o convidou para integrar sua equipe de comunicação.

Atualmente, Maurício trabalha também como jornalista independente e empreendedor autônomo. Atuando como mestre de cerimônias em eventos e solenidades, ele lembrou que são poucos os negros que trabalham como âncoras das emissoras de Juiz de Fora e do Brasil: "na maioria das vezes os profissionais negros recebem pautas das comunidades ou reportagens em bairros". Para ele ainda existe sim essa ideia de que pessoas negras são inferiores na capacidade intelectual: "esse mal assola a sociedade, precisamos desconstruir essa ideia de que os negros nasceram apenas para servir e ocupar posições de pouco destaque".

Na sua opinião a representatividade negra é reflexo direto de como o negro está inserido na sociedade: "a maioria dos políticos, postos de chefia e empresários ainda são pessoas brancas". O sonho de Maurício é voltar para a televisão em uma emissora de Juiz de Fora: "jornalismo sempre foi minha paixão e hoje ocupo os espaços por competência. Não é por questão de pele".

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Olívia Rosa Gomes

Engenheira pioneira e empresária



Olívia sempre teve boa educação e desfaz a ideia de uma trajetória de dor e superação do racismo. Nascida em Tombos (MG), em 05.05.1986, seu bisavô paterno se chamava Nacho Vieira Gomes, nascido como um homem livre após a abolição. Ela é neta de ferroviários e operários, cujos filhos tinham acesso às mesmas escolas que seus patrões: “todos tiveram acesso ao estudo”. Filha de funcionários públicos, o pai, José Gomes, estudou Direito na Faculdade Milton Campos, em Belo Horizonte, e a mãe, Bárbara Gomes, natural de Bicas, é recém-formada em Serviço Social na UFJF. Ambos, já com curso superior, se casaram em 1985, em Belo Horizonte. Tiveram três filhas: Olívia (1986), Laura (1991) e Alice (1998).

O ensino fundamental I de Olívia foi iniciado em Contagem (MG), na Escola Estadual Vasco Pinto da Fonseca, depois seguiu na Escola Municipal Marieta Guaríglia Bravo, em Tombos (MG). No ensino fundamental II ela frequentou a rede particular de ensino, no Colégio Caminhar em Porciúncula (RJ), depois no Colégio Educar em Tombos (MG). Com apenas 13 anos, Olívia foi completar seus estudos no Colégio Theorema em Juiz de Fora (MG), e, por fim, no curso pré-vestibular no CAVE/Academia. Entre 2002 e 2004, Olívia fez o Curso técnico profissionalizante em Técnico em Edificações, no Colégio Técnico Universitário.

Em 2005, iniciou a Faculdade de Engenharia da UFJF: “sempre vem as perguntas: Qual branco que te ajudou? Qual bolsa você ganhou? Qual cota você pediu?” Na turma de 60 alunos, apenas 11 eram mulheres e somente dois eram negros: “eu não posso mentir e dizer que é fácil. Já me perguntaram como foi que eu consegui ser engenheira sendo preta e mulher”. Olívia se formou em 2015 e percebeu que sua presença feminina

e negra em altos cargos da Engenharia Civil representa um início de uma mudança de paradigma. Quando diz que é professora, as pessoas ainda perguntam se ela dá aulas de samba ou de dança: “respondo que leciono em Faculdades de Engenharia e nem danço bem”.

Inicialmente, abriu sua microempresa, Olívia Rosa Empreendimentos, para oferecer treinamentos em desenvolvimento profissional e gerencial, além de executar obras. Foi também contratada pela PJJ como Engenheira Civil. Em 30.11.2016, junto a sócia Carolina Lacorte, fundou a Lacorte & Gomes Engenheiras Associadas Ltda, escritório especializado em engenharia, surgia a LAGO Engenheiras: “95% das clientes da empresa são mulheres; elas nos procuram porque somos mulheres e confiam no nosso trabalho com um toque feminino”.

Entre 2016 e 2017, Olívia cursou uma especialização em Estrutura de Concreto Armado. Em 2018 e 2019, fez outra especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, ambas na Faculdade UNICA. Desde então, presta serviços para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e para o Tribunal Regional Federal, atuando como avaliadora perita. Em 2018, criaram o projeto ‘Elas pintam e bordam’, onde desmistificam a pintura da própria casa e empodera as mulheres. Em 06.10.2020, durante a pandemia de COVID-19, Olívia participou do Programa SEBRAE DELAS e se surpreendeu: “foi uma virada de chave na minha vida, conviver com tantas mulheres empreendedoras”.

Em 2023, entrou com sucesso para o mestrado em Ambiente Construído na UFJF, usufruindo ‘sim’ do sistema de cotas ao se candidatar para o mestrado e pretende se inscrever no doutorado. Hoje, sempre que dá palestras de incentivo a jovens, Olívia pontua a importância da reserva de cotas para negros e pardos nas universidades públicas: “uma vez que a maioria dos negros não tiveram a oportunidade de estudar pelos meios tradicionais”. Ela enxerga seu papel em colorir os espaços que ocupa e aguardar mais negros chegarem. Oxalá ela terá a oportunidade de lhes dar as boas-vindas no topo.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Paulo Roberto de Almeida

Abraçando e salvando vidas



Flamenguista apaixonado, ‘Paul Almeida’ não conheceu seus pais biológicos nem seus antepassados. Sabe apenas que sua mãe veio de Lima Duarte para Juiz de Fora: “ela precisou pedir ajuda para me alimentar como recém-nascido”. O pequenino Paulo nasceu no dia 20.08.1962 e, com cinco dias de vida, ganhou um novo destino: foi adotado pelo carinhoso casal Dona Zinha Monteiro e Senhor Manoel de Almeida. Eles moraram no bairro Poço Rico, o menino cresceu com todo carinho, aconchego, amor e estudo, mesmo não tendo conhecido ninguém da sua ascendência biológica.

Sua educação foi exemplar. Paul iniciou os estudos na Escola Infantil na Praça do Riachuelo e, em 1968 foi para o Grupo Escolar Henrique Burnier, no bairro Poço Rico, de onde passou para o ginásio no Colégio de Aplicação João XXII (1974-1977). Na juventude, muito sociável, Paul esteve sempre ladeado de amigos e amigas: “eu participava das festas no Clube Bom Pastor, dos bailes, dos carnavais, das gincanas etc”. Entre 1979 e 1981, Paul cursou o antigo científico no Colégio Magister e, era a hora de se decidir por uma carreira: “meus dois grandes amigos próximos já estavam cursando a UFJF e me incentivaram”, lembrou. Como sempre gostou de esportes, decidiu ser professor de Educação Física, passou no vestibular da UFJF em 1983 e se formou em 1988.

Paul tem uma opinião bem definida: o combate ao racismo parte da própria pessoa, dentro de sua casa, dentro da escola. Ainda na faculdade, em 1983, já dava aula na Academia Performe. Em 1992, foi para a recém-fundada Academia Fibra, onde se dedicou como Personal Trainer. Em 1998 mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ) para cursar Comunicação e Jornalismo na Faculdade ESTÁCIO. Porém, diante dos inúmeros convi-

tes de academias para dar aulas, acabou desistindo da faculdade. Depois de onze anos na cidade maravilhosa, em 2008, foi atraído pela carreira na Prefeitura de Juiz de Fora. Em 2009, integrou a equipe de governo como Assessor do Secretário de Esporte e Lazer Renato Miranda. Em 2011, representando a SEL, foi um dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Em 2013, passou a ser o assessor do secretário Francisco Canalli e, em 2015, foi transferido para a Secretaria de Meio Ambiente e Atividades Urbanas.

Em fevereiro de 2018, o alegre Paul teve uma experiência dolorosa após o falecimento da namorada: “transformar o luto em aprendizado não é uma tarefa fácil, ainda mais quando a perda acontece de maneira trágica e repentina”. Seu processo foi duro: “decidi transformar a dor em algo que pudesse ajudar as pessoas”. Dez meses depois, com o coração mais calmo, Paul idealizou um projeto que visava justamente oferecer apoio e acompanhamento para quem passa por episódios de depressão, ansiedade e estresse. Em dezembro de 2018, nascia o ‘Projeto Sol – Abraçando a Vida’: “recebi a missão de levar a superação e auxiliar aqueles que sofrem”. Os encontros do projeto têm como objetivo fornecer meios para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos: “meu intuito é ajudar aqueles que estão vivendo processos difíceis, depressão, ansiedade, estresse e desgosto com a vida”.

Em 2020, Paul foi nomeado membro do Conselho Municipal de Desportos da PJF e, em 2021, foi nomeado assessor do Secretário de Esporte e Lazer, passando a integrar o quadro da Secretaria de Esporte e Lazer. Na SEPOP, atuou na Comissão Especial de Adoção Não Onerosa de Praças Públicas e de Esportes e no Conselho Municipal de Turismo PJF. Em dezembro de 2022 o ‘Projeto Sol’ recebeu a Medalha Tarcísio Delgado, da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em novembro de 2023 se casou com Karina de Oliveira e a vitória da vida foi de virada. Golaço Paul!

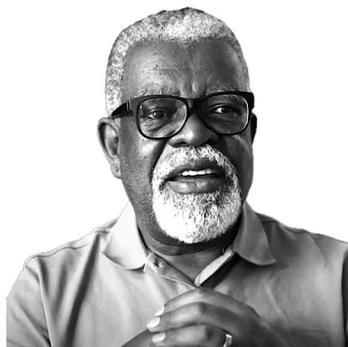
Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Paulo Cesar Magella

Ícone do jornalismo mineiro



O discretíssimo Paulo nasceu em Santos Dumont, em 29.03.1953, filho único de Ondina do Nascimento Magella, que trabalhava como doméstica. Ele se recorda de seu pai chamando sua atenção porque ele lia os jornais em voz alta, como se estivesse lendo um noticiário. Desde pequeno, Paulo ficava imitando os locutores da rádio, a infância e a adolescência passou em um bairro bem carente. Com apenas quatro anos, aprendeu a ler com a Dona Menininha, professora e vizinha dos Magella, e no mesmo ano já ingressou na escola.

Quando concluiu o primário, o pai conseguiu uma bolsa na melhor escola, onde Paulo terminou o ginásial, o curso de contabilidade e o científico. Muito atento ao rádio, em 31.03.1964, aos 11 anos, Paulo ainda morava em Santos Dumont e foi informado pelo pai, que tinha escutado no rádio o que aconteceu naqueles momentos iniciais do golpe civil-militar que desencadearia a Ditadura Militar. Ele começou na profissão com 15 anos, no alto-falante da torre da Igreja Nossa Senhora das Graças, transmitindo mensagens diariamente às seis horas, durante o Ângelus. Apesar de não ter o diploma de jornalista e não ser formado em jornalismo, Paulo obteve o registro profissional em uma época em que ainda se podia tirar sem curso: “inclusive sou sindicalizado”, lembrou.

Em 1970, prestou concurso para a Rádio Cultura de Santos Dumont e, em agosto daquele ano, veio a Juiz de Fora para se inscrever no concurso de locutor para a emissora de prefixo PRB3. Seu novo trabalho foi na Rádio Super B3 AM, onde iniciou a carreira como radialista e locutor esportivo. Em 1975, passou a trabalhar na editoria de política do jornal Diário Mercantil, a convite do diretor Wilson Cid. Nesse período, também ingressou no curso de Direito da UFJF. Em 1978, Paulo pediu transferência para a Faculdade

Vianna Júnior, no centro da cidade, onde concluiu a graduação. PC conheceu jornalistas, políticos e a vida nos bares e restaurantes. O Brasil vivia um período de descompressão política em 1979, com Figueiredo, que já era um presidente para anistia. Magella passou a ser editor da página de política, ele ia para a Câmara Municipal, voltava para redação e editava.

Em 1981, PC recebeu o convite para trabalhar no recém-fundado jornal Tribuna de Minas, de Juracy Neves, assumindo como editor de política. Atualmente, Magella é o editor-geral da Tribuna de Minas e o único jornalista que está no jornal desde sua implantação. Na TM ele já foi editor de política e economia, secretário de redação e editor geral. Sua paixão sempre foi a comunicação e, através dela, lutou sempre para tornar o Brasil um país mais justo, mais igual: “eu sou de uma geração que entrou no período ainda da ditadura, vi a ditadura acontecendo, a vi indo embora, vivi a redemocratização e continuo lutando”.

Ele confessa que foram poucas as ocasiões em que sofreu racismo: “mas a ficha só caiu depois”, recorda. Mesmo sendo um jornalista negro, foram poucas as vezes que ele sofreu tratamentos desqualificantes. PC ressalta que ninguém tem o direito de discriminar: “mas se um cidadão chega perto de mim e fala que não gosta de negro, tudo bem, é um ponto de vista dele”. Agora, se Paulo entrar num lugar e alguém falar: “você não pode entrar aqui porque você é negro. Ai tem briga, porque eu sei que sou cidadão pleno”.

Em 1990, Paulo se casou com a colega jornalista Vera Souza e tiveram duas filhas. Com 60 anos, em 2013, com sua ânsia de conhecimento, após três anos de faculdade, Magella terminou o curso de Filosofia na Faculdade PUC Minas. Desde 1995, Magella escreve o editorial e a Coluna Painel da TM: “e posso considerar o conjunto como uma obra literária”. Em 2019, lançou o seu primeiro livro, ‘Vida, obra e ideias de Juracy Neves: O homem da Planície’, onde conta a história do empresário e fundador da Tribuna e resgata momentos marcantes na história recente do Município de Juiz de Fora: “espero que essa biografia do Juracy não seja meu último livro”, sorri. Ele ainda quer escrever um livro contando um pouco a história da política, a história do futebol e do esporte que vivenciou: “o rádio e o jornalismo são minhas duas grandes paixões”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Paulo Sérgio Pena Félix

A força do sindicalismo



Paulo Sérgio é natural de Juiz de Fora, nascido em 02.03.1968. Filho de uma família com 7 irmãos, morava na Av. Rio Branco, no prédio da antiga Faculdade de Economia da UFJF. Seu pai trabalhava como zelador, e naquela época a universidade concedia o imóvel como moradia. Seguindo o exemplo paterno, começou a trabalhar muito cedo: aos 8 anos já ajudava em uma mercearia, depois passou a fazer serviços de jardinagem em uma residência e, aos 14, tornou-se entregador de jornais da Tribuna de Minas. Nessas primeiras experiências, já percebia a força do trabalhador e sabia que sua luta seria por mais justiça e igualdade social. Aos poucos, foi desenvolvendo uma de suas paixões: a leitura e a palavra de Deus.

O alegre Sérgio recorda que seus avós vieram da Zona da Mata, de Tabuleiro, por parte de mãe, e do Piauí, por parte de pai. Eles lhe contavam a dificuldade dos trabalhos em condições escravas, nas fazendas de açúcar e cuidando do gado, e que eles nunca imaginaram que as novas gerações ainda passariam por humilhações. Para Sérgio, a mudança se inicia na quebra do paradigma, através de políticas públicas que sejam realmente efetivas e tragam uma possível equalização de valores. Formado em Direito e Teologia, tornou-se um pastor consciente, um aguerrido dirigente sindical e um teólogo pensador.

Atualmente, Sérgio é presidente do SINTEAC, diretor executivo da Federação em Turismo e Hospitalidade do Estado de MG, diretor executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Asseio e Conservação e, recentemente, eleito secretário de Gênero e Diversidades da UGT (MG). Para o movimento sindical, levou a força de suas experiências e implantou o 'Sinteac Cidadão', um projeto que leva assistência jurídica, atendimentos

médicos e lazer para as comunidades carentes de Juiz de Fora. Sua trajetória profissional começou em 2000, como porteiro de uma empresa terceirizada que prestava serviços para a Prefeitura de Juiz de Fora.

Em 2018, Sérgio foi eleito presidente do sindicato, reeleito em 2022 até 2026. Ele recorda que, até 2007, os trabalhadores do segmento de asseio, conservação e limpeza urbana eram totalmente desprotegidos dos seus direitos trabalhistas. Foi então que um grupo de trabalhadores, do qual ele fazia parte, iniciou a luta pela criação do sindicato. Eles já alcançaram vários benefícios para os trabalhadores: vale-alimentação, programa de saúde, aumento salarial acima da média de inflação, criação do Dia do Trabalhador em Asseio e Conservação, dentre outros. Sérgio acredita na força do sindicalismo como agente de transformação e justiça social, por isso luta como um trabalhador.

Para quem pensa que Sérgio para por aí, se engana. Ele acredita em Juiz de Fora como um município promissor, com grande potencial de evolução. Com esse otimismo, colabora com os agentes políticos na busca conjunta de soluções para que o município retorne o seu papel de protagonista no cenário de Minas Gerais, principalmente na Zona da Mata. Suas candidaturas a vereador, em 2020, e para deputado federal, em 2022, foram marcos importantes de sua trajetória, que possibilitaram uma outra visão a partir da proximidade com o povo em geral.

Sérgio pôde ouvir a população, buscar soluções para os problemas e, ao mesmo tempo, construir muitas amizades nessa caminhada. Ele se ocupou a apresentar seu projeto para população em geral, e enfatiza que não era um projeto de poder, mas um projeto de transformação da vida do cidadão. Afinal, quem viveu na pele as dificuldades sabe o quanto o povo tem sofrido com a ausência de políticas públicas adequadas.

De volta ao sindicalismo, Sérgio tem levado um pouco de esperança ao povo, dando o exemplo de não desistir: “devemos lutar e perseverar!”. Sérgio é também o criador da ONG ‘Projeto Viver em Cristo’, com o objetivo ensinar a palavra de Deus através da distribuição de Bíblias. Sua trajetória é a pura força de sua fé nos homens e em Deus.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Régis José de Oliveira

Samba é cultura e política



Conhecido no meio do samba como ‘Régis da Vila’, ele nasceu em 01.06.1959, na Serrinha, ex-Quilombo e berço da comunidade negra na cidade de Juiz de Fora (MG). Seus pais se encontraram num baile do Clube Elite, na rua Halfeld, onde os tios já eram dançarinos. Sua mãe, Maria Quita, nascida em 17.06.1942, era natural de Patrocínio (MG), trabalhava como cozinheira. O pai, Geraldino José de Oliveira, nasceu em 1918 na região da Fazenda São Mateus, trabalhava como ensacador em uma plantação de café. O pai não sabia ler nem escrever, mas cantava de improviso ao lado de calangueiros, e, em Juiz de Fora, foi trabalhar como catador de café na fábrica de Café Vilela. Seu avô materno, Lázaro Malaquias, trabalhava em charqueadas, e sua avó materna, Maria Rita Malaquias, também era natural de Patrocínio (MG). Sobre a linhagem paterna, ele recorda: “não conheci meu avô, mas acho que foi um escravizado”.

Seu primário foi na Escola Estadual Duque de Caxias e, com 10 anos, a família se mudou para o bairro Santa Luzia. Em 1971, Régis se mudou com a família para o bairro Vila Alpina, onde Régis passou a frequentar a quadra e virou animador oficial da Escola de Samba Castelo de Ouro: “o samba absorvia toda a violência do bairro São Benedito e aprendi que a escola de samba é uma oportunidade social e política”. Até o primeiro ano do ensino médio frequentou o Colégio Euclides da Cunha, mas, em 1974, aos 16 anos, precisou se dedicar ao trabalho na fábrica de calçados Jacometti. Nesse mesmo ano, compôs seu primeiro samba ‘Me tira a mão Zé’.

Botafoguense, aos 17 anos ganhou o nome artístico de ‘Régis da Vila’, com 18 anos, foi para o exército, e, em 1979, ganhou o concurso com o samba ‘Doméstica na Gafieira’, para o Bloco Domésticas de Luxo. Justo no bloco conheceu Lucimar, e compôs para ela o samba ‘Surgimen-

to do Amor'. Para a noiva, com apenas 18 anos de idade, Régis compôs o samba 'Preta Ciumenta'. Se casaram em 1984 e, em 1994, se mudaram para o bairro Jóquei Clube I, onde nasceram os três filhos. Régis é fundador do grupo de sambistas 'Pagode de Canja', um encontro de compositores, cantores e sambistas.

Em 1995, Régis compôs o Samba-Enredo 'Memórias de Paz para um amor maior' para a Escola de Samba Real Grandeza. Compôs o Samba-Enredo 'Passeando pelo Mundo da imaginação' para o Bloco Domésticas de Luxo e, em 1990, ganhou com o samba 'A Origem da Borracha', para a Escola de Samba Rivais da Primavera. Junto com K-Boclinho, Régis compôs 'A sorte do Ricardão'. Com Joaquim, o famoso samba 'Terreiro da vovó'. Já com Tavico, surgiu 'Senhor doutor'. O samba 'Vovó Sorridente' fez em parceria com Batista Coqueiral: "a gente fazia samba de tudo, era com Collor, Itamar, Viagra etc".

Em 1999, Régis tornou-se atendente na Secretaria de Transporte e Trânsito/PJF e recebeu da Câmara Municipal o título de Cidadão Benemérito de Juiz de Fora. Sua paixão é pesquisar a história do cantor e compositor juiz-forano Geraldo Pereira, e mostrar que o Samba é um espaço social, cultural e político. Em 2003, foi um dos fundadores e depois presidente do 'Instituto Cultura do Samba', visando promover, divulgar e engrandecer o samba. Em 2009, Régis ganhou o prêmio 'Cidadão do Samba de Juiz de Fora', concedido pela Liga das Escolas de Samba. Régis sonhava em ir viver do samba no Rio de Janeiro e, em 2009, ele compôs um Samba Concorrente para a Unidos do Cabral (RJ).

Em 2011, a Escola de Samba União das Cores, Grupo B, do bairro Milho Branco, homenageou Régis como o enredo 'Do ouro de um castelo, se fez a prata da casa'. Régis recebeu diversos troféus no Rio e em Juiz de Fora. Em 2023, ganhou a merecida Medalha Geraldo Pereira da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Nascido no bairro Dom Bosco, Régis lamentou, em forma de samba, o absurdo da proibição de jogar futebol no Campo do Lacet, quando da urbanização e compôs o samba 'Minha Serrinha Querida', valorizando a história e tradição do antigo Quilombo da Serrinha, onde os negros chegaram após a abolição.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Robson Luiz Marques da Silva Doutor sindicalista resiliente



Robson nasceu em 11.02.1979, no bairro Jardim Esperança, na periferia de Juiz de Fora (MG). Seu pai, Luiz Roberto da Silva, sempre sofreu por ser negro: “com seis anos de idade, ele já tinha que trabalhar duro lá no sítio, no Distrito de Caeté, e sua avó lavava roupas para fora.” A mãe, Eliana Marques da Silva, era bancária no Banco Itaú em São Paulo (SP), o pai era eletricitista de alta-tensão na Light. Luiz Roberto sofreu um acidente de trabalho e perdeu a visão de um olho. Se mudaram para Juiz de Fora sem indenização e sem nada.

Robson contou que a bisavó paterna, Silvia Rosa Rofino, era parteira no distrito de Caeté. Sua avó materna, Benedita Marques Ferreira, é natural da capital de São Paulo, onde nasceu a mãe de Robson: “meu avô materno faleceu quando minha mãe tinha três dias de idade”. Pelo lado paterno: “só sei que minha avó, Isaura Rosa da Silva, era lavadeira”. Os pais chegaram em Juiz de Fora, e, em fevereiro de 1979, nasceu Robson. Com três filhos, seu pai começou a se envolver na luta por melhores condições de vida do bairro Jardim Esperança. Robson teve a oportunidade de presenciar e acompanhar o pai organizando abaixo-assinados, visitando lideranças partidárias e comunitárias. Em 1990, entrou na Escola Municipal Olinda de Paula Magalhães, onde estudou até a oitava série.

Sua avó sempre esteve empenhada no movimento católico do bairro, e Robson, ainda pequeno, acompanhava a avó Isaura nos mutirões e nos movimentos sociais no bairro Jardim Esperança. Em 1994, Robson passou para o curso de Técnico em Informática Industrial no CTU, concluindo o 2º grau em 1997. Em 1999, se inscreveu para o curso de oficial temporário NPOR no 4º GAC. Com 20 anos ficou desempregado, então foi fazer um

curso de Auxiliar Administrativo no SENAC, trabalhou em uma empresa de móveis e se inscreveu no curso de Ciências contábeis na UNIPAC.

Logo, Robson conseguiu um estágio no Banco Banespa e, posteriormente, foi chamado pelo Banco Bradesco. Em 2002, com apenas 22 anos, já tinha uma esposa e uma filha pequena para criar. O Banco Banespa-Santander o convidou para assumir o cargo de gerente, o que o levou a trancar a faculdade. Dois anos depois, retomou os estudos, matriculando-se na Faculdade de Ciências Contábeis do Machado Sobrinho e, posteriormente, na UNIPAC.

Como uma pessoa resiliente, Robson não se abatia com as quedas. Em 2006, foi convidado a assumir a gerência do Banco Mercantil do Brasil. Já envolvido no movimento social, entrou para a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Esperança e logo recebeu o convite para ser o Conselheiro Consultivo de Transportes do município de Juiz de Fora. Em 2007, filiou-se ao PCdoB e entrou para o Sindicato dos Bancários da Zona da Mata e Sul de Minas. No ano seguinte, foi candidato a vereador pelo PCdoB: “não consegui me eleger, mas o banco me liberou para as funções sindicais”. Aos 31 anos, assumiu a presidência do sindicato.

Em 2012, Robson se candidatou novamente a vereador pelo PT: “não consegui me eleger, mas em 2013 fui reeleito como presidente do Sindicato dos Bancários”. Em 2016, ele se graduou em Serviço Social pela UFJF. Uma conquista extraordinária para o menino da periferia! Em 2020, tentou novamente se eleger vereador pelo PT, não foi eleito. Porém, entre 2018 e 2020, concluiu o mestrado em Serviço Social na UFJF e, em 2021, foi aprovado no doutorado em Serviço Social na mesma instituição.

Em 2023, entrou na Secretaria Racial da CUT/ZM, foi diretor e secretário de Políticas Sindicais da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Minas Gerais. Ninguém duvida de suas qualidades de mobilização e liderança, e sua resiliência é notável, especialmente para alguém que veio da periferia e ascendeu até chegar ao doutorado. Sucesso da ancestralidade.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Samuel Lopes Mendes

Médico cirurgião e traumatologista



Você já reparou que, ao entrar em um hospital, clínica, ambulatório ou um consultório de um profissional de saúde, na maioria das vezes o médico ou a médica tem a pele branca? Pois o simpático Dr. Samuel é uma raridade. Sua família é originária de São João del-Rei (MG). Seus pais mudaram-se para Itajubá, no sul de Minas Gerais, onde, em 1979, o pai abriu um laboratório de análises clínicas. Foi lá que Samuel nasceu, em 19.10.1981, em uma família de classe média, filho de Roberto Mendes, bioquímico, e Maria das Mercês Lopes Mendes, técnica em enfermagem, dona de casa e voluntária em projetos sociais.

Seus avós eram pessoas muito simples, tanto por parte de pai quanto de mãe. Seu avô paterno, Sebastião Mendes, era contador e foi a pessoa que vislumbrou a importância do estudo como a mola propulsora para toda a família. Sua tia, Edna Mendes, foi a primeira a ter um diploma superior. Da família materna, a avó Alaíde Silva Lopes era dona de casa, e o avô Laudemiro Umbelino Lopes possuía uma propriedade rural: “ele cuidava de gado, tirava leite e fazia queijo”. Do lado da família do seu pai, eram todos negros: “São João era uma região escravocrata, mas parte da família materna tinha a pele mais clara, traços de miscigenação”, recorda Samuel.

Samuel e o irmão, Rafael Lopes Mendes, estudaram sempre em escolas particulares, sendo grande parte da formação no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Itajubá (MG). No final de 1999, aos 19 anos, Samuel mudou-se para Juiz de Fora para fazer cursinho. Foi aprovado no vestibular e, entre 2001 e 2006, concluiu a graduação em Medicina na UFJF: “na minha época, ainda não existia a lei de cotas, e eu fui um dos poucos negros na Faculdade de Medicina da UFJF. No Brasil, somente 3,5% dos estudantes de medicina são negros e, durante o período da faculdade, eu não tive

nenhum professor negro. É a naturalização da branquitude”.

Depois de formado, mudou-se para Belo Horizonte, onde, entre 2007 e 2010, fez especialização e residência médica em Ortopedia no IPSEMG. Em seguida, entre 2010 e 2011, se especializou em Cirurgia do Joelho na FHEMIG e no Hospital Madre Teresa: “ainda hoje sou um dos poucos negros a integrar a Sociedade Brasileira de Cirurgia do Joelho”, relatou.

Em fevereiro de 2011, voltou para Juiz de Fora para trabalhar como ortopedista e cirurgião do joelho. Em 2013, nasceu seu primeiro filho, Mateus Pereira Mendes e, em 2015, teve a oportunidade de passar dois meses em Lyon, na França, no Centre Orthopédique Paul Santy. Em 2018, juntou-se a alguns amigos para fundar a Clínica ProSport, onde é sócio-diretor, atua como ortopedista especialista em joelho e atende seus pacientes. Samuel realiza cirurgias em diversos hospitais do município.

Recentemente, Samuel foi aos EUA em busca de novas técnicas e evoluções na medicina do esporte e na cirurgia do joelho. Ele busca o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. É membro efetivo da Sociedade Brasileira de Ortopedia, da Sociedade Brasileira de Cirurgia do Joelho e da Sociedade Brasileira de Artroscopia e Traumatologia do Esporte: “na maioria dos locais onde convivi e convivo, ainda quase não se vê negros”. Ele explicou essa sub-representatividade dos negros no Brasil: “nos encontros de médicos, podemos contar os negros nos dedos de uma mão”.

Como retrato da baixa inserção de negros no mercado de trabalho especializado no Brasil, Samuel é o único médico negro de toda a equipe: “já cheguei como palestrante e médico, e as pessoas se surpreenderam por eu ser negro. O racismo na estrutura da sociedade é quando você é negro e chega em qualquer lugar e não vê outros negros”. Samuel ainda é um dos poucos negros entre os 3.191 médicos de Juiz de Fora: “numa população de 56% de negros e pardos, apenas 3% são médicos”.

Na luta antirracista: “sinto sim que tenho um papel a desempenhar, mas não creio num embate, mas sim num posicionamento e ocupação natural de espaços”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Sandra Francisca Bonsanto

Nossa rouxinol do samba



Sandra é uma mulher preta, umbandista e uma artista guiada pelas forças dos orixás. Nascida em Juiz de Fora, no dia 27.04.1976, no bairro Vila Olavo Costa, cresceu enfrentando todas as dificuldades possíveis, criminalidade e falta de oportunidades. Na década de 80 estudou na Escola Estadual Maria Ilydia Resende Andrade, no bairro Furtado de Menezes, e depois na Escola Estadual Henrique Burnier, no bairro Poço Rico. Na infância, foi catadora de papel no lixão de Benfica. Mais tarde trabalhou como arrematadeira, costureira, ajudante de cozinha e doméstica: “no trabalho eu sofria racismo descarado”. Desde pequena já frequentava a Escola de Samba Juventude Imperial, cresceu ouvindo e vivendo o mundo do samba.

Sua bisavó materna foi filha de escravizados livres, já alforriados, mas que continuavam presos às fazendas de plantação de café, mandioca e cana por questões financeiras. A família do avô materno, José Francisco, mudou-se para Coronel Pacheco (MG), onde a avó materna, Geralda, trabalhou como doméstica: “eu também fazia limpeza, debulhava milho, catava arroz, secava, socava de pilão e torrava café”. Sua mãe, Lecy Francisca de Oliveira, conhecida como ‘Lecy do Samba’, de Juiz de Fora, e seu pai, Valdir Delgado, o ‘Guida Tirote’, do Rio de Janeiro (RJ), se conheceram na Escola de Samba Juventude Imperial. Sandra foi criada apenas pela mãe, o pai voltou para o Rio.

Sandra se casou aos 18 anos e teve quatro filhos. Aos 20, foi pastista de escola de samba: “um ambiente inspirador, com apoio para crianças e adolescentes, aulas de capoeira, balé, artes marciais e banda de música”. Na época, trabalhava como caixa no Supermercado Bahamas quando sua voz foi notada pelo colega Joel Oliveira. Foi então que surgiu o nome ‘Sandra Portella’ e sua vida mudou completamente. Começou a fazer shows em Santos Dumont, Juiz de Fora e Belo Horizonte, chegando

a gravar um CD de MPB. Cantava com outras bandas de MPB e de música Country, logo recebeu convites para se apresentar no Rio de Janeiro. Com Flavinho 'da Juventude', trabalhou na noite e lotavam a boate Muzik.

Em 2005, Sandra iniciou seus estudos de canto na Universidade de Música Popular 'Bituca'. Participou da Banda Realce nos carnavais de 2006 e 2007, transitando entre o Rio, 'Meca do Samba', e Juiz de Fora, 'terrinha xisforana', suas raízes. Em 2007, já morando no Rio, sofreu abuso: "foram os orixás, os guias e o samba que me salvaram", e foi indicada ao Prêmio da Música Brasileira como melhor cantora de samba. Voltou à sua cidade natal para recarregar as baterias e, no carnaval de 2009, a cantora Alcione visitou a quadra da Juventude Imperial, empolgou-se com o show de 'Sandra Portella' e tornou-se sua 'madrinha'. Bem mineirinha, cativou nomes como Martinho da Vila e o maestro Rildo Hora.

Em 2013, lançou seu primeiro CD, 'Samba no Morro', e, logo depois, gravou um EP com grandes 'Clássicos do Samba'. Em fevereiro de 2014, a Juventude Imperial conquistou o 4º lugar com o enredo 'Aqultune: uma princesa negra no Quilombo de Palmares, exemplo de resistência, esperança e liberdade', composto por Flavinho e Marcio Moreno. Em 2015, gravou uma das faixas do CD 'Sambas para a Mangueira', participava de rodas no Clube do Samba, do Samba do Trabalhador, entre outras. Em 2016, transitava entre o carnaval de Juiz de Fora, fez seu primeiro show solo no Rio de Janeiro e se apresentou durante as Olimpíadas. Em 2017, lançou seu EP 'O samba' e, em dezembro, lançou o CD 'Banho de Fé', produzido por Rildo Hora. Em 2018, foi indicada para o Prêmio da Música Brasileira como 'Melhor Cantora de Samba'.

Sandra, que já é tradicional na 'Ala dos Compositores da Portela' no Rio, recebeu, em 2019, o título de Cidadã Benemérita da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 2020, gravou seu clipe 'Sua Guia' e espera que: "Exú conceda caminhos abertos ao povo preto e ao samba. Laroyê, Motumbá Axé, salve os orixás, salve sua guia". Sandra é, sem dúvida, a cantora juiz-forana mais carioca que existe no samba nacional. Com sua energia pulsante, sonha: "eu gostaria que as pretas e periféricas pudessem se inspirar um pouco na minha história, saber que dá para ter uma realidade diferente e mobilidade social". Oxalá isso se realize.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Sandra Maria de Jesus

Ativista da Igualdade Racial



Mulher negra, mãe, esposa e filha, Sandra Maria de Jesus se formou em Gestão de Recursos Humanos e é pós-graduanda em Educação Social e Gestão de Projetos. Foi assessora na Secretaria Especial de Direitos Humanos da PJJ. Ativista da Igualdade Racial e empreendedora social em educação popular, é, desde 2022, presidente do Instituto Casa Cirene Candanda e atualmente vice-presidente do Conselho Municipal para Promoção da Igualdade Racial.

Sandra não conheceu seus antepassados, mas sabe da avó materna, Elena de Assis, que era casada com José Marcelino de Assis, eles vieram de Coronel Pacheco na década de 70. Foram morar na Serrinha. A mãe de Sandra, Manoelina Cirino, ficou viúva com quatro filhos para criar, já Sandra é filha do segundo casamento. Ela nasceu em 22.06.1970. Sua mãe, doméstica, lavadeira, passadeira e armadeira, conseguiu adquirir um terreno em 1972: “minha mãe não era alfabetizada, mas uma pessoa ativa socialmente”. Até os 29 anos, a vida de Sandra se passou no bairro Santo Antônio.

Sandra teve uma infância feliz e contou sobre a solidariedade que vivenciou: “todo mundo se conhecia, se referenciava e éramos uma comunidade que se cuidava”. Seus irmãos mais velhos são Waldir, Jorge, José ‘Zeca’, Clóvis Cirino e Ailton. Ela foi criada pelo irmão Clóvis e pela mãe: “conheço meu pai biológico, mas sempre foi ausente”.

Sandra iniciou sua vida escolar em 1978, na Escola Municipal Dante Jaime Brochado, onde permaneceu até os 14 anos. Aos 15, entrou para a Guarda Mirim Feminina. Aos 17, foi para a Escola do SESI e, aos 18 anos, teve seu primeiro emprego. O segundo e o terceiro ano foram completados posteriormente no projeto EJA. Com 21 anos, conheceu o futuro esposo,

Luis Jesus, e, em 1999, quando oficializaram a união, mudaram-se para o bairro Santa Rita. Em 2002, nasceu o filho Luis Gustavo, e, em 2013, o casal recebeu a filha Mariah Jesus.

Trabalhou como Analista de Licitações e consultora de cobrança. Em 2015, ingressou na UNOPAR e iniciou sua graduação em Gestão em Recursos Humanos, Planejamento Estratégico em Gestão de Pessoas. Entre 2018 e 2024, atuou como estagiária de Recursos Humanos na Associação de Apoio T com Deficiência. Em fevereiro de 2021, assumiu na Prefeitura de Juiz de Fora os cargos de secretária-executiva do Conselho de Políticas para Igualdade Racial da SEDH e secretária-executiva do COMPIR/JF.

Neste mesmo ano, iniciou um Bacharelado em Pedagogia na UFJF e liderou a ‘Semana das Pretas’. Em 2022, ingressou em uma segunda graduação em Pedagogia Social na FACUMINAS. Neste ano, Sandra foi convidada a participar de um grupo e fundar o Instituto Casa Cirene Candanda, tornando-se a primeira e única presidente do Instituto, que visa perpetuar os sonhos de Cirene Candanda: “defendemos uma sociedade questionadora”. Em 2023, iniciou uma pós-graduação Lato Sensu – Especialização, Pedagogia Social, Elaboração e Gestão de Projetos Sociais na FACUMINAS e saiu da PJJ, mas não se desligou dos Conselhos.

Em 2024, foi nomeada para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e para o Conselho Municipal Para Promoção da Igualdade Racial, onde, em 2025, Sandra se tornou a vice-presidente. Os conselhos são espaços nos quais se elabora, propõe e, por meio do Instituto Cirene, também executa e fiscaliza. Sandra valoriza profundamente a inclusão e acredita que, se estiver bom para uma mulher negra, se ela puder viver com dignidade, conseguir tratamento de saúde, boa educação para os filhos e ter bons empregos, com certeza a sociedade como um todo estará melhor: “porque nós, mulheres, somos a base dessa sociedade excludente”.

Desde junho de 2025, trabalha como monitoria especializada e transcritora no Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI/UFJF) e cita Paulo Freire: “se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda”. Sandra conclui convocando todos a serem agentes dessa mudança: “minha missão sempre foi agir para a transformação”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Sandra Maria Silva

Unindo mulheres contra o racismo



Sandra nasceu no Bairro Alto dos Passos, em Juiz de Fora (MG), no dia 17.12.1944. Em sua memória, permanece a tradição oral de que seus antepassados pertenciam a uma tribo africana, e que a avó materna, Maria Eulália Custódia, era filha de estupro do fazendeiro: “era uma mulata clarinha, descendente de portugueses, alta, com uns 1,70 de altura, cabelos lisos e muito bonita”. Seu pai, Eygino Maria de Oliveira, era analfabeto, e sua mãe, Regina Silva de Oliveira, semianalfabeta. Eles viveram em uma Juiz de Fora extremamente racista, conservadora e preconceituosa.

Quando Sandra tinha 5 anos, em 1949, a família se mudou para a comunidade do bairro Ipiranga, para um casebre com luz, mas sem banheiro: “meu pai não bebia, não fumava e era condutor de bonde”. O avô paterno era José Timotheu de Oliveira e a avó paterna, Maria Honorata de Oliveira. Os bisavôs paternos eram Quirino Marques de Oliveira e Maria Philomena Mendes.

Já a mãe, Regina, nasceu em Natividade de Carangola (RJ). Seu avô materno, João Ventura da Silva, ficou viúvo e distribuiu os filhos; a pequena Regina, com apenas 7 anos, foi para a casa de uma família branca e rica, onde ficou praticamente em condição de escrava, sendo chamada de ‘negrinha’. Regina viveu 32 anos servindo e conseguiu sair quando a família se mudou para Juiz de Fora. Em 1951, Sandra, com sete anos, foi para a Escola Estadual Grupos Centrais. Ela se lembra que, na hora do recreio, as crianças brancas brincavam de um lado e as negras de outro do pátio central: “éramos chamados de macacos, negrinhas, descascavam bananas olhando para os pretos e isso nos indignava”.

Em 1956, Sandra conclui o ensino secundário, mas só retornou aos estudos três anos depois, na Escola Normal. Em 1969, aos 25 anos, foi tentar a vida no Rio de Janeiro (RJ) e acabou trabalhando como doméstica: “eu senti na pele o preconceito, o racismo e o horror de ser escrava sem chibata”. Com uma filha pequena, em 1981 voltou para Juiz de Fora e iniciou sua carreira de militante social. Trabalhava no novo posto médico do bairro como servente e, em 1982, entrou para a PJJ, no cargo de serviços gerais na área de saúde. Ali, Sandra contribuiu para a formação do sindicato das serventes de enfermagem no Hospital Universitário: “esse foi meu primeiro momento da luta coletiva”. Sandra tinha um nobre objetivo de melhorar a categoria nas lutas trabalhistas, e contribuir para a formação do sindicato SINSERPRO.

Entre 1984 e 1989, cursou Auxiliar de Enfermagem na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Depois, passou para a recepção do Pronto Socorro e, presenciando muita violência, criou o ‘Projeto Lugar ao Sol’. Ela já estava no Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora, e, em 2000, ainda trabalhava no posto médico como auxiliar de enfermagem e se aposentou por invalidez. Percebendo que o povo negro e periférico estava cada vez mais encurralado nas favelas, Sandra sentia que as criaturas de Deus precisavam de muito apoio. Era hora de intensificar sua atuação social. Fundou o ‘Grupo de Mulheres da Periferia’, com o objetivo de alavancar a autoestima, a cidadania, a política da boa vizinhança e vencer o racismo.

Sandra aconselha que o povo preto estude e desenvolva consciência sobre o que é o racismo e o preconceito: “o povo preto têm a obrigação de aprender a diferenciar os dois”. Com isso, ela mostrou que não é preciso fazer alarde, brigar, xingar ou gritar. Em 2005, participou da fundação da ‘Associação de Mulheres Chica da Silva’, com o objetivo de lutar contra o racismo em todas as suas formas de manifestação. Em 2006, foi uma das cinco mulheres pretas escolhidas para participar do Seminário de Economia Solidária e Emancipação das Mulheres em Brasília e, em 2007, participou ativamente da 1ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. Em 2013, Sandra recebeu a Medalha Nelson Silva, reconhecendo-a como uma líder comunitária na essência, premiando sua trajetória e liderança à frente da Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro Santa Efigênia e por ter criado o projeto ‘Ensinar e Aprender’. No ano de 2025, aos 81 anos, tem certeza de que não sairá da luta.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Silvânia Cristina de Andrade

Nossa embaixadora da bossa



Sil de Andrade é o nome artístico desta atuante no espaço público, mulher negra, canceriana. Residiu por três anos em Lisboa, onde se pós-graduou e concluiu que seus bisavós, escravos e/ou quase libertos, chegaram de Angola e se estabeleceram na cidade de Mar de Espanha (MG). Sil Andrade é uma pessoa que não se vitimiza por causa de seu passado: “o que eu quero é espalhar minha música”. Seus avós mudaram-se com o pai dela para Juiz de Fora, cidade onde ela nasceu em 1961. Porém, com quinze ou vinte dias de vida, a família mudou-se para Foz do Iguaçu: “uma rude fronteira do Brasil”.

Ainda pequenina, com o Tio Jorge, aprendeu a praticar técnicas, artes e culturas da ‘Rua e Campo Ar Livre’. Sua infância foi rica em liberdade e experiências, que mais tarde se traduziram em poesia, música e estilo de vida. Aos nove anos, Sil ganhou sua primeira guitarra azul e estudou em uma escola de Freiras Holandesas: “a escola era bem diversa, tínhamos amigos paraguaios, argentinos, polacos, bugres, negros e japoneses”. Aos onze anos, ganhou um violão de pinho, e os professores a ajudaram em seu aprendizado musical.

A mãe de Sil foi uma artista tímida que gostava de costura e música: “tínhamos discos brasileiros, misturados aos paraguaios, de Martinho da Vila, Noite Ilustrada, Miltoninho e o som da Arpa da Perla”. Nos restaurantes, tocava música gaúcha e mexicana; já os paraguaios tocavam sanfona e harpa, e ela ficava encantada. Na adolescência, passou a escutar Rosa Passos, Billie Holliday e Sade Edu. Quando a família se mudou para Belo Horizonte, Sil foi para uma escola de Padres Espanhóis: “éramos as únicas negras”. Mais tarde, foram para o Pará, lá foram alunas de uma escola de Padres Americanos: “convivemos com alunos de povos indígenas e originários”. Foi uma riqueza de experiências. Morar na Amazônia significava estar perto do rio Tapajós, da lua, das poesias e dos carimbós.

Sil foi estudante do Colégio Dom Amando, em Santarém, e integrou o Projeto Rondon. Depois, com a família, mudou-se para Brasília, onde iniciou a graduação em Letras na UNB e teve uma vida muito ativa ao ar livre no movimento do Escotismo: “quem criou o escotismo buscou as técnicas que as tribos africanas e Zulus utilizam como estratégias de organização, bem como a cultura indígena vivida ao ar livre”. Em 1998, ingressou no curso de pós-graduação e mestrado, recebendo bolsa do Instituto Camões de Portugal, e iniciou o doutorado na Universidade Nova de Lisboa: “espalhei minha voz e perfume pelas ruas e praças da capital lusitana”.

Em 2004, depois de 40 anos, Sil retornou a Juiz de Fora. Voltou com muita bagagem cultural e se juntou às riquezas artísticas e ao movimento cultural de sua cidade natal. Com o músico bossanovista Driano Barboza, Sil Andrade formou um duo, na profissão e no amor: “foi uma época de grande produção cultural e o mais importante que aconteceu na minha carreira”. Juntos, lançaram o projeto ‘TREMInhão Mineirices & Poesia’, participaram de cinco festivais e venceram três.

Como Embaixadora da Bossa em Juiz de Fora, Sil Andrade segue à disposição da arte e cultura local. Seu projeto voz e violão, ‘Recuo da Bossa’, sem ingressos e sem paredes, é um projeto inclusivo, lúdico, sustentável e democrático, funcionando desde 2015. A artista conseguiu criar um palco afetivo, um patrimônio imaterial de Juiz de Fora, e foi contemplada, em 2022, na 17ª edição do Prêmio Amigo do Patrimônio – COMPPAC/PJF. Em 2021, Sil Andrade lançou o EP Mamão & Poesia, sendo duas canções do cantor e compositor Mamão, incluindo sua obra ‘Minirrosas’, uma bossa pandêmica e narrativa de sua autoria.

Em 2023, Sil ganhou a Medalha Geraldo Pereira e também lançou o EP Digital ‘Semente de Mamão’, em comemoração aos 85 anos do compositor Mamão. Desde 2004, Sil Andrade é para o município de Juiz de Fora um verdadeiro Cartão Postal Digital, com seu chapéu democrático aos pés da artista e tocando em pé em cima de seu tradicional tapetinho amarelo.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Suely Gervásio Ferreira

Liderança comunitária com Fé



Suely é uma verdadeira guerreira de Deus. Nasceu em uma família católica em Juiz de Fora (MG), no dia 17.04.1954. É filha de Dejanira Carminda Gervásio e de José Gervásio Filho, que sempre esteve envolvido em ações de melhoria no bairro. Cresceu herdando do pai o compromisso com o social. Estudou na Escola Municipal Olinda de Paula Magalhães, depois no Colégio Nossa Senhora Aparecida e concluiu o ensino fundamental no Colégio São Jorge.

Desde cedo, Suely, esteve engajada no movimento comunitário, construindo sua vida pública sobre alicerces sólidos. Em 1976, já buscava melhorias nas condições de trabalho, como vice-presidente e presidente da Associação de Moradores do Bairro Barão do Retiro e Vila dos Sonhos. Em 1988, já mãe de dois filhos, iniciou trabalhos de empregada doméstica, mas manteve-se cada vez mais engajada no movimento comunitário, destacando-se como uma liderança política. Em 2001, tornou-se a primeira e a única mulher a ocupar a presidência da UNIJUF, focando na maior participação das mulheres nas lutas reivindicatórias. Ao longo de sua trajetória, participou de todos os governos executivos do município: Tarcísio Delgado, Alberto Bejani, José Eduardo Araújo, Custódio Mattos, Bruno Siqueira, Antônio Almas e Margarida Salomão. Sempre ativa em diversos conselhos: Meio Ambiente, Preservação do Patrimônio Histórico, Saúde, Mulher, FAMEMG e da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) etc.

Em 2003, Suely tornou-se titular do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, sendo reeleita em 2006. Em 2007, recebeu das mãos do prefeito Alberto Bejani o título de mulher cidadã, ocasião em

que declarou: “juntas somos mais fortes e vamos longe, pois a mulher tem o coração para ouvir e atitude para colocar em prática”. Entre 2005 e 2009, chefiou o Departamento de Recursos Compartilhados da Secretaria Municipal de Política Social da Prefeitura de Juiz de Fora. Em 2009, voltou a ser designada como titular do COMPPAC e também para o COMDEMA. Filiou-se ao PT em 2011 e, em 2016, candidatou-se a vereadora pelo PSB, obtendo 1.401 votos. Sonhava com uma sociedade mais humana e igualitária, na qual todos tivessem acesso à saúde e à educação. Em 2017, concluiu o curso de Auxiliar de Enfermagem e, em 2018, foi nomeada pela PJJF para o Conselho Municipal de Política Urbana. Em 2020, pelo PT, candidatou-se pela quinta vez para o cargo de vereadora, levando consigo o grande sonho de ser a primeira mulher negra como vereadora em Juiz de Fora e defender suas lutas comunitárias dentro do Legislativo Municipal. Obteve 1.066 votos, ficando como suplente. Suely já havia disputado outras eleições para vereadora: em 2004 pelo PPS, em 2008 pelo PDT, em 2012 pelo PTC, em 2016 pelo PSB e, em 2020, novamente pelo PT.

Aos 69 anos, com uma vida marcada por intensa atividade, Suely foi convidada para ser a representante governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI/JF, biênio 2021/2023. Em fevereiro de 2022, recebeu merecidamente uma Moção de Aplausos da Câmara Municipal de Juiz de Fora pelo brilhante trabalho realizado como líder comunitária em prol da comunidade. Ativa no governo da prefeita Margarida Salomão, participou da aprovação do Plano Municipal de Políticas de Promoção e Defesa da Diversidade Religiosa de Juiz de Fora, atuando como representante do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa (CDR-JF).

Em 2023, após anos de dedicação à profissão de técnica de enfermagem, ela sabe que, sem enfermagem não teremos um Brasil saudável. Suely Gervásio sentiu na pele os desafios e reconheceu a importância do trabalho incansável de cada enfermeiro e enfermeira, especialmente durante a pandemia. Sobre o segredo de tantas conquistas, revelou: “Nunca foi sorte; sempre foi Deus. E com Ele eu estarei sempre na luta pela valorização da saúde e buscando sempre o melhor para a minha categoria”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Tânia Aparecida Moreira

Competência contra o racismo



Conhecida como 'Tânia Black', é a caçula de cinco irmãos, nascida em 09.03.1958, no município de Conselheiro Lafaiete (MG). Seu pai, Raimundo Moreira, negro retinto, era funcionário ferroviário da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), enquanto sua mãe, Maria Madalena Moreira, dedicava-se ao lar. Os pais tinham somente o primário incompleto: “mas, conseguiram despertar em mim a vontade de estudar”.

Em 1968, com apenas dez anos, Tânia e sua família mudaram-se para Juiz de Fora, após o pai ser transferido para a Superintendência Regional da RFFSA. Foram morar no bairro Mariano Procópio, e ela entrou no Grupo Escolar Antônio Carlos: “o que mais doía eram os apelidos como cabelo de bombril e cabelo pixaim”. Depois, seguiu para a Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa, onde estudou da quinta até a sétima série. Com a mudança da família para o bairro São Mateus, em 1971, conseguiu uma bolsa parcial para a Escola Euclides da Cunha, no bairro Alto dos Passos. Lá, se destacou como talento esportivo, o que lhe garantiu uma bolsa integral no Colégio Academia. Com seus sucessos esportivos no atletismo, Tânia arrumou um emprego no Café Apollo. Mesmo sendo a única aluna preta na sua época, era tratada com muito respeito na escola: “aprendi a andar com a cabeça erguida”.

Em 1976, ao concluir o Curso Profissionalizante de Processamentos de Dados na Academia de Comércio, Tânia decidiu se casar e mudou-se para São Paulo (SP). Em 1981, retornou a Juiz de Fora e aproveitou para concluir o curso de Magistério no Colégio Pio XII. Nessa época, morava na Rua Oswaldo Cruz e trabalhava na Coca-Cola como promotora de vendas. Por ser uma excelente datilógrafa, foi contratada pela Academia

de Comércio, onde atuou como auxiliar de supervisão, auxiliar de secretaria, auxiliar de biblioteca, chegando a se tornar presidente da Associação dos Funcionários da Academia de Comércio: “foram dois mandatos onde iniciei minha carreira de lutadora pelos direitos dos trabalhadores”.

Em 1988, Tânia foi aprovada na faculdade noturna de Pedagogia na Instituição de Ensino CES/JF, com habilitação para Supervisão em 1991, para o Magistério Superior em 1992 e para a Orientação Educacional em 1994. Após se formar, passou a trabalhar pela manhã na Academia de Comércio e, à tarde e à noite, iniciou suas atividades como pedagoga na Escola Estadual Maria Elydia Rezende, no bairro Furtado de Menezes, o que lhe permitiu comprar um apartamento no bairro Bom Pastor. Nesse bairro de classe média alta, sofreu muita discriminação: “as pessoas batem na minha porta e perguntam se sua patroa está”. Com sede de conhecimento, em 1996 ingressou para a pós-graduação em Psicopedagogia. Em 1998, o Call Center da Embratel a contratou como supervisora: “eu era a única supervisora negra”. Em 2002, iniciou uma pós-graduação em Marketing na Estácio.

Decidida a vencer pela educação, em 2008 Tânia iniciou uma pós-graduação em Pedagogia Empresarial. Em 2010, foi coordenadora pedagógica da Escola de Enfermagem da Santa Casa e, em 2012, foi supervisora pedagógica da Escola Estadual Bernardo Mascarenhas. Em 2013, tornou-se coordenadora pedagógica da Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo e, em 2014, assumiu a função de coordenadora pedagógica e técnica no Comitê de Acompanhamento e Suporte Pedagógico (COMAPE). Em 2015, participou do Conselho Municipal para Promoção da Igualdade Racial. Em 2018, Tânia se aposentou, mas resolveu cursar bacharelado em Serviço Social e trabalhar na Escola Municipal Álvaro Braga, onde idealizou o projeto ‘Dom Bosco Resgatando Sua Essência’.

Como coroação de uma vida brilhante dedicada às crianças, Tânia foi eleita, em 2023, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora e, em 2024, conselheira no Conselho Tutelar de Juiz de Fora. Tânia deu uma verdadeira aula de antirracismo: “os negros podem ser doutores, e o Brasil está jogando fora talentos como consequência de seu racismo impregnado na estrutura social”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Vanda Maria Ferreira

Contadora e encantadora de histórias



A escritora, atriz, professora, contadora e encantadora de histórias é conhecida pelo nome artístico 'Vanda Ferreira' ou pela personagem 'Odara Dandara'. Quando Vanda nasceu, no bairro São Benedito em 14.04.1967, o avô materno e os avôs paternos já eram falecidos. Sua mãe, Dalva de Souza Ferreira, natural de Bicas (MG), mudou-se para Juiz de Fora acompanhada da avó materna, a benzedeira e lavadeira Sebastiana 'Dona Cecê' de Souza. Como o seu avô materno era descendente de europeu, a mãe tinha a pele mais clara. Já seu pai, Braz Ferreira, negro de pele bem escura, com ascendência africana e indígena, nasceu em Rochedo de Minas (MG) e trabalhou na tecelagem por 30 anos.

A mãe de Vanda trabalhava na Fábrica de Cobertores São Vicente e, posteriormente, como faxineira no Colégio Granbery. Vanda iniciou seus estudos na Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho, mas, em 1979, com apenas 12 anos, começou a trabalhar na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas: “na época empregavam crianças”. Depois, foi contratada pela Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz. Aos 20 anos, teve seu primeiro filho e precisou interromper os estudos para trabalhar: “senti na pele o preconceito de mulher, mãe solteira e negra. Trabalhei em creches durante 15 anos”. Em 1998, decidiu voltar aos estudos para nunca mais parar.

Em 1999, conheceu e se engajou no Centro de Referência da Cultura Negra – CERNE/JF. Em 2003, prestou vestibular para a graduação em Normal Superior UNIPAC-JF, formando-se em 2007: “a universidade era paga, eu vendia meus vales-transporte, vendia mini-hambúrgueres e sorvete caseiro”. Durante este período, Vanda trabalhou na Creche Prefei-

to Olavo Costa da AMAC e, em 2011, iniciou como professora na Escola Municipal Ipiranga. Em 2012, fez o Curso Encantadores de Histórias e, em 2013 e 2014, fez pós-graduação em Literatura e Cultura Afro-Brasileira na UFJF: “a pós-graduação me ajudou muito a compreender a minha trajetória e de meus ancestrais”.

Vanda participa também de feiras literárias e de contação de história, como na Semana Monteiro Lobato, em 2015, onde participou com sua contação de histórias com os personagens Narizinho e Tia Nastácia na Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Ainda em 2015, publicou seu primeiro livro, ‘O Julgamento de João Jiló’; em 2018, lançou ‘Sentimentos’; e, em 2019, ‘A Revogação do Julgamento de João Jiló’. Além disso, possui diversos poemas e contos publicados. Em 2016, foi contratada como Professora de Teatro na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora. Entre 2015 e 2022, atuou como professora da Secretaria de Educação e ministrava a disciplina Teatro nas escolas municipais de Juiz de Fora.

Em 2019, Vanda graduou-se em Psicodrama Socioeducativo pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Dinâmica de Grupo e Psicodrama – SOBRAP/JF. Em 2020, criou o projeto ‘Segundas da Negritude’, mas, com a chegada da Pandemia de COVID-19, adaptou suas atividades de contação de histórias aos canais digitais disponíveis. Em 2021, foi escolhida como suplente da cadeira literária no Conselho Municipal de Cultura.

Vanda é integrante do grupo de contação de histórias ‘Caravana de Histórias’ e do grupo ‘NZINGAS’, que, em 2022, estreou com espetáculo ‘Lá nas Minas: Contos de Lavadeiras’. Nesse mesmo ano, concluiu sua terceira graduação em Teatro/Educação no Centro Universitário Ítalo Brasileiro e uma especialização em Psicopedagogia Institucional UCB-RJ. Por suas tantas virtudes e obras, Vanda recebeu, em 2022, a Medalha Pedro Nava da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 2023, o grupo lançou a peça ‘Omokonrin’, baseada na obra do escritor juiz-forano Edimilson de Almeida Pereira.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Vitor Eduardo de Oliveira Lima

Dentista e empresário da saúde



Os pais de Vitor, Rogério Eduardo de Lima e Orneides Angelica de Oliveira Lima, se casaram em 1985, e Vitor nasceu em 12.07.1990. Sua família materna não é originária de Juiz de Fora: “minha tia-avó Francisca contou que eram da região central do Estado de Minas Gerais”. Lembrou-se que a família da mãe acabou se estabelecendo na área rural do Município de Rio Pomba (MG). Seu trisavô materno, Polino Cachoeira, era casado com sua trisavó materna, Elesiana. Uma das filhas dela era a bisavó de Vitor, Maria Gabriela, casada com seu bisavô, João Custódio.

A avó materna de Vitor, Maria Aparecida de Oliveira, lavadeira, ajudou sua filha Orneídes a criar os filhos. Maria Aparecida era casada com Heitor Oliveira, filho da mãe biológica Norberta. Heitor trabalhava como pedreiro, e a família se mudou para o bairro Nossa Senhora Aparecida. A caçula da família era a mãe de Vitor, Orneídes Angelica de Oliveira Lima, que trabalhou na limpeza do cursinho pré-vestibular onde estudava, para poder realizar seu sonho e cursar Educação Física na UFJF. Em 1983, se tornou a primeira da família a ter um diploma superior.

Já a família paterna de Vitor é originária do interior da Bahia. Seus trisavós paternos foram João Tibúrcio e Maria Avelina. Seu bisavô, José Sebastião de Lima, e sua bisavó, Odete de Assis, tiveram 5 filhos. Em Juiz de Fora, o avô de Vitor, Abílio de Lima, se casou com a avó paterna, Maria Aparecida de Lima, filha de Sebastião Tibúrcio Alves e Laudelina Maria de Jesus. Eles moravam no bairro Vila Olavo Costa. O pai de Vitor foi o segundo filho do casal e graduou-se em Educação Física na UFJF.

Pelo fato de sua mãe ser professora no Colégio Cristo Redentor, os filhos receberam uma excelente educação entre 1998 e 2008: “era um am-

biente predominantemente branco e rico”. Apesar de saber que foi privilegiado, afirma: “acredito que a melhor forma de reverter o racismo é permitir o acesso dos negros a todos os lugares”. Em 2008, Vitor passou no vestibular e ingressou na sonhada Faculdade de Odontologia da UFJF: “tive poucos pretos como colegas, a Odontologia é um curso elitizado e os custos dos materiais são muito altos”. Em 2012, tornou-se bolsista do Pró-saúde/Pet-saúde UFJF. Em 2014, fez estágio na Unidade de Atenção Primária à Saúde São Benedito (UAPS). Posteriormente, fez estágios no Centro Odontológico de Atenção a Pacientes com Necessidades Especiais no HPS e em odontologia hospitalar no Hospital Universitário UFJF, no bairro Dom Bosco.

Vitor se formou em 2014: “de 35 formandos, somente três eram negros. Em uma população de 56% de negros e pardos, isto é menos de 10%”. Logo após, foi empregado como dentista clínico geral no Centro Integrado de Saúde Oral de Juiz de Fora. Em 2015, ingressou na SUPREMA em uma especialização em implantodontia. Em 2016, trabalhou como clínico geral na Clínica Odontoclinic, na Clínica Doutor Celuir José Romano, na Spazio Clínica de Odontologia e Bem-estar, na Dental Clean, na ELLO Clínica Odontológica Especializada e na SOMA Clínica Odontológica. Mas Vitor queria empreender e, em novembro de 2017, se tornou sócio-diretor da Zaidem & Lima Odontologia, junto com o amigo e dentista Paulo Vitor Zaidem. Paralelamente, iniciou uma pós-graduação e estava com a vida profissional em ordem.

Era hora de cuidar da vida pessoal. Em 2019, Vitor se casou com Maíra Macário, mestre em saúde coletiva da UFJF e, em 17.04.2021 nasceu o filho Davi: “eu sei que posso me considerar uma pessoa negra privilegiada, pois cresci em uma família estruturada, com pais funcionários públicos, uma educação de qualidade e tive acesso às coisas que a maioria esmagadora da população negra não teve”. Vitor se lembra do que o pai lhe disse quando ele era criança: “filho, você tem uma condição de vida melhor que a minha; eu tive uma vida melhor que seu avô; assim que você tiver um filho, você tem que batalhar para dar uma vida para ele melhor que a que você teve”. Hoje, Vitor sonha com mais pessoas pretas tendo oportunidades e com a mudança deste cenário de desigualdade.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa

Wellington Carlos Alves

Missão de transformar vidas



Wellington nasceu no bairro Santa Efigênia, em Juiz de Fora (MG), em 31.05.1974. Desde criança, viu suas avós maternas, Maria Conceição dos Santos, e paterna, Onofra Alves, lutando para ajudar na criação dos netos e netas. É filho de Maria de Lourdes dos Santos e do pai biológico Antônio Carlos Alves, que faleceu cedo, fazendo com que Wellington fosse criado pelo padraso, Antônio Benedito. Frequentou a Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes, onde integrou o Grêmio Estudantil. Aos nove anos, em 1983, iniciou a trajetória que passaria a nortear sua vida: “fui convidado pelo Senhor Alanir de Souza Pinto para ajudar na secretaria da Sociedade Pró-Melhoramento do Bairro Santa Efigênia”.

Sua avó materna buscava todo os dias a comida que sobrava do refeitório do Seminário Nossa Senhora do Sagrado Coração, no bairro Sagrado Coração de Jesus, e Wellington costumava acompanhá-la. Comovido, o padre reitor lhe ofereceu a oportunidade de estudar no seminário: “foram meus primeiros contatos com as questões sociais”. Logo, ele já estava envolvido com as Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Sociais, como a Pastoral da Juventude e Pastoral Afro-Brasileira, da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração. Em 1992, Wellington entrou para o serviço militar, onde permaneceu por nove anos, até 2001, alcançando a patente de cabo EB.

Aos 26 anos, Wellington tornou-se conselheiro tutelar pela primeira vez, para o triênio 2000/2003, sendo reeleito para 2004/2006 e 2007/2010. Em 2023, voltou a ser eleito, desta vez para o mandato de 2024/2027, para o Território 2 Conselho Tutelar Sul-Oeste: “atuo preventivamente dando palestras nas escolas e grupos, esclarecendo sobre os direitos e

fortalecendo a rede de proteção para nossas crianças e adolescentes”. Em 2008, passou a integrar a União de Negras e Negros/JF, a UNEGRO/MG e a UNEGRO/BR. Neste mesmo ano, foi candidato a vereador pelo PT, alcançando 1.187 votos. Em 2010, atuou dando apoio e suporte logístico à ocupação do assentamento Denis Gonçalves, localizado no município de Goianá (MG).

Em 2011, Wellington foi contratado como supervisor de atendimento da Claro no Brasil Center Comunicações, onde ficou até 2022. No entanto, buscava novos caminhos e, em 2012, aos 38 anos de idade, entrou para a faculdade. Em 2017, concluiu o curso de Bacharelado em Administração Pública pela UFJF. Fez curso de extensão pela Fiocruz, no tema ‘Enfrentamento ao estigma e discriminação de populações em situação de vulnerabilidade’ e ‘Políticas de Ações Afirmativas’, e também cursou ‘Gestão de Recursos Humanos’ na Faculdade ESTÁCIO.

Entre 2015 e 2016, Wellington participou das atividades da Casa de Cultura Evalton Vilela. Por sua experiência, passou a ser constantemente convidado por instituições para ministrar palestras. Em 2020, foi escolhido pelo PCdoB de Juiz de Fora como candidato a vice-prefeito. Em 2021, foi eleito segundo secretário do Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial. Em 2022, foi nomeado membro do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Extermínio e Encarceramento da Juventude Negra e, em novembro, participou da homologação do ‘Plano Municipal Juventude Quer Viver – Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra de Juiz de Fora’. Para ele: “o enfrentamento à violência e ao extermínio da juventude negra deve ser um compromisso prioritário do governo, dada a complexidade deste problema”.

Participante de diversos conselhos, Wellington enxerga o racismo incrustado no âmago das instituições: “inacreditavelmente, somos sempre poucos pretos, aproximadamente 6% dos participantes, numa cidade de mais de 56% de população negra.” O Município de Juiz de Fora tem muito a agradecer, pois, para ‘Wellington do Conselho’, sua verdadeira missão é transformar vidas para melhor.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Wilker Moroni de Oliveira Soares

Advogado criminalista



Wilker não conhece bem sua ancestralidade. Sua bisavó materna, Dona Joana Bernardo, sua avó materna, Maria das Graças de Oliveira, e sua mãe, Célia Maria de Oliveira, representam para ele exemplos de trabalho, amor e dignidade. Célia trabalhou como empregada doméstica: “na verdade, uma escravidão moderna”. Seu pai, Davis Anderson, é exemplo de força, proteção e provisão. Wilker nasceu no dia 16.05.1993, cresceu e foi criado no bairro Ipiranga, fez o ensino básico na Escola Municipal Jesus de Oliveira e o ensino fundamental na Escola Municipal Gabriel Gonçalves da Silva.

Wilker concluiu o ensino médio em 2011, na Escola Estadual Governador Juscelino Kubitschek, no bairro Santa Luzia. Desde os 16 anos conciliava estudo e trabalho, sem poder se dedicar como os alunos de escolas particulares. Trabalhou no Programa Municipal de Atendimento a Adolescentes PJJ, sendo designado para a Secretaria de Esportes e Lazer. Em 2012, teve uma breve passagem pelo Exército Brasileiro. Queria ser advogado e, com muito sacrifício, pagou o curso pré-universitário, mas a universidade pública acabou ficando apenas no sonho.

Com o apoio da mãe, em 2013 Wilker entrou no curso de Bacharelado em Direito na Faculdade ESTÁCIO: “eu vi nos estudos a única possibilidade de crescer na vida, pois a gente que vem de um meio que não é muito privilegiado, num contexto onde vários amigos meus, que foram criados comigo, estão hoje presos ou mortos”. Conseguiu uma bolsa de 100% pelo FIES, mas lembrou que não é de graça: “é um financiamento com taxa zero, que a partir do primeiro mês após a conclusão do curso o bolsista deverá começar a pagar”.

Como reconhecimento de seu esforço, ainda no 9º período da faculdade, Wilker foi aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil e se formou em 2017: “fui o primeiro membro da família a ter um diploma superior”. Já advogando, em 2018 cursou uma pós-graduação EAD em Direito Processual Penal pela Faculdade Damásio Educacional. Em janeiro de 2019, passou a integrar a OAB/JF, participando da Comissão de Direito Criminal e Assuntos Prisionais da OAB/JF: “eu era o único advogado negro da comissão discutindo o sistema prisional”.

Em 2022, Wilker se uniu ao advogado Humberto Pereira da Silva para fundar a Moroni & Pereira Advogados, com escritório próprio e dedicado somente à área criminal: “mas a empresa atua também nos setores do Fórum, Juizado Especial, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, nas varas Cível e Família”. Casado com a advogada especialista em Direito de Família e Sucessões Maíre Almeida, desde março de 2022 Wilker atua como Defensor Dativo do Conselho de Ética e Disciplina da OAB/MG, é Presidente da Comissão OAB Jovem da OAB/JF. Tornou-se vice-Presidente do Conselho de Ética da OAB/JF: “sou o único negro da comissão, apesar de mais de 50% da população brasileira ser composta de negros e pardos”.

Em 2023, a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil e Combate ao Trabalho Escravo Moderno da OAB Juiz de Fora, em parceria com as Comissões OAB Jovem JF e de Direitos Humanos e Cidadania da OAB/JF, promoveu o ‘Curso OAB Antirracista: Entenda as Raízes do Racismo’, no qual Wilker foi palestrante: “eventos como esse são extremamente necessários na luta contra o racismo em geral, além da união da própria população negra que ocupa espaços de poder”. Com sua experiência, ele destacou: “no poder judiciário e no ministério público, a gente vê ainda na prática um desequilíbrio racial, com os brancos julgando e processando pretos, sem que haja uma representatividade dos profissionais negros”. Wilker ainda sonha com uma sociedade justa, sem preconceitos e igualitária.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Willian José da Cruz

Doutor em educação matemática



Nascido em Barbacena em 21.08.1975, em uma família humilde, seu pai, José Paulo da Cruz, era lavador de carro e analfabeto. Sua mãe, Maria Imaculada da Conceição Cruz, trabalhava como zeladora e estudou apenas até a quarta série do fundamental: “não venho de uma família que teve a chance de estudar”. Ele não conviveu com avós. Entre 1983 e 1991, cursou o ensino fundamental na Escola Estadual Adelaide Bias Fortes – Barbacena (MG), e, entre 1992 e 1994, concluiu o ensino médio na Escola Estadual Henrique Diniz.

Willian sonhava em ser cantor e estudar na universidade pública: “mas era um sonho distante”. Em 1995, conseguiu um contrato como professor e, como bolsista de um projeto da própria Universidade UNIPAC/Barbacena, iniciou a Licenciatura em Matemática.

Logo no segundo semestre, assumiu sete turmas como professor substituto na Escola Estadual Professor Soares Ferreira e na Prefeitura Municipal de Barbacena. Ele se formou em 1998, tornando-se o primeiro da família a concluir o ensino superior. Entre 1999 e 2008, trabalhou na UNIPAC/Barbacena como professor de matemática e, de 1999 a 2014, na Escola Municipal Crispim de Paula Nésio, onde foi diretor entre 2003 e 2004. Willian também tinha uma banda chamada ‘Purakaso’, rebatizada de ‘Malandragem Banda Show’, tocava samba e axé. Também fez shows solo como ‘Lukinha e banda’. Como ‘Lukinha’, já produziu mais de 50 composições, sendo que cerca de 18 foram gravadas em dois discos. Como professor, lançou o projeto ‘Matemática In Concert’.

Em 1999, fez Especialização Lato Sensu na Universidade do Grande Rio. Entre os anos de 2000 e 2014, atuou como professor de matemática no Centro de Educação Angher de Barbacena. De 2009 a 2011, trabalhou

na UFJF como professor substituto do Departamento de Matemática, e, em 2011 e 2012, no Instituto Tenente Ferreira Salesianos. Entre 2002 e 2014 trabalhou na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Willian queria voos mais altos e, entre 2009 e 2011, participou da primeira turma de Mestrado Profissional em Educação Matemática da UFJF: “nas turmas seguintes vieram mais professores negros, mas dos 12 aprovados eu era o único”. Em 2010, foi aprovado como professor temporário da UFJF e, em 2012, publicou o livro ‘Corpo ordenado completo: um convite ao professor de matemática’.

Entre 2012 e 2015, Willian aproveitou para iniciar um doutorado em Educação Matemática na Universidade Anhanguera de São Paulo. Em 2014, foi aprovado no concurso para docência no IF Sul de Minas. Em 2018, prestou concurso para o Departamento de Matemática da UFJF e publicou seu segundo livro, ‘Experimentos Mentais na Educação Matemática: uma analogia com provas matemáticas formais’.

Desde 2019, ele é o Coordenador do Curso de Matemática Integral da UFJF. Em 2021, recebeu da Câmara Municipal de Juiz de Fora a Medalha Nelson Silva, e em 2022 lançou o livro ‘Experimentos Mentais – Uma Nova Metodologia para o Ensino de Matemática’. Nesse mesmo ano, recebeu a Medalha de Honra ao Mérito Legislativo da Câmara Municipal de Barbacena (MG): “eu fui o único negro, isto mostra o quanto ainda temos que lutar para o reconhecimento dos nossos”.

Willian é representante da UFJF no Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Juiz de Fora e se orgulha de, com seus quase 49 anos, continuar engajado na luta para a construção de políticas públicas. Em 2024, foi lançado o Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UFJF, com Willian como coordenador. Otimista, ele acredita que o racismo já está mudando aos poucos: “mas, para uma mudança definitiva, tem de haver vontade de toda a sociedade”.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafo



Zélia Lúcia Lima

Sindicalista e conselheira municipal



Zélia nasceu em 12.12.1959, na pequena cidade de Mercês do Pomba (MG), filha de um casal de agricultores muito pobres, em uma família numerosa e tradicional. Seu pai, Geraldo Lúcio da Silva, trabalhava na lavoura e com carvoaria, mas desenvolveu bronquite asmática incurável, enquanto sua mãe, Jayni Coelho da Silva, cuidava dos filhos em casa. Em busca de melhores condições de vida, a família se mudou para Juiz de Fora em 1961, atraída pelo avô paterno, José Augusto da Silva. Ao chegar à cidade, os pais precisavam alimentar e educar oito filhos.

Sua avó paterna, Virginia Maria de Jesus, era lavadeira e viveu com eles durante 21 anos: “ela falava que minha bisavó materna foi pega no laço e era uma índia”. Com sua avó materna, Maria Benvinda da Silva, Zélia conviveu muito pouco. Já com seu avô materno, Avelino Coelho Duarte, a família conviveu mais: “sei que eles moravam na Fazenda dos Faria, em Mercês do Pomba”.

Em Juiz de Fora, a família passou a morar na Várzea Carlos Barbosa: “era uma casinha simples de pau a pique e comíamos os restos de comida que recebíamos dos supermercados”. Era muita pobreza, e a infância de Zélia foi lavando roupas e louças nas margens do Paraibuna. Ela foi para a Escola Estadual Professor Quesnel e, em 1968, a família se mudou para o bairro São Judas Tadeu, na zona norte de Juiz de Fora: “a casa de dois cômodos foi construída pelo próprio pai, que era pedreiro”. Zélia começou a trabalhar aos 11 anos como doméstica, sem direitos. Depois de 12 anos na lida, aos 18 anos, começou a cursar a quinta série na Escola Estadual Padre Gabriel Van Vick, no bairro Benfica. Posteriormente, passou a estudar no Colégio Tiradentes da Polícia Militar, com bolsa de estudos.

Seu sonho de criança era ser professora: “consegui uma bolsa no Colégio Stella Matutina”. Além de trabalhar com a pré-escola, ela foi professora do MOBREAL, na Escola Municipal Álvaro Lins, na Escola Estadual Professor Francisco Faria e na Escola Estadual Teodorico Ribeiro de Assis. Em 1988, foi contratada pela Funalfa como recepcionista e ingressou no Sindicato de Servidores Públicos e Municipais, onde virou diretora. Em 1989, se casou com José Carlos Ferreira Lima, que já era sindicalista. Ao longo do tempo, Zélia foi migrando para o Movimento Negro e para o Movimento de Mulheres Negras. Em 2004, já era a Secretária-Geral da CUT/ZM e, nesse mesmo ano, foi candidata a vereadora pelo PCdoB.

Em 2005, Zélia participou da fundação da ‘Associação de Mulheres Chica da Silva’, sendo escolhida como a primeira presidente. Nas eleições municipais, foi candidata a vereadora pelo PCdoB em 2008 e novamente em 2012. Ela estava crescendo politicamente e, em 2008, entrou para o Conselho Municipal de Cultura; em 2011, para o Conselho Municipal para Valorização da População Negra e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros UFJF.

Em 2012, Zélia era a Presidente da Sociedade Pró-Melhoramento do bairro Aracy e Parque São Vicente. Desde 2014, é também presidente do Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva: “no Batuque eu senti que a minha ancestralidade estava representada ali através das músicas”. Nesse mesmo ano, tomou posse no Conselho Municipal para Valorização da População Negra e, em 2015, no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial: “não é preciso ser negro para abraçar as causas da igualdade racial, mas precisamos de uma sociedade civil comprometida com as ações de promoção da igualdade racial”.

No final de 2016, recebeu a honraria da Medalha Nelson Silva, concedida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 2017, integrou a Comissão organizadora da IV Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial e tornou-se Diretora do Fórum Mineiro de Entidades Negras. Em 2022, como servidora municipal se aposentou, mas, incansável, ainda sonha em montar um ‘Memorial do Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva’.

Leia esta entrevista completa em PDF com fotos, links e vídeos apontando sua câmera do celular para o Código QR no início da entrevista.

Área para autógrafa



Posfácio

José Orlando Pereira Dato



Metalúrgico, apaixonado por esportes, literatura e poesia, José Orlando Pereira Dato, aos 63 anos, já escreveu 6 livros, sendo 5 de poesias, como o livro 'Poesias Sobre Rodas'. Casado e pai de três filhos, desde os 40 anos convive com a doença rara Esclerose Lateral Amiotrófica.

Eu cheguei ao final deste livro com a mais absoluta certeza de que meu olhar nunca mais será o mesmo para nossos irmãos e irmãs pretos. Pude ler depoimentos de pessoas que saíram da sarjeta para estrelar em palcos, assim como muitos que usaram a arte como ferramenta de transformação se tornando protagonista de sua história, fazendo música com tudo de cruel que o racismo lhe apresentou, tentando lhe convencer que ele estava fadado ao insucesso e que tudo está onde tem que estar e que a vida é assim mesmo.

Do quilombo ao condomínio fechado ou dos farrapos à toga, há um caminho espinhoso que, às custas de muito sofrimento e dedicação, poucas pessoas de pele preta conseguem atravessar. Num país onde 56% do seu povo é negro e pardo, a estatística mostra o baixíssimo número destes que conseguem romper a muralha do 'racismo à brasileira'. Ao ler atentamente todos os depoimentos nesta obra, relatados muito oportunamente pelo meu amigo escritor Alexandre Müller Hill Maestrini, que é branco, percebo claramente que o racismo é um câncer entranhado em nossa sociedade.

Ninguém nasce racista, mas já nascemos com uma dívida moral e material com nossos irmãos pretos por sua ancestralidade e ainda pela

injustiça e crueldade do tratamento de pessoas pretas. Nós, os brancos, acostumamos desde o berço a naturalizar o racismo, onde não se vê médicos negros e no decorrer de nossa existência, programas infantis, dramaturgia, jornalismo e todo tipo de entretenimento são pensados e formatados para pessoas brancas. Quando vemos uma jornalista negra na televisão é um gesto de ousadia e também um tapa na cara da sociedade racista, pois ali está um chamado aos seus iguais para sonhar e provar que é possível. Assim, essas riquezas pretas vão derrubando muros e construindo pontes para chegar à periferia onde sua maioria também é de pretos e pobres e através da cultura levam até eles a filosofia, poesia, música e teatro, fortalecendo sua autoestima fazendo com que essas pontes possam ligá-los ao protagonismo.

Somos um país de mestiços e o colorismo é uma forma de preconceito dentro da comunidade, onde pessoas com tons de pele mais claros são frequentemente valorizadas e têm mais oportunidades em comparação com aquelas de pele mais escura. Essa diferenciação, baseada na tonalidade da pele, afeta o acesso a recursos, tratamento social e oportunidades de vida. O colorismo é o elefante na sala de estar na casa de toda família brasileira que todo mundo sabe que está lá, mas sobre o qual é difícil de falar. Um elefante toma espaço, impede a circulação da conversa, por isso é importante nomeá-lo para que possamos finalmente conversar sobre algo que afeta nossas relações no espaço público e no espaço privado.

O racismo é baseado em um falseamento de superioridade racial de um grupo sobre o outro, na criação de políticas públicas que reforçam disparidades socioeconômicas com base na ideologia racial. O colorismo responde a essa necessidade de hierarquizar os indivíduos, de organizar o espaço público segundo critérios atinentes a essas ideias e práticas de superioridade branca. Em um país altamente miscigenado, de maioria negra, o colorismo é uma chave importante de compreensão das nossas estruturas raciais.

Estrangeiros que vem ao Brasil e se encantam com a beleza do nosso Carnaval, são os mesmos que em seu país diante de tanta riqueza como nos Estados Unidos e na Europa, segregam nossos irmãos negros impondo a eles somente a possibilidade de trabalhos sexuais. Mesmo aqueles que conseguiram alcançar o topo de seus objetivos ainda permanecem encarcerados em sua existência por uma sociedade que o observa atentamente, não para dar-lhes notoriedade, mas na expectativa de que ela cometa um deslize e justifique sua insanidade racista.

Assim, pessoas negras – a duras provas – buscam seu espaço através de sua dedicação e competência, porém ainda arrastam correntes em seus íntimos, pois um negro sentado em uma cadeira de universidade é visto como uma espécie em extinção em uma realidade majoritariamente branca que questiona inclusive a cota para negros, sobre o argumento de que o acesso à universidade é igual para todos.

Entendi com este livro que não sermos racista é muito pouco, precisamos combater o racismo. Pessoas negras se rendem ao assédio do crime das periferias por falta de acesso à cultura, educação, arte e trabalho digno, conseqüentemente viram vítimas em potencial da nossa força policial e também alvos de balas perdidas que escolhem suas vítimas pela cor. Além de muita reflexão e consciência dessa dura realidade, esta obra me trouxe também um encantamento por essas ‘Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas’ que empunharam em sua grande maioria a educação e a arte como ferramenta de transformação. Seria um sacrilégio de minha parte, dizer que eu sei exatamente o estrago que o racismo provoca na vida dessas pessoas, porque por mais empatia que eu tenha, sou branco e nunca fui submetido a uma agressão dessa natureza. Mas em 2020, diante do assassinato de George Floyd, escrevi por empatia a poesia ‘Irmão Preto’:

...

**Hoje vi na TV / Como manchete de um jornal
Uma notícia que parecia ser velha / Preto morto por um policial
Um filme que se repete / Muda o nome, mas o resto é igual
Preto, pobre de periferia / Sempre morrem no final**

**Cenas estarrecedoras / De um filme de terror
Onde até balas perdidas / Escolhem suas vítimas pela cor
O que mais será preciso / Para abolir a escravidão
E em condições de igualdade / Respeitar nossos irmãos**

...

Permito-me, ao finalizar, fazer um paralelo com o tocante à segregação. Sou portador de uma doença rara degenerativa, progressiva e sem cura chamada ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica) e também tenho que me submeter a uma sociedade que não tem olhos para os diferentes. Sendo assim querem me segregar a um espaço que eu mesmo tenho que construir e ficar encarcerado nele, porque na maioria das vezes meus

direitos primários, como ir e vir, são cerceados pela falta de acesso. Não só em locais que alimentam nossa vida social como teatro, cinema, casas de shows, mas também no que se refere às necessidades vitais para meu enfrentamento com o avanço da doença como clínicas, hospitais e consultórios.

Assim como existe o Centro de Referência da Cultura Negra em Juiz de Fora, nós do MOVELA (MOVimento em defesa dos direitos dos pacientes com ELA) lutamos bravamente para a criação do centro de referência no atendimento de pacientes com doenças raras em parceria com o Hospital Universitário de Juiz de Fora. O que eu vejo em comum é que todos nós buscamos a história de modo a preservar o direito e o respeito ao nosso lugar como cidadãos. As coisas mudam quando as pessoas mudam, assim se faz urgente combatermos o racismo com a nossa mudança íntima em busca de uma sociedade mais justa.

Área para autógrafa



Epílogo

Osvair Antônio de Oliveira Diniz



Osvair Antônio de Oliveira Diniz é vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora e Região. Em 2003, escreveu o livro ‘O Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva’, na posição de herdeiro de uma das participantes do grupo e como professor de história do Centro Cultural Baobá de Estudos Afro-brasileiros de Juiz de Fora. É licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, especialista em História pela UFJF, e foi professor e coordenador do Centro de Referência da Cultura Negra (CERNE/JF). Em 2007, foi homenageado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora com a Medalha Nelson Silva.

Essa obra carrega reflexões, linguagem e vivências que inúmeras vezes vêm sendo ignoradas pelas narrativas dominantes. Tal leitura descortina e amplia a visão sobre questões como: identidade, desigualdade, luta de classe, racismo e salienta a noção de pertencimento. Todavia, é louvável a percepção, a sensibilidade e o empenho do autor Alexandre Müller Hill Maestrini: pele clara, alto, olhos claros, descendente de alemães e italianos, que quebra paradigma quando escreve ‘Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas’. Como diria a autora Cida Bento, o autor busca com jeitinho mineiro ir quebrando ‘O Pacto da Branquitude’.

“I’ll Tell You What Freedom Is to Me. No Fear”. (Nina Simone)

Ressoando as vibrações da palavra ‘Sem Medo’, como acentuou Nina Simone, surpreendi-me com esta obra, com a pessoa e caráter do Alexandre, que possui em si uma energia, disposição e motivação que nos encanta já no primeiro contato. Dissertando sobre pretas e pretos, numa perspectiva de acolhimento, pertencimento e luta, emerge deste

trabalho a reflexão que, a despeito da cor da pele e etnia é possível contribuir para uma sociedade mais justa e, sobretudo, antirracista. Ao ler o livro para escrever o epílogo lembrei das palavras de Nelson Mandela que: “A Educação, a percepção de si e do outro é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Eduardo Galeano escreveu que: “mente-nos o passado como nos mente o presente: mascaram a realidade. Obriga-se o oprimido a fazer sua, uma memória fabricada pelo opressor: estranha, dissecada, estéril. Assim, o oprimido se resigna a viver uma vida que não é sua, como se fosse a única possível”. Já este trabalho de Alexandre viabiliza o discurso do negro sobre os próprios negros e negras de Juiz de Fora. O autor confirma que à margem dos processos políticos formais, a comunidade negra local resgatou, preservou seus direitos e conduziu suas vidas através de outros espaços de atuação.

Alexandre nos abre os olhos e mostra na prática que basta ser humano, conhecer a história do nosso país e, neste caso, a cultura afro-brasileira e afro-juizforana para sair da inércia e atuar ativamente. Ele abre o caminho para que ainda seja necessário ir à luta por tudo que representou e representa para a história mundial, brasileira e, particularmente, da Manchester Mineira, Barcelona de Minas e Atenas de Minas. Epítetos fornecidos a Juiz de Fora, mas que sempre deixaram de fora a imensa contribuição negra para a construção do município. Mas Juiz de Fora não é só europeia, é também afro, com 56% da população com raízes africanas.

O Brasil, após a década de 30 do século XX, procurou sustentar a imagem de um país cordial, caracterizado pela presença de um povo pacífico, sem preconceito de raça e de religião. Durante anos, alimentamos a ideia de que vivíamos uma verdadeira democracia racial, apesar das visíveis desigualdades e dos limites de oportunidades oferecidos aos negros, aos mulatos, aos índios e aos ciganos. Interessam ao Estado brasileiro – como forma de absorver as tensões sociais e mascarar os mecanismos de exploração e de subordinação do outro, do diferente – a criação e a disseminação do mito de que o Brasil é um paraíso racial. Já na segunda metade do século XIX, sob uma suposta preocupação com o futuro do Brasil, previsto como duvidoso por ser um país de mestiços, importávamos e elaboramos teorias de cunho racista.

No contexto de Minas Gerais, no lugar de Catedrais, fábricas, sem a opulência do Barroco, o estilo Neoclássico e Eclético de seus prédios e a nacionalidade da arquitetura industrial, que opõe chaminés às torres devotas. Sem a marca da Cultura Colonial Mineira, Juiz de Fora distingue-se pelo cosmopolitismo-urbano moderno, sua mineiridade define-se entre o rio e a montanha, numa paisagem típica das Gerais. Nesse processo de

formação da cidade, os negros estiveram na região desde o início de seu povoamento. Foram escravos oriundos da região mineradora e do Nordeste brasileiro, operários nas indústrias locais, serviços domésticos e mão-de-obra não especializada em diversas profissões.

Isso explica o fato de a maioria da população negra de Juiz de Fora constituir parcela significativa entre os mais pobres. Já a classe dominante administrou de tal maneira as mudanças, que os ex-escravos não tiveram garantias plenas de acesso à posse ou à propriedade da terra, ao trabalho e ao salário. Como bem lista Alexandre nesta gama de autobiografias afro-juizforanas, com a expansão da rede pública de ensino na segunda metade do século XX, encontramos, na cidade, somente uma minoria negra em profissões liberais e nas universidades. Este presente livro une diferentes gerações e sugere um quadro no qual os Afro-juizforanos retomam a palavra, de que foram privados tantas vezes pelas injustiças sociais, para narrar suas próprias experiências. Lembrando das palavras de Nelson Silva:

**Raiô a liberdade, / Findô a iscravidão,
Mas por castigo, / o por mardade,
Nóis caiu numa nova prisão!
O cativêro chegô no fim, / A iscravatura já triminô;
Mas eu prigunto, / meu sinhô do Bomfim
Pr'ondé que eu vô? / Pr'ondé que eu vô?
Aonde é que eu vô rumá trabaio,
Aonde é que eu podê morá;
Eu vô vivê tal quali um vagabundo,
Jogado nêste mundo, / Sofrendo sem pará!
Eu era iscravo do meu sinhozinho,
Chorava sempre a libertação;
Mas je em dia, vejam só que mardade,
Eu sinto a liberdade; / Tal quali a iscravidão!
Eu num sei quali é mais triste, / A vil mortáia da iscravidão
O a dô da liberdade. / Que m'istraçaiá o coração**

Como aqui apresentado por Alexandre, Juiz de Fora e o Brasil, se apresentam como uma sociedade multiétnica, pluricultural e, por isso mesmo, atravessada por relações de fraternidade e de conflito. Tal realidade deve ser considerada pelas políticas públicas, cujos objetivos devem ser atender às diferentes demandas das populações no tocante à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à participação política. Isso significa dizer que essa sociedade multiétnica e pluricultural só poderá

usufruir a contento de suas riquezas se for capaz de proporcionar a convivência responsável entre as suas diferenças.

A filósofa e ativista Djanira Ribeiro no seu 'O Pequeno manual Antirracista', nos ensina, nos orienta e leva-nos à reflexão para a mobilização, e é isso que este livro apresentou com primazia, um impulso para mobilizar a sociedade, partindo de bons exemplos de pretos e pretas que conseguiram furar a bolha racista. Neste sentido, Alexandre, com este livro 'Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas' emerge e descortina vida, a luta e vivências de inúmeros afro-juizforanos e afro-juizforanas que retomam as palavras e se destacam como protagonistas.

O autor revela que numa sociedade de classes, em que os lugares de poder e de tomada de decisão, o espaço artístico e o espaço político são ocupados quase que invariavelmente por brancos, o negro que pretende ascender em qualquer um desses contextos, muitas vezes, lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos, na tentativa de ultrapassar os obstáculos advindos do fato de ter a cor da pele negra.

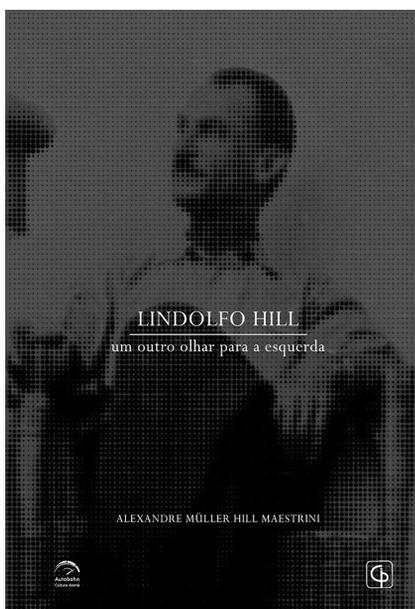
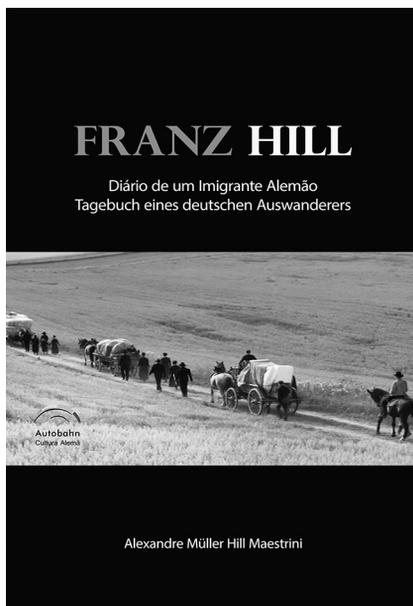
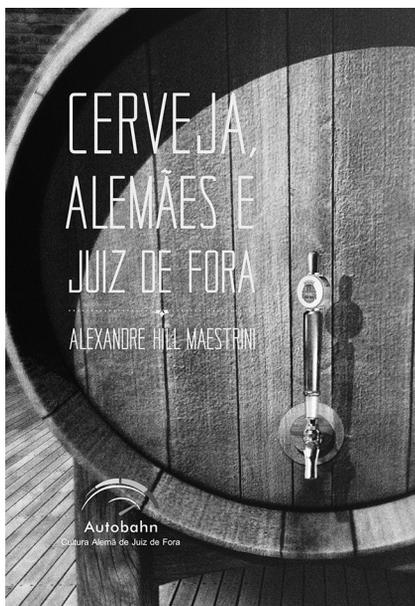
Já estes 54 pretas e pretos que Alexandre entrevistou e deu voz, puderam contar suas próprias experiências, narrativas de vivências, conquistas e lutas que através de inúmeras entrevistas falaram de si, mas falaram também de nós todos e por nós todos, todas e todes. Um trabalho importantíssimo que traz à tona a desigualdade no Brasil, como no mais recente estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, órgão da ONU, que demonstrou que o Município de Juiz de Fora é o 3º mais desigual do Brasil em expectativa de vida entre negros e brancos. Imaginem quantas outras riquezas pretas que ainda se encontram cerceadas pelas injustiças sociais e o país vem desperdiçando.

Mas a literatura que Alexandre se propôs a construir, é fonte primária para futuros estudos, e é uma trilha positiva e alternativa de conscientização, mesmo que no longo prazo, se torna um meio para valorizar 'vozes, murmúrios e banzos' que historicamente foram silenciados. Este livro 'Nossas Riquezas Pretas: Biografias Afro-juizforanas' chega em boa hora para nos ajudar a criar outro tipo de vivência sem opressão, sem medo, na qual 'as vidas negras realmente importam' e que outras tantas minorias sociais sejam também respeitadas em Juiz de Fora e no Brasil.

Área para autógrafa



Outras Obras de Alexandre Müller Hill Maestrini:



Informações Gráficas
Formato: 15,7 x 22,7cm
Mancha: 11,7 x 18,7cm

Tipologia: Helvetica e Comic Sans MS

Miolo P&B: 144 pgs, 15,7x22,7cm, 1 cor, Tinta Preta em Off Set 120g.

Capa c/ orelhas: 48,3x22,7cm, 4x0 cores, Tinta CMYK em Supremo 300g.

Projeto editorial, impressão e acabamento: Editar Editora Associada - Juiz de Fora/MG

Tel.: (32) 3241-2670 - www.editar.com.br - contato@editar.com.br

Impresso em outubro de 2025.